UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RAPHAEL DE SOUZA NOVAES

**Preparando o passado: dimensões da construção histórica de Fernando
Henrique Cardoso pela Fundação iFHC**

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Preparando o passado: dimensões da construção histórica de Fernando
Henrique Cardoso pela Fundação iFHC**

Raphael de Souza Novaes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em História Social.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares.

São Paulo
2014

Resumo

Esta trabalho trata da construção histórica de Fernando Henrique Cardoso através de ações da instituição por ele criada, a Fundação iFHC.

Destacam-se na dissertação duas das iniciativas da Fundação, o tratamento do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso e a exposição *Um plano real*, que trata da superação do processo inflacionário brasileiro através da implementação do plano econômico que instituiu o Real como moeda nacional.

Também estão presentes no primeiro capítulo do trabalho um panorama da legislação brasileira sobre arquivos presidenciais e da situação desses arquivos no Brasil, a apresentação geral da Fundação iFHC, com destaque para ações que a inserem no jogo político-partidário atual, e uma breve incursão sobre a legislação norte-americana para arquivos presidenciais e sobre a literatura crítica das *Presidential Libraries* a título de comparação com o caso estudado.

Palavras-chave: Arquivos presidenciais, Bibliotecas presidenciais, Exposição histórica, Fernando Henrique Cardoso, FHC, Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), Legado histórico, Legislação de arquivos, Plano Real, Think-tanks.

Abstract

This paper deals with the historical construction of Fernando Henrique Cardoso through actions by the institution he founded, iFHC Foundation.

Two initiatives of the Foundation are emphasized, the treatment of Cardoso's personal archives and the exhibition *Um plano real*, about overcoming the Brazilian inflationary process through the implementation of the economic plan that established Real as national currency.

The first chapter also presents an overview of the Brazilian legislation on Presidential Archives and the situation of those files in Brazil, an overall presentation of iFHC Foundation, highlighting actions that fall within the current partisan political game, and a brief incursion into the U.S. legislation for presidential Archives and also into the critical literature on Presidential Libraries, so it serves as comparison with the case studied.

Keywords : Presidential Archives, Presidential Libraries, Historical Exhibition, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Henrique Cardoso Institute Foundation (iFHC), Historical Heritage, Files Legislation , Real Plan , Think- tanks

Agradecimentos

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, pelo apoio financeiro sem o qual a dedicação a esta pesquisa estaria comprometida.

A toda a equipe de funcionários da Fundação iFHC, que abriram as portas da instituição a um ex-funcionário e deram liberdade ao conhecimento e crítica em um louvável exercício democrático.

A equipe do CPDOC, pela prontidão na transcrição de material gravado e disponibilização a consulta.

A todos os entrevistados deste trabalho: Danielle Ardaillon, Silvana Goulart, Stela Tredice e Marcello Dantas, que dispuseram de seu tempo e franqueza em agradáveis horas de conversa.

A professora Luciana Quillet Heymann, pelo desprendimento e solidariedade em dividir material de sua pesquisa e valiosas indicações bibliográficas.

A minha orientadora desde os tempos de graduação, Gabriela Pellegrino Soares, a quem agradeço pela paciência e cobrança equilibradas, pelo vivo interesse na pesquisa, pelo apoio nos momentos de dificuldade, pela aposta inesperada desde a iniciação científica e por não ter desistido de um orientando problemático.

Aos professores, Paulo Garcez e Miguel Palmeira, pelas orientações e críticas que permitiram a melhora deste trabalho desde a qualificação.

Aos colegas, Adriana das Graças, Affonso Pereira, Aura Hurtado, Caio Romero, Camilla Fontes, Elisabet Prudent, Laís Olivato, Tânia Gomes e Vitor Hugo pela leitura crítica e por dividir bons momentos de debates historiográficos e a oportunidade de conhecer diferentes trabalhos.

A professora Ana Maria de Almeida Camargo, pelas conversas informais e solidárias que ajudaram a orientar o início de pesquisa de um ex-aluno de metodologia e admirador de sua dedicação à causa dos arquivos históricos.

A meus pais, Diomar Novaes Júnior e Maria Aparecida de Souza Novaes, e minhas irmãs, Maria Lydia de Souza Novaes e Maria Carolina de Souza Novaes, pelo apoio, carinho e a leveza de uma convivência familiar sempre acolhedora.

A amiga Natália Maria Salla, pelo apoio desde a iniciação científica e por ser um exemplo de dedicação e paixão pela pesquisa histórica.

Ao amigo e colega de profissão, Caio Fernandes, pelo apoio fundamental nos momentos de dificuldade desde a licenciatura até a pós-graduação, pelas conversas, leituras críticas, opiniões precisas e agradáveis momentos de ócio produtivo.

Ao amigo e ex-companheiro de carregação de caixas-arquivo, Fábio Farias, pelas indicações bibliográficas e pelas portas sempre abertas a discussões biblioteconômicas,

historiográficas, políticas e futebolísticas. Além da hospitalidade durante os momentos de férias.

A todos os amigos e familiares que no futebol semanal, no churrasco ou no entorno de uma mesa, nunca me deixaram esquecer que o cotidiano de uma pesquisa pode conviver com o despojamento da amizade.

A companheira dos dias e da vida, Maria Luísa Pestilla Tippi, pela leitura incansável, pelas traduções de textos estrangeiros, pelos finais de semana e feriados perdidos, por fazer de nossa casa um ambiente tranquilo e produtivo, pelas idas e vindas com livros, pelos momentos de relaxamento e, acima de tudo, por me dar o prazer de viver ao seu lado.

Ao Antonio Francemir, o Tonhão.

Sumário

Introdução	007
 Capítulo 1 – Da Lei à Fundação	
1.a A legislação e o sistema de arquivos presidenciais no Brasil.....	016
1.b Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC): origens da instituição....	028
1.c A Fundação iFHC como eco institucional do pensamento e da prática política de Fernando Henrique Cardoso.....	035
1.d Um ponto de comparação: o caso norte-americano.....	045
1.e Concluindo o capítulo.....	059
 Capítulo 2 – A dimensão arquivística: constituição e tratamento do acervo documental	
2.a Apresentando o capítulo.....	062
2.b O intelectual/político e a longa curadoria: o arquivo pré-presidencial.....	070
2.c Entre a memória do insípido e o exercício autobiográfico: o arquivo presidencial.....	085
2.d O “entrincheirar-se” e a censura institucional.....	096
2.e Concluindo o capítulo.....	112
 Capítulo 3 – A dimensão museológica: construção narrativa e exposição de uma ideia	
3.a Apresentando o capítulo.....	114
3.b Curadoria e “outro olhar” da História.....	117
3.c <i>Um plano real – a história da estabilização do Brasil</i>	124
3.d O que ficou de fora do circuito principal.....	142
3.e Cidadania e o público da exposição.....	147
3.f Concluindo o capítulo.....	153
 Considerações finais	156
Fontes documentais	158
Bibliografia	160

A noção de legado de Luciana Heymann

De fato, a noção de legado aproxima passado e futuro, sem nunca igualá-los, na medida em que o significado da memória do personagem que se torna objeto desse tipo de investimento é dotado de um valor que transcende o contexto de sua atuação, e que projeta esse significado para frente. Ainda que sempre referida a um período histórico específico – que as cronologias e biografias consagram, recorrentemente, nos momentos de evocação dessas memórias –, a experiência singular a qual se associa a noção de legado é investida de uma exemplaridade que faz com que seja possível ressignificá-la ao longo do tempo, com sentidos que variam e se renovam, num processo em que o próprio legado é alimentado e ganha fôlego, sendo preservado juntamente com os agentes que a eles se associam.¹

Ponto central de uma discussão que tem os arquivos pessoais como “objeto sociológico e histórico”², e que se insere no que Luciana Heymann considera “uma sociologia dos processos de construção da memória histórica”³, a *noção de legado*, como é apresentada pela autora em diversos textos, serve a esta dissertação como ponto de partida.

Luciana Quillet Heymann, historiadora doutora em Sociologia e membro do corpo de pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem tratado em seus textos do que denomina, com algumas variações, como *noção de legado*. A pesquisadora parece pretender, por meio de seus diversos estudos, estabelecer um conceito. A *noção de legado* é formada por algumas variáveis que pretendo identificar aqui.

¹ HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005. p. 4.

² Ibidem. p. 1-2.

³ Ibidem. p. 2.

Luciana Heymann fala na “produção de legados”⁴, na “invenção discursiva de legados políticos e ideológicos”⁵, na recuperação e institucionalização de legados⁶. Também se refere à “produção da noção de ‘legado’”⁷, assim como ao “discurso que constrói a ideia de um legado histórico”⁸.

Para Heymann “vistos como os meios de acesso seguro ao passado, os arquivos funcionam como ‘prova’ das trajetórias às quais se busca associar o atributo da exemplaridade e da singularidade fundamentais à construção da noção de ‘legado’”⁹. Ao estudar o caso do arquivo de Darcy Ribeiro e da instituição sua depositária, a autora afirma ainda:

(...) em geral, a justificativa manifesta da instituição é resgatar, preservar e divulgar a memória do personagem, constituindo-se em um espaço para a evocação de sua imagem e a atualização de sua trajetória, lembrada e ressignificada em trabalhos acadêmicos, exposições, eventos e comemorações. O acervo do titular, por meio desse processo, é aproximado da noção de “legado” histórico, inserindo-se no universo dos bens simbólicos reunidos sob a chancela de “patrimônio” ou da “história” nacionais.¹⁰

Sua *noção de legado*, portanto, parece se constituir em meio a uma espécie de retroalimentação entre o material e o imaterial: de um lado os arquivos, e de outro, a capacidade restauradora da trajetória de vida das personagens que se projeta sobre eles. Reproduzo por fim outra passagem da autora que precisa essa relação:

(...) projetos que visam à patrimonialização de trajetórias individuais. Muitos desses projetos investiram, nos últimos anos, na criação de instituições – fundações, institutos, memoriais – voltadas especificamente para a “preservação” da memória de uma figura pública. Nesse tipo de empreendimento, os arquivos pessoais ocupam

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem. 2-3.

⁷ Ibidem. p. 4.

⁸ Ibidem. 5-6.

⁹ HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Texto apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 29 de set. a 2 de out. de 2009.

¹⁰ HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo de Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 36, jul-dez de 2005, p. 50.

*sempre lugar de destaque: por meio do arquivo, preserva-se o personagem, sua atuação, seu ideário, enfim, seu “legado”. Nesse movimento, o próprio arquivo é associado à noção de legado, numa relação metonímica em que a parte – os documentos – representa, substitui e comprova o todo – a trajetória. É o estabelecimento dessa relação, por sua vez, que justifica que o acervo se torne, ele próprio, objeto de preservação e valorização.*¹¹

A autora não vê sem críticas esse movimento que tende a reconhecer nos arquivos pessoais um espelho da trajetória de vida de seus titulares e que busca o estabelecimento dessa trajetória como patrimônio histórico de uma sociedade. Afirma que o discurso histórico projetado a partir das instituições e arquivos, lugares que ela entende serem explicados por sua *noção de legado*, associa-se a uma concepção de história *magistra vitae* e configura-se como um historicismo calcado na valorização do indivíduo e no estabelecimento da política como plano central dos acontecimentos.¹²

A relação metonímica que se estabelece entre o arquivo e a experiência de vida de seu titular parece se configurar como um dos indicativos do tipo de processo a ser analisado sob a *noção de legado*. Tal relação parece, ainda, prolongar-se até alcançar o próprio aparato institucional que cerca os arquivos. É o que se depreende da análise da autora sobre a Fundação Darcy Ribeiro, instituição depositária do arquivo pessoal do antropólogo e político: “o arquivo deve *ser* Darcy e, por meio dele, a Fundação se *faz* Darcy”¹³.

As passagens citadas até aqui apontam para um problema que se estabelece num processo que se iniciaria na experiência de vida de determinada personalidade, passaria pela constituição de seu arquivo pessoal, pela construção de um aparato institucional que abrigue esse arquivo e preserve o ideário de seu titular. Mas não se trata apenas de preservação histórica. O problema apresentado por Luciana Heymann só parece se completar com o que a autora aponta como a atualização da trajetória da personagem¹⁴.

¹¹ HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Texto apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 29 de set. a 2 de out. de 2009.

¹² HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005. p. 5-6.

¹³ HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo de Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 36, jul-dez de 2005. p. 54.

¹⁴ Ibidem. p. 50.

A *noção de legado* só se aplica quando esse legado puder ser, nas palavras da autora, “ressignificado”.

Seriam três os “elementos constitutivos de um legado memorial: personagem, arquivo e instituição”¹⁵. É compreensível que o elemento “instituição” seja parte necessária na constituição do “legado memorial” ou da *noção de legado*. Isso porque, apenas estando o arquivo inserido em um contexto institucional que o mobilize poderá ele servir à ressignificação da trajetória da personagem.

Luciana Heymann aplicou seu problema/conceito na análise de diferentes instituições e arquivos, dentre os quais se encontram a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e o arquivo pessoal do ex-presidente da República, do qual a instituição é depositária. Em artigo de 2009, a autora propõe uma comparação entre as iniciativas de cunho memorial envolvendo as figuras de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso e afirma ser essa “uma estratégia interessante para pensar os investimentos sociais por meio dos quais a memória pessoal de determinadas figuras públicas (...) é aproximada da noção de legado”¹⁶.

O direcionamento teórico sugerido pela autora, assim como as entrevistas que realizou com Fernando Henrique Cardoso e a curadora de seu acervo, Danielle Ardaillon, constituíram uma base importante desta pesquisa, que tem como objeto as ações promovidas pela Fundação iFHC junto ao arquivo pessoal do ex-presidente e na constituição da exposição *Um plano real*.

O desenvolvimento da pesquisa

(...) fica patente que, após o divórcio, nas instâncias acadêmicas, entre memória e História, sobretudo depois que esta passou, cada vez mais, de História-narração a História-problema, as condições atuais de gestão da memória de novo contaminam a História. Sem dúvida, na prática profissional, as exigências políticas e os compromissos científicos não deixarão de colocar dilemas eventualmente embaraçosos. Entretanto, é possível continuar fixando balizas claras

¹⁵ Ibidem. p. 54.

¹⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In. SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 51-52.

*para evitar, não a conspurcação de uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da História pela memória: a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História.*¹⁷

A pesquisa da qual esta dissertação é resultado se originou de uma disposição de compreender algumas atividades relacionadas à área de História, as quais se dão na interface com outras áreas do conhecimento e que acontecem no ambiente externo à universidade. Por se tratar de um campo de trabalho para o historiador que atua fora da academia, e por atividades como a gestão de arquivos, edição de livros, desenvolvimento de exposições etc. configurarem um nicho econômico explorado por inúmeros profissionais e empresas, o projeto de pesquisa inicial trabalhava com a ideia de “mercado da memória”.

O contato com o conceito de “História Pública”, porém, proporcionou um desvio de rota na pesquisa que patinava entre a definição do que seria o “mercado da memória” e o objeto através do qual ele poderia ser identificado. A utilização de um conceito que pressupõe a atividade profissional do historiador fora do ambiente acadêmico permitiu que se partisse para o contato com um objeto concreto de estudo, o trabalho executado por uma instituição privada com um acervo de interesse público.

A opção foi pela descrição e análise de três vertentes do trabalho desenvolvido pela Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso: o processamento da documentação de arquivo, o desenvolvimento da exposição histórica e o projeto de História Oral. As três vertentes passaram a ser consideradas como dimensões da História Pública, e com isso se pretendeu estabelecer uma delimitação entre atividades específicas, as quais muitas vezes são executadas e pensadas a partir do arcabouço teórico de outras áreas de conhecimento, mas que juntas compõem parte do que seria esse campo da História Pública.

Após o Exame de Qualificação, ajustes teóricos e metodológicos se mostraram necessários. O conceito de História Pública perdeu centralidade em razão dos textos referenciais sobre o tema deterem-se mais na descrição das atividades profissionais que compõem o campo do que na análise crítica do discurso histórico nele produzido. Pelas

¹⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992, p. 23.

razões expostas, a *noção de legado* apresentada por Luciana Heymann revelou-se mais fértil na medida em que propõe a compreensão do trabalho com História (nos arquivos principalmente) de um ponto de vista que combina a atividade técnica e o interesse político.

Além disso, buscou-se suporte na bibliografia sobre as *Presidential Libraries*, o que permitiu a compreensão do objeto de estudo, a Fundação iFHC e seus empreendimentos memoriais, em uma perspectiva comparada com instituições semelhantes e diante de discussões que sugerem as limitações da prática historiográfica nessas instituições.

Ao escolher os trabalhos da Fundação iFHC e o acervo de Fernando Henrique Cardoso como objetos de estudo surgiu também a necessidade de contemplar neste trabalho a contextualização institucional de ambos. Parte do entendimento dos projetos empreendidos pela Fundação passa pela compreensão do contexto institucional onde foram gerados. No que diz respeito ao acervo, sua validade histórica e cultural é atribuída, em princípio, por uma instituição legal que o define como patrimônio da nação. As discussões sobre o modelo institucional adotado pela Fundação iFHC e sobre a lei de arquivos presidenciais passaram, então, a constar da pesquisa.

A opção pela Fundação iFHC como objeto de estudo não foi aleatória. Entre os anos de 2008 e 2010 trabalhei para a Coordenadoria de Acervo da Fundação, sob a orientação de Danielle Ardaillon e Silvana Goulart, duas das pessoas entrevistadas durante a produção desta dissertação.

Outro ajuste de percurso realizado após o Exame de Qualificação foi a exclusão do projeto de História Oral da Fundação iFHC como uma das dimensões a serem tratadas com particularidade. Embora o aproveitamento dos depoimentos colhidos pelo projeto seja tratado no capítulo dedicado à exposição, um capítulo exclusivo para a atividade de História Oral, previsto no momento da qualificação, não se mostrou factível e mesmo adequado.

A extensão do projeto de História Oral e a dificuldade de acesso aos depoimentos integrais trabalharam em favor da exclusão. De outro lado, o contato com a bibliografia norte-americana sugeriu a construção de uma dissertação que se dividisse entre a análise das áreas de arquivo e museu (ou exposição) da instituição estudada. Restando assim espaço para um primeiro capítulo panorâmico com o qual pretendi localizar a Fundação iFHC no contexto legal, político e institucional no qual ela se

insere e onde a própria apresentação do sistema norte-americano de bibliotecas presidenciais tem lugar.

Mercado da memória, história pública, noção de legado, todas tentativas de enquadrar o objeto de estudo no cenário sugerido pelo excerto de Ulpiano Bezerra de Meneses que abre este tópico da introdução. Um cenário em que parece haver uma valorização do passado, em que se multiplicam os arquivos, os centros de memória, as publicações de conteúdo histórico, os projetos de memória oral, as ações de patrimonialização de indivíduos, grupos sociais e instituições.

Esta dissertação nasceu do anseio de nutrir com a crítica do historiador o trabalho diário, nos arquivos e projetos de memória institucional. As relações entre memória e História de que fala Ulpiano Bezerra de Meneses, afinal, constituem um problema fundamental para a atividade do historiador em lugares onde a construção narrativa do passado se distancia dos parâmetros estabelecidos pela produção acadêmica. Sendo a Fundação iFHC um desses lugares, tais relações tornam-se também fundamentais para as discussões aqui propostas.

O resultado da pesquisa

A legislação brasileira que regula a preservação dos arquivos presidenciais, o modelo institucional adotado pela Fundação iFHC, o trabalho de organização do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, o discurso promovido pela exposição *Um plano real* e as influências dessas condicionantes na construção da imagem histórica do ex-presidente, são temas abordados diretamente neste trabalho.

Para a discussão proposta foram fontes privilegiadas as entrevistas cedidas por Fernando Henrique Cardoso e Danielle Ardaillon a Luciana Heymann, assim como os depoimentos cedidos ao autor deste texto por Danielle Ardaillon, Silvana Goulart, Marcello Dantas e Stela Tredice. A última, entretanto, teve menor aproveitamento no texto final, uma vez que a entrevista da jornalista Stela Tredice visava levantar questões para o tratamento do projeto de História Oral da Fundação iFHC, no qual a entrevistada atuou.

Também foram fontes deste trabalho: os relatórios anuais da Fundação iFHC; a metodologia de tratamento do arquivo de Fernando Henrique Cardoso, de autoria de Silvana Goulart e Ana Maria de Almeida Camargo e que foi publicada pela Fundação;

os relatórios estatísticos gerados pela base de dados de gestão do arquivo; a legislação brasileira sobre arquivos presidenciais; os relatórios divulgados pelo Ministério da Cultura sobre financiamento do projeto da Fundação iFHC; as páginas de internet da Fundação e o conteúdo nelas divulgado; e a própria exposição *Um plano real*, descrita e analisada em um dos capítulos desta dissertação.

Parte da produção bibliográfica consultada nesta pesquisa foi produzida a partir de eventos promovidos pela Fundação iFHC ou publicada pela instituição, e não raro foram consultados textos de autoria de alguns dos envolvidos com o objeto de estudo, como são os casos de Fernando Henrique Cardoso e Danielle Ardaillon. Nesse sentido, algumas das referências bibliográficas deste trabalho também parecem se enquadrar no rol de fontes utilizadas.

O resultado da pesquisa é uma dissertação dividida em três capítulos principais. No primeiro, *Da Lei à Fundação*, trato de apresentar a legislação e o sistema de arquivos presidenciais no Brasil para, em seguida, historicizar a constituição da Fundação iFHC e propor que ela seja entendida como eco institucional do pensamento e da prática política de Fernando Henrique Cardoso.

Neste primeiro capítulo estabeleço, ainda, um ponto de comparação: o caso norte-americano. A vasta bibliografia que alimenta uma discussão já há tempos instituída nos Estados Unidos, que tem como tema as *Presidential Libraries* e os discursos históricos por elas promovidos, pareceu justificar a ocupação de um espaço particular neste trabalho.

O segundo capítulo, *A dimensão arquivística*, apresenta o arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso por meio de estatísticas produzidas a partir da base de dados utilizada no seu gerenciamento. Os recortes estatísticos, entretanto, não são oferecidos a princípio pela base de dados, tratam-se, antes, de planos de apresentação estabelecidos pelo autor a partir de proposições de uma literatura crítica a respeito da biografia do ex-presidente.

A apresentação do arquivo é dividida entre os períodos pré-presidencial e presidencial, sendo que no primeiro ganham destaque a construção da personalidade pública de Fernando Henrique Cardoso como intelectual e político e a longa curadoria de Danielle Ardaillon, enquanto no segundo são ressaltadas a automaticidade da produção documental nas esferas de governo e os limites do exercício autobiográfico pelo homem público através da constituição de seu arquivo pessoal.

O capítulo se encerra com um tópico dedicado a ressaltar as contradições presentes no trabalho de organização do arquivo pessoal por sua instituição depositária, destacando-se de um lado a segurança buscada pelo titular do acervo que traz para a si a responsabilidade de dar publicidade aos seus papéis, enquanto, de outro, a inserção do conjunto documental em um arcabouço institucional e de trabalho cercado de regras metodológicas e publicidade limita as interferências do próprio titular nos rumos de seu acervo.

O último capítulo antes da conclusão, *A dimensão museológica*, apresenta uma descrição da exposição *Um plano real – a história da estabilização do Brasil*, de autoria de Marcello Dantas. Aqui a descrição da exposição parte de um viés crítico proposto pela leitura do texto *Do teatro da memória ao laboratório da História*, de Ulpiano T. Bezerra de Meneses e o capítulo se inicia com uma especulação teórica a respeito dos posicionamentos do curador da exposição quanto ao devir histórico.

Em seguida, proponho a descrição pormenorizada da exposição, dividida entre o que considero como circuito principal e o que dele fica de fora, sempre à luz do paradigma de exposição histórica proposto por Ulpiano Bezerra de Meneses e com algumas inserções de narrativas alternativas sobre a história do plano econômico implementado por Fernando Henrique Cardoso.

Aos três capítulos aqui apresentados seguem-se as considerações finais do trabalho, onde se alinhavam as principais questões tratadas.

1. Da Lei à Fundação

1.a A legislação e o sistema de arquivos presidenciais no Brasil

No Brasil, o acesso às informações de arquivo sempre foi uma questão complicada, apesar da liberdade de informação constar de dispositivos constitucionais desde o Império. O Arquivo Público do Império, criado em 1838, liberava os seus documentos apenas para uso do governo ou para pessoas indicadas diretamente pelo imperador. A política de sigilo, imposta à Colônia por Portugal e adotada posteriormente pelos imperadores brasileiros, transformou o Arquivo Público em uma instituição guardiã do segredo de Estado, constituindo-se na antítese dos arquivos nacionais europeus, engajados na construção da consciência histórica, característica do século XIX.

O período republicano foi mais democrático, apesar dos interregnos de obscurantismo e de censura. Além de as constituições republicanas assegurarem o direito à informação, o acesso aos documentos de arquivo foi gradativamente institucionalizado, ou seja, regulado por normas internas às instituições detentoras de acervos arquivísticos. Mesmo assim, a precariedade dessas instituições dificultava enormemente o trabalho dos pesquisadores. O fato de não possuir leis específicas regulamentando as condições e os prazos para a consulta dos documentos, deixava a critério dos diretores de instituições ou responsáveis pelos acervos a decisão de tornar ou não os documentos disponíveis. O acesso à informação só terá de fato respaldo legal no Brasil com a Constituição de 1988, que especifica esse acesso em vários itens do texto e, posteriormente, com a Lei de Arquivos, sancionada em janeiro de 1991, 153 anos após a criação do Arquivo Nacional.¹⁸

Durante o período de gestão do então presidente da República José Sarney, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) foi chamado a participar do projeto *Memória do governo Sarney*, “que visava, entre outros objetivos, preservar, organizar e divulgar as

¹⁸ COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998. p. 195-196.

informações contidas no acervo privado do presidente”¹⁹. Segundo Alzira Alves de Abreu, coordenadora do CPDOC:

*Nos pareceres encaminhados à Presidência, o Cpdoc, ao lado de sugestões específicas sobre o tratamento a ser dado ao arquivo privado do presidente Sarney, sublinhou o fato de não existir no Brasil legislação ou tradição que obrigue ou aconselhe presidentes da República a colocarem à disposição da nação o testemunho documental de sua gestão.*²⁰

Ainda segundo Alzira Alves de Abreu, em 16 de julho de 1987 foi criada uma comissão consultiva “integrada por historiadores, cientistas sociais, especialistas na área de documentação e personalidades da vida cultural brasileira”²¹ com o intuito de “orientar a ação do governo federal no levantamento, preservação e organização dos documentos que integram o acervo privado dos Presidentes da República”²². Como fruto dos trabalhos desse grupo, em 6 de janeiro de 1988, foi estabelecida uma outra comissão especial, agora com poderes executivos para atuação junto aos acervos privados.

Entre as prioridades identificadas por esta comissão, incluíram-se o cadastramento e o diagnóstico do estado de conservação de todo o conjunto documental privado dos presidentes da República, cabendo ao Cpdoc a realização dessas metas no que diz respeito ao material arquivístico e bibliográfico. (...)

*Durante dois anos, nossos pesquisadores, com o apoio financeiro da Fundação Nacional Pró-Memória, dedicaram-se à realização deste importante estudo, cujo resultado, que ora entregamos ao público, será integrado ao Centro de Referência de Acervos Privados Presidenciais do Arquivo Nacional, onde estarão centralizadas as informações sobre os arquivos presidenciais.*²³

¹⁹ ABREU, Alzira Alves de. Apresentação. In. SILVA, Suely Braga da. Os presidentes da República. Guia dos acervos privados. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 7.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

A então coordenadora do CPDOC termina a apresentação do guia elaborado pela instituição com um chamado ao debate sobre os acervos de presidentes brasileiros:

*A publicação do presente guia é apenas um primeiro passo. Esperamos que seja mais um estímulo para o debate em torno do papel dos arquivos privados como fonte para a história e dos limites entre o público e o privado na vida política. O adequado entendimento de tais limites será a base para a formulação de critérios aceitáveis tanto para titulares de arquivos como para pesquisadores e o público em geral no que diz respeito ao acesso à informação.*²⁴

O *Guia dos Acervos Privados*²⁵ foi lançado pelo CPDOC em 1989 trazendo informações sumárias sobre quantidade, localização e formas de acesso para os acervos de 20 presidentes da República, de Deodoro da Fonseca a José Sarney. E é razoável considerar que o levantamento feito durante o governo Sarney foi base para a elaboração da lei de arquivos presidenciais, sancionada em dezembro de 1991.

A lei geral de arquivos, de janeiro do mesmo ano, já tratava dos acervos privados que “podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”²⁶. Essa disposição geral é tratada com singularidade no caso dos acervos pessoais de ex-presidentes da República, considerados a princípio como de interesse público por força da lei 8.394 de dezembro de 1991.

*Os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público para os fins de aplicação do parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição Federal (...)*²⁷

Embora a lei de arquivos presidenciais estabeleça o papel social do conjunto de documentos pessoais acumulados por presidentes da República, as questões levantadas

²⁴ Ibidem. p. 8.

²⁵ SILVA, Suely Braga da. Os presidentes da República. Guia dos acervos privados. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

²⁶ Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Cap III. Art. 12.

²⁷ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap I. Art. 3º.

por Alzira Alves de Abreu sobre os limites entre público e privado no que diz respeito a esses acervos não são inteiramente esclarecidas pela lei. O jurista Saulo Ramos assinou a exposição de motivos que acompanhou a tramitação do texto legal e nela explicitou a dificuldade de resolução dessas questões:

*É forçoso reconhecer algumas dificuldades na concretização do texto do anteprojeto, destacando-se a tênue fronteira entre o ‘oficial’ e o ‘particular’, o ‘público’ e o ‘privado’, quando se trata do cidadão investido na Presidência da República, circunstância que se reflete na sua documentação passada, presente e futura, e se estende, até mesmo, às de seus colaboradores e familiares.*²⁸

Célia Leite da Costa dá conta de outra dimensão da questão público/privado quando se trata dos acervos de indivíduos: a dimensão da propriedade. O excerto a seguir, embora longo, vale pela clareza na exposição do problema.

No que tange aos arquivos privados, isto é, àqueles que não resultam das atividades geradas na esfera pública, o binômio público/privado se expressa não só através do conflito entre a intimidade e o interesse público, mas, mais ainda entre esse último e a propriedade privada, assegurada na Constituição em vigor.

A Lei de Arquivos brasileira instituiu, no seu capítulo III, a figura jurídica da “classificação de arquivos privados como de interesse público e social”, a exemplo de outros países como França, Canadá, Itália e Espanha. A intervenção do Estado decorrente do ato classificatório não elimina os direitos de propriedade que o titular do arquivo ou seus herdeiros possuem sobre os documentos, mas lhe faculta o direito de controle sobre o arquivo, em nome do interesse público.

Tal dispositivo implica sobretudo a obrigatoriedade da parte do proprietário ou detentor do arquivo de preservar os documentos considerados relevantes para a história do país (...)

Os arquivos privados classificados como de interesse público, apesar de continuarem a ser bens privados, integram o patrimônio cultural da

²⁸ RAMOS, Saulo apud ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 16.

nação. Essa contradição, aparentemente de difícil solução, tem que ser pensada a partir da ideia do interesse público que, por ser comum a toda sociedade, se sobrepõe aos interesses individuais. No caso da propriedade privada, o exercício desse direito possui limite igualmente previsto no texto constitucional brasileiro, qual seja, sua função social ou sua utilidade pública.

Por outro lado, a classificação pelo poder público de um arquivo privado como de interesse público e social não assegura o acesso a esse arquivo. A rigor, por se tratar de um bem privado, a liberação à consulta pública desses documentos é da competência exclusiva de seus proprietários.²⁹

A questão se agrava no caso dos acervos de ex-presidentes da República, os quais, embora constituam coleções privadas, são em grande parte gerados a partir das atividades do indivíduo na esfera pública. E se em geral os arquivos pessoais de interesse público só o são por conta da atuação de destaque de seus titulares no ambiente social, o que faz de seus acervos parte relevante da história nacional, no caso dos ex-presidentes trata-se também de gerar e acumular documentos no espaço do poder público.

A figura de um presidente da República, diferente da de um escritor ou cientista de relevo para a história do país, é por si só pública. Os documentos por ele acumulados durante o exercício de suas funções são, portanto, fruto das atividades de alguém investido de um cargo público, um indivíduo que não age apenas em seu nome, mas em nome da nação, uma pessoa que não ganha destaque por sua atuação individual em meio ao corpo social, mas por em alguma medida personificar a própria sociedade ou o Estado que a governa.

Embora o acervo do presidente da República configure-se não apenas como de interesse, mas também de origem pública, a legislação específica para os arquivos presidenciais não soluciona inteiramente a questão do acesso apontada por Célia Leite da Costa. As limitações de acesso devidas à propriedade privada dos acervos permanecem previstas na lei de arquivos presidenciais e o papel normativo cumprido pelo titular do acervo ou seus herdeiros é nela mantido.

²⁹ COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998. p. 196-197.

*Os acervos documentais privados dos presidentes da República ficam organizados sob a forma de sistema que compreende o conjunto de medidas de providências a serem levadas a efeito por entidades públicas e privadas, coordenadas entre si, para a preservação, conservação e acesso aos acervos documentais privados dos presidentes da República, mediante expresse consentimento deles ou de seus sucessores.*³⁰

E nem só de documentos presidenciais é formado um arquivo pessoal de ex-presidente da República. Chefes de Estado são comumente indivíduos que acumulam destaque na esfera pública mesmo antes de sua ascensão ao posto maior da nação, e a lei de arquivos presidenciais prevê o interesse público sobre a vida pregressa dos líderes políticos, embora com algum grau de incerteza:

*O acervo documental do cidadão eleito Presidente da República será considerado presidencial a partir de sua diplomação, mas o acesso a ele somente se fará mediante expressa autorização de seu titular.*³¹

A dúvida em relação ao que seria considerado “presidencial”, se o acervo já acumulado pelo cidadão ou apenas a documentação por ele acumulada após sua eleição para a Presidência, é debelada no texto de regulamentação da lei, publicado já no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, onze anos depois da lei de arquivos presidenciais ser sancionada pelo presidente Fernando Collor de Mello:

*O acervo documental privado do cidadão eleito presidente da República é considerado presidencial a partir de sua diplomação, independentemente de o documento ter sido produzido ou acumulado antes, durante ou depois do mandato presidencial.*³²

A regulamentação via decreto presidencial da Lei 8.394, considerando-se especialmente a inclusão do acervo pós-presidencial no conjunto do patrimônio cultural da nação, permite pensar que o então presidente Fernando Henrique Cardoso já considerava a abrangência do acervo que seria abrigado na instituição por ele fundada

³⁰ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap II. Art. 4º.

³¹ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap III. Art. 10.

³² Decreto 4.344, de 26 de agosto de 2002. Art. 2º.

dois anos depois e que será apresentada no próximo tópico deste capítulo, cabendo destacar que alguns dos depoimentos que servem de fonte a esta dissertação localizam os primeiros indícios do planejamento da instituição no início do primeiro mandato de FHC.³³

A caracterização da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso e a apresentação geral do acervo pessoal do ex-presidente serão feitas ao longo deste trabalho, mas cabe destacar nesse momento que o caráter “guardador”³⁴ do ex-presidente, além de sua atuação acadêmica e política, antes e depois do período presidencial, elevam a quantidade de documentos existentes em seu acervo. Em contrapartida, deve-se citar que, segundo Danielle Ardaillon, curadora do acervo, a organização do arquivo pré-presidencial foi feita já em 1996 e financiada por um particular.³⁵

Identificar as formas de financiamento das atividades que visam à preservação do arquivo pessoal de um ex-presidente importa na medida em que esse mesmo conjunto de documentos é considerado, por força de lei, patrimônio cultural da nação. Abaixo, a título de exemplo, tratarei de uma caracterização geral das bibliotecas presidenciais norte-americanas, da qual é possível apreender as fragilidades do sistema e as preocupações legais com os custos dos empreendimentos memoriais de ex-presidentes nos Estados Unidos.

No Brasil, segundo Danielle Ardaillon, a legislação que disciplina o trabalho junto aos acervos presidenciais

*(...) inspirou-se diretamente no sistema das bibliotecas presidenciais norte-americanas, de difícil adaptação entre nós, já que o Brasil tem tradições jurídicas e fiscais totalmente diferentes. O entrosamento das esferas pública e privada é o que há de mais interessante nessas bibliotecas, cujo formato institucional, genuinamente americano, admite isenção fiscal para as doações e implica forte adesão da comunidade.*³⁶

³³ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 21-22.

³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 8.

³⁵ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55min). p. 40.

³⁶ ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 19.

O que a caracterização do caso norte-americano irá demonstrar, entretanto, é que, a despeito do entrosamento público-privado e da genuinidade do modelo institucional, o sistema de bibliotecas presidenciais nos Estados Unidos sofre duras críticas de não poucas figuras das áreas de História, Documentação, Ciências da Informação etc. e parte dessas críticas incide, justamente, sobre a questão do financiamento.

A lei brasileira de arquivos presidenciais prevê:

*As entidades, públicas ou privadas, ou as pessoas físicas mantenedoras de acervos documentais presidenciais privados, poderão solicitar dos órgãos públicos orientação ou assistência para a sua organização, manutenção e preservação, e pleitear apoio técnico e financeiro do poder público para projetos de fins educativos, científicos ou culturais.*³⁷

A mesma lei e sua regulamentação, no entanto, condicionam esse apoio à adesão das entidades e pessoas físicas às políticas estabelecidas pela Comissão dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República e à disponibilização dos acervos à consulta pública, além da já explicitada finalidade educacional, científica ou cultural dos projetos apresentados.³⁸ O apoio técnico e financeiro surge, portanto, como um incentivo à abertura dos arquivos.

Incentivar a abertura dos arquivos de ex-presidentes da República parece ser uma necessidade no caso brasileiro, já que a legislação vigente não permite encarar tal abertura como obrigação de seus detentores. O estudo do caso norte-americano demonstra que também nos Estados Unidos a possibilidade de construção de instituições memoriais auxilia no convencimento à divulgação pública dos papéis presidenciais.

Mas, assim como nos Estados Unidos, a legislação brasileira deixa margens para dúvidas sobre o compromisso público de transparência assumido pelo ex-presidente que resolve dar acesso ao seu acervo. Ainda que a consulta pública seja uma condição para a requisição do apoio estatal, o Decreto 4.344 permite que esse acesso seja limitado pelas

³⁷ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap IV. Art. 14.

³⁸ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap IV. Art. 15.

“restrições previstas em lei”³⁹, entre elas a vontade do titular do arquivo. Alguns dos parágrafos do mesmo artigo que institui as condições do apoio estatal dão conta do poder de censura do titular:

1º Fica assegurada a consulta ou pesquisa, para fins de estudo ou trabalho, de caráter técnico ou acadêmico, mediante solicitação fundamentada.

2º O pesquisador ficará estritamente sujeito às normas de acesso e às recomendações de uso estabelecidas pelo proprietário ou gestor.

3º Será estritamente cumprida a classificação de sigilo de documentos imposta pelo titular, quando do exercício do cargo.

*4º Os documentos só poderão sofrer restrições adicionais de acesso, por parte do mantenedor, pelo prazo de até trinta anos da data de sua publicação ou, no caso de revelação constrangedora à honra ou à intimidade, pelo prazo de até cem anos da data de nascimento da pessoa mencionada.*⁴⁰

Condições como essas permitem pensar que valem para o Brasil as considerações feitas por alguns dos críticos do sistema norte-americano, que veem como pequena a contribuição das bibliotecas presidenciais para a história de tempo recente, embora enxerguem sua validade no longo prazo. Uma opinião compartilhada pela curadora do acervo de Fernando Henrique Cardoso, Danielle Ardaillon:

*Aqui [na Fundação iFHC] não se faz pesquisa. O acervo não está servindo para ninguém aqui. Eventualmente para uma informação, mas é uma coisa que poderia se procurar às vezes no Google. Quer dizer, realmente, o acervo é para pesquisa, é para daqui a cinquenta anos que eu vejo a utilidade disso.*⁴¹

Além das condições já relatadas aqui, vale a apresentação de outros dois pontos tratados pela lei de arquivos presidenciais e sua regulamentação: o processamento da

³⁹ Decreto 4.344, de 26 de agosto de 2002. Art. 7º. Parágrafo 2º.

⁴⁰ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap IV. Art. 15.

⁴¹ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 11.

documentação do presidente em exercício e a implantação do sistema integrado de acervos de ex-presidentes da República.

Com o intuito de organizar o arquivo produzido pelo presidente em exercício a Lei 8.394 criou a Secretaria de Documentação Histórica, à qual compete:

I – coordenar e gerir a formação do acervo privado do Presidente da República, a partir do levantamento, preservação, conservação e organização dos documentos e informações complementares;

II – registrar cronologicamente as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial;

*III – realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo, ao Presidente e à sua época.*⁴²

A Secretaria de Documentação Histórica, posteriormente Departamento de Documentação Histórica, foi criada como órgão integrante do Gabinete Pessoal do Presidente da República e, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi dirigida pela atual curadora de acervo do iFHC, a socióloga Danielle Ardaillon. Alguns dos instrumentos de gestão da informação utilizados pela Secretaria e parte de sua metodologia de organização dos documentos, especialmente das cartas recebidas pelo presidente, foram legados aos técnicos da Fundação iFHC e serão apresentados ao longo da dissertação.

Outro aspecto importante relacionado ao tema desta dissertação, e que se destaca no segundo item das atribuições da Secretaria de Documentação Histórica, é a ação rotineira de registro das atividades presidenciais, uma atribuição da equipe da Secretaria que legou à Fundação iFHC um volumoso material audiovisual, fotográfico, textual etc. que destoa absolutamente das dimensões do acervo acumulado por Fernando Henrique Cardoso até sua chegada à Presidência. Os impactos do volume de documentos no trabalho exercido pela equipe de arquivistas do iFHC e na eventual construção da memória pública do ex-presidente serão aprofundados ao longo deste texto.

Sobre o sistema integrado de arquivos presidenciais, o relatório produzido pelo CPDOC em fins dos anos 1980 já dava conta da criação de um centro de referência de acervos presidenciais gerido pelo Arquivo Nacional. Atualmente, a página de internet

⁴² Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Cap III. Art. 11.

que dá acesso ao guia mais recente desses acervos⁴³ indica a existência de 40 arquivos pessoais de ex-presidentes da República, de Deodoro da Fonseca a Fernando Henrique Cardoso.

Dos 40 acervos 26 encontram-se depositados, ao todo ou em parte, em uma ou algumas instituições de acesso público. Os demais estão, em sua totalidade, sob a responsabilidade de particulares, ou não foram localizados. São, ao todo, 24 as instituições que abrigam um ou mais acervos presidenciais, completos ou não. Destas, 18 estão instaladas na região Sudeste do país, duas na região Sul, duas no Distrito Federal e apenas duas na região Nordeste.

A fragmentação dos acervos entre diversas instituições e pessoas físicas detentoras é uma realidade comparável ao que ocorre nos Estados Unidos, onde alguns críticos do sistema de bibliotecas presidenciais apontam a dificuldade enfrentada por pesquisadores interessados em períodos maiores que o de uma única gestão. A opção por eles apontada é a concentração dos arquivos na capital do país, como aparecerá ainda neste capítulo em citação de Richard J. Cox.

Vale dizer que, além da dispersão geográfica, apenas dez, dos 40 acervos listados na página do sistema de arquivos presidenciais brasileiros, mencionam a possibilidade de acesso via internet. E mesmo entre os dez casos, nem sempre se trata do arquivo completo do ex-presidente, já que por vezes este se encontra desmembrado entre mais de uma instituição e pessoa física e nem todos os envolvidos disponibilizam o acesso. O destaque fica por conta dos sete acervos abrigados, completos ou em parte, pelo CPDOC, a instituição depositária do maior número de arquivos presidenciais no país e que prevê a disponibilização via internet em todos os casos.

Deve-se, ainda, ressaltar que as informações constantes da página oficial do sistema de arquivos presidenciais, em muitos dos casos, ainda são meras reproduções do guia publicado pelo CPDOC em 1989, o que demonstra a pequena evolução na situação de acesso desses acervos nos últimos 24 anos ou a falta de cuidado na gestão do sistema e atualização de seus dados.

Por último, no que diz respeito ao sistema de arquivos presidenciais, é curioso notar que no Brasil – a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, onde a preservação e acesso ao arquivo presidencial também são consideradas responsabilidades de seu titular – também se mesclam entre as instituições detentoras desses acervos os Arquivos

⁴³ <http://www.an.gov.br>

públicos, universidades, fundações privadas e as entidades claramente dedicadas à exploração da memória de um indivíduo específico, como são os seguintes casos: Casa de Juscelino; Memorial Tancredo Neves; Casa Costa e Silva; Memorial Nereu Ramos; Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves; Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes; Centro de Memória Presidente Fernando Collor; Sociedade Civil Memorial JK; Fundação José Sarney; Museu Casa de Café Filho; e o objeto de estudo deste trabalho, a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Os motivos de escolha da Fundação iFHC como objeto de estudo passam por duas constatações iniciais: 1) o papel ativo que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso cumpre na cena política nacional mesmo depois do final de seu mandato e 2) o poder de comunicação da instituição, que articula diversas mídias, pessoas e outras instituições, com o objetivo de gerar conhecimento e difundir informação.

Sobre o primeiro aspecto cabe ressaltar a frequente presença de Fernando Henrique Cardoso em órgãos de imprensa, do Brasil e exterior, além de sua atuação partidária, com o constante posicionamento sobre os rumos de seu partido, o PSDB, e os caminhos da oposição ao governo federal comandado pelo PT desde o final de seu segundo mandato.

Não bastasse o papel ativo cumprido pelo titular do acervo depositado na Fundação iFHC, essa instituição representa, e este é o segundo aspecto citado acima, uma novidade no cenário nacional. O Instituto Fernando Henrique Cardoso não apenas preserva o arquivo pessoal do ex-presidente, mas organiza palestras e exposições, publica livros, sedia portais de internet e trabalha em parceria com órgãos de imprensa de alcance nacional que contribuem para a difusão de ideias.

O levantamento realizado pelo CPDOC em 1989 demonstra o vago interesse de ex-presidentes e seus familiares em estabelecer o acesso à documentação presidencial. Algumas figuras que ganharam maior relevo na história nacional têm sua memória (e acervos) tratada publicamente, como Getúlio Vargas e JK, mas estes podem ser tratados apenas do ponto de vista histórico, já que não disputam lugar na opinião pública contemporânea.

A peculiaridade da Fundação iFHC está, não apenas na preocupação que Fernando Henrique Cardoso demonstra com a preservação de seus papéis, mas no fato de que a instituição que os abriga também lhe serve como estrutura de apoio às atividades políticas e profissionais. E pretendo demonstrar algumas das imbricações

entre as atividades pessoais do ex-presidente e as ações de sua instituição ao longo do texto deste capítulo.

Embora não tenha a mesma relevância conceitual que as duas condições citadas e que nortearam a escolha do objeto de estudo, cabe assinalar que o interesse pela Fundação iFHC deve-se em grande parte à experiência profissional do autor deste texto. Entre fevereiro de 2008 e abril 2010 trabalhei na Coordenadoria de Acervo da instituição, onde me dediquei à coordenação técnica do projeto de digitalização do acervo e à catalogação dos documentos autorais de Fernando Henrique Cardoso.

A seguir proponho uma caracterização geral da Fundação iFHC, porém, com o propósito de ressaltar alguns dos aspectos políticos da instituição e de sua relação com a atuação pública do ex-presidente, opto pela argumentação a partir de alguns casos exemplares, uma vez que a mera apresentação da estrutura institucional da Fundação não daria conta de sustentar o problema proposto nos capítulos ulteriores.

A opção pela indicação dos aspectos políticos da instituição em capítulo que antecede o debate sobre as iniciativas propriamente memoriais deve-se a uma dificuldade argumentativa deste trabalho. O arquivo e a exposição sediados na Fundação iFHC serão tratados nos próximos capítulos, mas a análise desses empreendimentos memoriais parece carecer de uma confrontação com o ambiente geral da instituição, para que o lugar institucional que ambos ocupam possa servir de instrumento à crítica.

Pode-se dizer que é um caso peculiar no Brasil uma instituição ter a preservação histórica como uma de suas principais missões e, simultaneamente, deter uma estrutura de produção de conhecimento e emissão de discursos políticos como a da Fundação iFHC. E é por isso que esta instituição é o estudo de caso deste trabalho. Porque por meio do estudo dela pretendo refletir sobre usos e relações contemporâneas da História.

1.b Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC): origens da instituição

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso iniciou a gravação de um diário e necessitava das transcrições de suas falas. Danielle Ardaillon, socióloga que desde 1978 assessorava o recém-eleito presidente e cuidava de sua documentação pessoal, foi,

então, chamada a assumir um cargo no gabinete presidencial.⁴⁴ Ainda em 1995, Ardaillon tomou conhecimento da lei de arquivos presidenciais, da existência do Departamento de Documentação Histórica e da obrigatoriedade de preservação do volumoso arquivo presidencial no período posterior ao mandato. Danielle Ardaillon, a pedido de Eduardo Jorge⁴⁵, iniciou, então, uma pesquisa sobre as possíveis formas de tratamento do acervo.⁴⁶

*Já de cara se pensou em algum centro, alguma coisa. E, portanto, tinha que descobrir que padrão, que tipo de instituição seria.*⁴⁷

A assessora da Presidência viajou pelo Brasil conhecendo instituições como o Arquivo Nacional e os memoriais de ex-presidentes; posteriormente a pesquisa foi ampliada para os Estados Unidos, com as *Presidential Libraries*, e Europa, onde conheceu o modelo do arquivo público francês e a instituição depositária da documentação do ex-presidente de Portugal, Mário Soares.⁴⁸

*Então, o que ficou foi o modelo do Mário Soares, que achei muito legal. É um perfil muito parecido. Um pouco intelectual, etc; pessoa muito ativa. Ativa depois [do mandato presidencial]. Então, eu achei que seria, e era mais modesto ...*⁴⁹

Eu gostei. Eu achei tudo bem pensado, staff pequeno, uma coisa bem organizada, bem pensada, com coisas mínimas, sabe? Pouca gente; se concentrar sobre o arquivo, porque isso que vai ser importante etc. (...) E também, prever. Isso eu sempre falei com o Fernando Henrique. Eu digo: “Olha, vamos prever uma instituição. Porque tem que calcular sua idade...”, quer dizer, a gente sabe que, como para Mário Soares, é um lugar onde ele tem seu escritório. Porque ele vai ficar ativo, então,

⁴⁴ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55min). p. 23.

⁴⁵ Eduardo Jorge Caldas Pereira foi secretário-geral da Presidência da República entre 1995 e 1998.

⁴⁶ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 22.

⁴⁷ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 22.

⁴⁸ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 22-24.

⁴⁹ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 23.

*vai ter que ter uma estrutura. E também não é uma pessoa quieta, que quer ficar sozinha. Então, vai ser um centro de debates. É uma pessoa agitada intelectualmente.*⁵⁰

Em entrevista concedida à pesquisadora Luciana Quillet Heymann, Danielle Ardaillon afirma que a instituição começou a ser pensada já em 1996⁵¹ e Fernando Henrique Cardoso, também em entrevista a Luciana Heymman, apresenta os fundadores da instituição:

L. Heymann: *Quem são – eu gostaria de ouvir do senhor – esses sete sócios fundadores: Aloysio Meirelles de Miranda Filho ...*

F. Cardoso: *Aloysio Meirelles é um advogado tributarista muito competente que sempre me ajudou no governo também e que foi casado com uma sobrinha minha, e ele ajudou a definição das regras e o controle de toda a questão financeira e tudo isso aqui.*

L. Heymann: *O Boris Fausto, bom ...*

F. Cardoso: *É historiador e amigo meu antigo.*

L. Heymann: *A Danielle⁵², nós já sabemos. Eduardo Graeff.*

F. Cardoso: *Esse trabalhou comigo a vida toda. Foi meu aluno, trabalhou no Cebrap, trabalhou no governo, foi secretário-geral da Presidência e hoje trabalha também ... Hoje ele é chefe, suponho eu, do escritório de São Paulo lá. Mas ele sempre reviu os meus textos, escreve com muita elegância e é uma pessoa que eu estimo muito.*

L. Heymann: *José de Oliveira Costa.*

F. Cardoso: *Esse é advogado. Ele ajudou a instituir isso aqui do ponto de vista legal. Você sempre tem que ter um advogado para essas coisas, estatuto ...*

(...)

L. Heymann: *Certo. Ainda, só para a gente terminar essa lista, Jovelino Carvalho Mineiro Filho.*

F. Cardoso: *Esse é um amigo meu. É um empresário. Na verdade, ele é fazendeiro. E foi ele que ajudou ... Ele que descobriu esse local aqui,*

⁵⁰ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55min). p. 30.

⁵¹ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55min). p. 31.

⁵² Danielle Ardaillon.

porque aqui em cima tem a Sociedade Rural Brasileira. Então, ele que descobriu esse local aqui. E é pessoa de confiança e que sabe ... ajudou, no início, a levantar recursos.

L. Heymann: *E por último, Juarez Brandão Lopes.*

F. Cardoso: *É o Juarez Lopes, que foi professor da USP, é antigo amigo meu. Tanto o Juarez quanto o Boris são meus vizinhos de chácara também. Nós somos amigos há 50 anos, coisa assim, e é um intelectual, uma pessoa séria. No início da discussão disso aqui, participaram outros – participou o Malan⁵³, participou o Celso Lafer, participou o Leôncio Martins Rodrigues –, quando nós estávamos elaborando, no início.⁵⁴*

Após a escolha do modelo institucional, as narrativas que dão conta das origens da instituição saltam para o final do governo de Fernando Henrique Cardoso. João Moreira Salles, em relato publicado pela Revista Piauí, afirma:

Alguns meses antes de terminar o segundo mandato, Fernando Henrique convidou um grupo de empresários para jantar no Alvorada, explicou-lhes que pensava criar uma fundação nos moldes das bibliotecas presidenciais americanas – conservaria ali toda a sua documentação presidencial e promoveria palestras e debates sobre o futuro do país – e pediu contribuições. Do encontro nasceu o Instituto Fernando Henrique Cardoso, com dotação inicial de 7 milhões de reais, sua base de operações no Brasil.⁵⁵

A curadora Danielle Ardaillon também comenta sobre o grupo de pessoas que contribuiu para a criação da Fundação iFHC, ao qual se refere João Moreira Salles, e sobre a aplicação do dinheiro angariado:

São pessoas que se dispuseram a financiar mais um pouco o presidente, quer dizer, com o seu prestígio, e que são empresários ou, enfim, gente que tem dinheiro. Não são muitos. E eles aceitaram fazer isso – esse

⁵³ Pedro Malan, ministro da Fazenda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁵⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 17-18.

⁵⁵ SALLES, João Moreira. O andarilho. Revista Piauí, São Paulo, n. 11, ago de 2007.

*fundo está aplicado por pessoas que sabem aplicar essas coisas – e nós vivemos com as rendas desse fundo, como se fossem um endowment.*⁵⁶

O fundo de investimento de que fala Danielle Ardaillon, constituído com as doações, parece ter apenas os seus rendimentos utilizados no custeio da instituição, tornando-se necessária a captação de verba extra para iniciativas que excedam a rotina de gastos com a folha de pagamento e as contas mensais da instituição. Em entrevista concedida ao autor deste texto, a responsável pela Coordenadoria de Acervo da Fundação iFHC fala sobre o financiamento dos projetos de sua área e outras atividades da instituição:

D. Ardaillon: (...) o instituto recebeu doações para esse fundo, tem um endowment, que é um fundo importante. Mas que dá, assim, para a gente manter uma equipe bem pequena. Tanto é que tudo que é do acervo é Lei Rouanet. A Fundação praticamente não gasta nada com o acervo, a não ser eletricidade, refrigeração. Mas, agora, por que? Porque fica dependendo dos juros para não atacar o capital. E tudo que é feito aqui é sempre feito com algum financiamento separado.

Autor: Mesmo das outras áreas?

D. Ardaillon: Mesmo. O seminário. O resto não sei bem, não é? Como funciona aquele site [Observador Político], não me informo.⁵⁷

Outras particularidades da página de internet *Observador Político*, mencionada por Danielle Ardaillon, serão tratadas adiante, mas a entrevistada chama também a atenção para uma atividade, os seminários, desenvolvida por outra área da instituição, a Coordenadoria de Estudos e Debates.

O setor, que desenvolve projetos de estudo variados, em geral ligados à economia, política e sociedade latino-americanas, é coordenado pelo cientista político Sérgio Fausto e não estará no centro da análise proposta por este trabalho. Vale, no entanto, mencionar que os mecanismos de financiamento de suas atividades parecem, com base na leitura dos relatórios anuais da instituição, mais variados do que os empregados na área de Acervo.

⁵⁶ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55min). p. 35.

⁵⁷ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 24.

O tratamento técnico da documentação abrigada pela Fundação iFHC, isto é, o trabalho de rotina levado a cabo pela Coordenadoria de Acervo, é financiado, exclusivamente, com a captação de recursos aprovada na Lei Rouanet de incentivo à cultura. Até o presente momento, dois projetos foram inscritos e aprovados pelo Ministério da Cultura. Seguem alguns dos dados referentes a eles.⁵⁸

O projeto número 045808, de 2004, nomeado *Preservação, Catalogação, Digitalização e Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso*, captou aproximadamente 5 milhões e 700 mil reais entre seus financiadores, todos beneficiados com o direito à dedução de 100% da doação do imposto de renda. A síntese do projeto é bastante generalizante e indica o início das operações do iFHC.

O Instituto Fernando Henrique Cardoso nasceu com dois objetivos básicos: gerir, organizar e preservar o acervo de seu titular, oferecendo acesso público a um conjunto de documentos textuais, audiovisuais, bibliográficos e museológicos e promovendo o debate aberto e interdisciplinar sobre os desafios que o Brasil, em particular, e o mundo, em geral, enfrentam na busca do desenvolvimento humano sustentável.

O projeto número 091546, de 2009, nomeado *Tratamento técnico e difusão dos acervos Presidente Fernando Henrique Cardoso e Antropóloga Ruth Cardoso*, captou 6 milhões e 250 mil reais entre seus financiadores, todos beneficiados com o direito à dedução de 100% da doação do imposto de renda. Nesse caso, o projeto é direcionado para uma ação mais específica:

Dar continuidade à descrição, preservação e informatização do acervo documental do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O Instituto Fernando Henrique Cardoso, transformado em fundação em 2010, iniciou suas operações em 2004 e em seu primeiro relatório anual são explicitadas algumas das referências conceituais da organização da instituição:

⁵⁸ Todos os dados que se seguem foram retirados do sistema SalicNet do Ministério da Cultura, acessado em 17 de junho de 2013, pelo endereço <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>.

Um dos primeiros passos dados para a implantação do iFHC foi estruturar a base conceitual de atuação da futura entidade. O detalhamento dos mecanismos fundamentais incluiu as bases organizacionais, o modelo de governança, a estratégia de captação de recursos necessários e o plano de implementação.

Experiências acumuladas por diversas entidades não-governamentais do Brasil e do exterior serviram como modelo. O grupo de organizações analisadas incluía fundações presidenciais, think tanks e bibliotecas temáticas cujo perfil assemelhava-se ao pretendido para o iFHC.

A justificar essa opção estava a ideia de que: (1) as fundações presidenciais são organismos que visam a disseminar e ampliar o legado e o ideário de Chefes de Estado e Governo; (2) os think tanks se caracterizam como centros de pesquisa e reflexão que promovem debates e propõem políticas públicas; e (3) as bibliotecas temáticas destacam-se como núcleos de referência em temas específicos, preservando e disseminando o conhecimento especializado.⁵⁹

Os diferentes modelos institucionais – “fundações presidenciais”, “*think tanks*” e “bibliotecas temáticas” – que serviram de inspiração à concepção da Fundação iFHC, sugerem diversos caminhos de compreensão da atuação da instituição. E, muito embora este trabalho se dedique à problematização das atividades levadas a cabo pela Fundação no campo específico da História, convém investigar algumas das demais operações dessa instituição multifacetada.

Neste trabalho, que desde o início pretendeu perscrutar as relações entre a construção da memória coletiva – que se materializa em ações de cunho patrimonial, como a preservação de um arquivo pessoal e a elaboração de uma exposição histórica – e os interesses que ensejam essa instrumentalização da História na contemporaneidade, surge como necessidade buscar o que há de político no ambiente institucional onde se dão aquelas ações de cunho patrimonial.

Na introdução desta dissertação enunciei uma hipótese, que se baseia na sugestão feita pela pesquisadora Luciana Heymann, de que a criação da Fundação iFHC dá contornos institucionais à construção memorial da figura de Fernando Henrique

⁵⁹ INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2004. São Paulo: iFHC, p. 10.

Cardoso. Trata-se de uma hipótese que enseja uma abordagem historiográfica do que chamo aqui de dimensões arquivística e museológica do trabalho da instituição, já que implica ver o investimento na construção histórica como fruto de interesses do tempo presente.

Uma vez que não se trata aqui de construir a história de Fernando Henrique Cardoso, mas de historicizar a construção dela pela Fundação iFHC, faz-se necessário localizar as ações desta instituição em seu próprio tempo, e para isso é preciso exceder os limites das atividades empreendidas pela Fundação no campo da História e compreender sua inserção na dinâmica política da atualidade.

Uma possível chave de entendimento, dessa inserção da Fundação iFHC na dinâmica política atual, está em compreender algumas das ações por ela empreendidas à luz do pensamento e da prática política de Fernando Henrique Cardoso, o que equivale a somar à hipótese de Luciana Heymann a ideia de que a Fundação não apenas age no sentido da formulação do legado histórico do ex-presidente, mas também é instrumento de sua atuação política no presente.

1.c A Fundação iFHC como eco institucional do pensamento e da prática política de Fernando Henrique Cardoso

Como já se viu, a Fundação iFHC é uma instituição criada sob o pretexto de “disseminar e ampliar o legado e o ideário” de Fernando Henrique Cardoso, nos moldes das fundações presidenciais. Simultaneamente, porém, a instituição também opera como *think tank*, um modelo de instituição que se caracteriza como centro de “pesquisa e reflexão” e que “promove debates” e “propõe políticas públicas”; além de se destacar, em sua dimensão de biblioteca temática, como “núcleo de referência em temas específicos” e que “preserva e dissemina o conhecimento especializado”.

Da confluência entre as três dimensões destacadas da apresentação institucional pode-se inferir que a Fundação iFHC dedica-se à produção, registro e divulgação de conhecimento engendrado a partir de interesses afinados ao ideário de Fernando Henrique Cardoso. Parece válida, portanto, a tentativa de compreender a atuação da instituição com base no pensamento político do ex-presidente.

Proponho, portanto, uma breve incursão ao pensamento de Fernando Henrique Cardoso a partir da análise de Afrânio Garcia Júnior. O autor inicia seu texto com a evocação da fala de Max Weber:

Em todo caso, as disposições que fazem de um homem um pensador eminente e um professor de universidade não são certamente as mesmas que poderiam fazer dele um chefe no domínio prático da vida, especialmente no domínio político. (Weber, 1959, p.97)⁶⁰

Em seguida, Afrânio Garcia apresenta sua hipótese mais específica, que direciona a ideia expressa por Max Weber para o caso da trajetória política de Fernando Henrique Cardoso:

A eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República do Brasil parece contradizer a afirmação weberiana. Tanto mais que a condição de sociólogo foi apresentada durante toda a campanha eleitoral como prova de sua capacidade de afrontar o desafio da mundialização dos mercados e ao mesmo tempo combater a miséria crescente de parte considerável da população do país. A qualidade de sociólogo foi lembrada cada vez que quis pôr em relevo sua condição de intelectual, buscando se diferenciar de outros profissionais e especialistas da política cuja única preocupação seria a preservação de seus mandatos eletivos. (...)

De fato, esse caso de forma alguma parece constituir uma exceção ao preceito weberiano, diminuindo o valor da distinção entre a vocação intelectual e a de político (...). O estudo da trajetória social de Fernando Henrique, particularmente do deslocamento posterior de seus investimentos e de seus recursos sociais, adquiridos como sociólogo no início de sua carreira profissional, para o campo político (...) pode contribuir para a compreensão dos diferentes tipos de disposições e capitais sociais necessários ao exercício de cada um dos dois ofícios (...).⁶¹

⁶⁰ GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. Revista Tempo Social, São Paulo, jun de 2004, p. 285

⁶¹ Ibidem. p. 285-286.

Do excerto de Afrânio Garcia, pode-se depreender como características da trajetória de Fernando Henrique Cardoso: 1-) a instrumentalização da imagem de intelectual para fins político-partidários, notadamente eleitorais; 2-) a mobilização dos “recursos sociais”, isto é, da rede de relacionamentos construída na carreira acadêmica, para fins de sustentação da carreira política; 3-) o descolamento entre a produção intelectual acadêmica e a prática política.

Quanto ao terceiro tópico, convém esclarecer o desenvolvimento da hipótese de Afrânio Garcia. Para o autor, a partir de 1978, a produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso estaria voltada para fins político-partidários, sendo, assim, interrompida a produção de análises sociológicas, vale dizer, aquelas que caracterizaram sua carreira acadêmica. Para Garcia, a partir de 1978 a produção intelectual de Cardoso ganha o tom “de um político preocupado em defender suas tomadas de posição”.⁶²

Em resumo, para Afrânio Garcia, embora a produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais não tenha servido de fundamento à prática política de Fernando Henrique Cardoso, o capital social construído durante sua trajetória acadêmica serve à prática política, seja na mobilização das redes de relacionamento ou na utilização da imagem de intelectual. E, por último, o pensamento de Fernando Henrique também se volta para a fundamentação da própria prática política a partir de 1978.

Tomando-se a análise de Afrânio Garcia por referência, é possível traçar um paralelo entre as três características fundamentais da atuação política de Fernando Henrique Cardoso e os objetivos básicos da Fundação iFHC.

Como já se viu acima, a Fundação iFHC dedica-se à preservação e disseminação do legado e do ideário do ex-presidente, além de promover debates, propor políticas e atuar como centro de referência para pesquisa em algumas áreas específicas. Ora, no cumprimento desses objetivos, a Fundação não consolida e propaga a imagem de Fernando Henrique Cardoso como intelectual e dela própria como centro produtor de conhecimento? A instituição não articula contatos entre pessoas e outras instituições, sustentando assim, e talvez ampliando, a rede de relacionamentos estabelecida por Fernando Henrique e apontada por Afrânio Garcia? Não produz conhecimento que fundamenta as tomadas de posição do ex-presidente?

Este trabalho, que não tem como foco principal a compreensão da atuação política de Fernando Henrique Cardoso, não tem também a pretensão de esgotar tais

⁶² Ibidem. p. 295.

questões, mas o acompanhamento das atividades da Fundação iFHC permite sugerir uma resposta positiva para todas elas.

Com a finalidade de atualizar a hipótese de Afrânio Garcia, sobre quais seriam as características da prática política de Fernando Henrique Cardoso, e com isso compreender a inserção da Fundação iFHC na dinâmica política atual, vale acompanhar algumas das questões apontadas pelo ex-presidente em um artigo de 2011, que serve, como diria Garcia, à justificação das tomadas de posição político-partidárias.

Em *O papel da oposição*⁶³, Fernando Henrique Cardoso começa por identificar as falhas da oposição durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, em seguida resume a ideia de esgotamento dos canais convencionais de atuação política, para então sugerir novos caminhos.

Para o ex-presidente, os canais tradicionais da política partidária sofrem de um esgotamento devido às formas de cooptação utilizadas pelo governo federal durante a gestão petista. As instituições parlamentares, as agremiações sindicais, os movimentos da sociedade civil estariam comprometidos com o governo; ao mesmo tempo o poder dos governos estaduais teria sido esvaziado na medida em que a União envolveu os municípios com uma política clientelista, a mesma tática adotada na relação com o eleitorado mais pobre.⁶⁴

A partir daqui, Fernando Henrique Cardoso busca, então, indicar novos caminhos de fortalecimento do discurso oposicionista e diz:

Diante deste quadro, o que podem fazer as oposições? Definir o público a ser alcançado. (...)

*É preciso que as oposições se deem conta de que existe um público distinto do que se prende ao jogo político tradicional e ao que é mais atingido pelos mecanismos governamentais de difusão televisiva e midiática em geral. As oposições se baseiam em partidos não propriamente mobilizadores de massas. A definição de qual é o outro público a ser alcançado pelas oposições e como fazer para chegar até ele e ampliar a audiência crítica é fundamental. (...)*⁶⁵

⁶³ CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. Revista Interesse Nacional, Ano 4, n. 13, abr-jun, 2011.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, portanto, além de todas as formas de cooptação utilizadas pelo governo federal, este também exerce seu poder discursivo por meio da propaganda. Ao notar, então, o esgotamento dos canais tradicionais da política oposicionista, como o Congresso, e a ocupação das mídias tradicionais com a propaganda governista, o ex-presidente nota a necessidade de uma nova audiência a ser buscada pelos grupos de oposição e procura caracterizá-la:

*Sendo assim, dirão os cétricos, as oposições estão perdidas, pois não atingem a maioria. Só que a realidade não é bem essa. Existe toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe C” ou de nova classe média. (...)*⁶⁶

Em seguida, Fernando Henrique Cardoso levanta hipóteses sobre os canais de informação através dos quais a nova audiência dos grupos oposicionistas poderia ser atingida. É na identificação desses novos canais de informação que mora a aproximação entre o receituário oposicionista elaborado pelo ex-presidente e algumas das práticas levadas a cabo pela Fundação iFHC. Fernando Henrique afirma:

Pois bem, a imensa maioria destes grupos – sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista – está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente, sobretudo no período entre as eleições, quando os partidos falam para si mesmo, no Congresso e nos governos.

*Se houver ousadia, os partidos de oposição podem organizar-se pelos meios eletrônicos, dando vida não a diretórios burocráticos, mas a debates verdadeiros sobre os temas de interesse dessas camadas.*⁶⁷

Aqui entram algumas das ações promovidas pela Fundação iFHC.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

Convém listar algumas das páginas de internet alimentadas com conteúdo a partir da Fundação iFHC. Além da página oficial da instituição (www.ifhc.org.br), a Fundação iFHC também é responsável pelo conteúdo do *Observador Político* (OP) (www.observadorpolitico.org.br) e de três perfis na rede social Facebook, o da própria Fundação, o do OP e o perfil de Fernando Henrique Cardoso. Também nas redes sociais You Tube e Twitter é possível encontrar perfis alimentados com conteúdo provido pela Fundação iFHC.

É possível notar, portanto, um importante investimento da instituição no sentido de compor uma sólida estrutura de comunicação via internet. E o que afirmo aqui é que a constituição dessa estrutura de informação coincide com as propostas de Fernando Henrique Cardoso registradas em *O papel da oposição*.

Tomando como exemplo apenas a página *Observador Político*, vale uma comparação entre as ideias expressas por Fernando Henrique Cardoso em *O papel da oposição* e o que se diz no relatório de atividades da Fundação iFHC:

Denominado um projeto de “democracia digital”, o site do Observador Político começou a ser veiculado em 23 de julho de 2011. Pode-se afirmar que a rede colaborativa do OP é a mais visitada do país. Durante sua existência, o OP recebeu 492.792 visitantes únicos, sendo apenas 20,5% desse total advindos da cidade de São Paulo, o que mostra o alcance nacional do site. Até dezembro de 2011, a rede colaborativa obteve adesão de 6.252 internautas, que postaram 4.901 discussões e publicaram 42.577 comentários. Sua curva de visualização atingiu 91 mil visitantes únicos. O recorde de visitas diárias foi de 6.977 e o Facebook do OP alcançou uma média diária de 1.855 pessoas. Os observadores logados na rede são majoritariamente homens (74%), a maioria (43%) entre 18 e 34 anos.⁶⁸

A concomitância entre os novos preceitos de articulação política, registrados por Fernando Henrique Cardoso em *O papel da oposição*, e a prática de comunicação estabelecida pelo *Observador Político*, revela a instrumentalização dos recursos institucionais da Fundação iFHC (pessoal, equipamento etc.) no sentido de materializar

⁶⁸ FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2011. São Paulo: iFHC. p. 39.

as mesmas ideias que o ex-presidente propõe a seu partido político, quais sejam, a mobilização e a construção de plataformas políticas no ambiente virtual.

Em seu artigo, Fernando Henrique Cardoso ressalta o que seria uma novidade na forma como devem ser construídas as plataformas políticas:

Em um mundo interconectado pelos modernos meios de comunicação o cidadão comum deseja saber mais, participar mais e avaliar por si se de fato as diferenças econômicas e sociais estão diminuindo. Sem, entretanto, uma oposição que se oponha ao triunfalismo lulista (...) só ocorrerão mudanças nas piores condições: quando a fagulha de alguma insatisfação produzir um curto-circuito. Mesmo este adiantará pouco se não houver à disposição uma alternativa viável de poder, um caminho preparado por lideranças nas quais a população confie.

*No mundo contemporâneo este caminho não se constrói apenas por partidos políticos, nem se limita ao jogo institucional. Ele brota também da sociedade, de seus blogs, twitters, redes sociais, da mídia, das organizações da sociedade civil, enfim, é um processo coletivo.*⁶⁹

Para o autor do texto, nas sociedades contemporâneas a classe dos políticos profissionais, aqueles que são filiados a partidos, disputam eleições e ocupam cargos eletivos, deve alimentar-se do ideário de grupos sociais que não são localizáveis institucionalmente. De outro lado, esses grupos – que não estão reunidos sob partidos, sindicatos, associações ou qualquer outra forma institucional – só são identificáveis na medida em que o ideário se propaga através das redes de comunicação e só terão real força de atuação política, ou poderão ver concretizado seu ideário, na medida em que este for captado e encampado pelas forças institucionais, os partidos.

Assim, é importante notar o papel cumprido pelo *Observador Político* no sentido de aglutinar pessoas e estimular sua “colaboração” através da emissão de opiniões sobre temas da política cotidiana. O *OP*, portanto, funcionando como “rede colaborativa” no espaço da internet, cumpre os preceitos da atuação oposicionista defendida por Fernando Henrique Cardoso em *O papel da oposição*.

⁶⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. Revista Interesse Nacional, Ano 4, n. 13, abr-jun, 2011.

É importante ressaltar, também, que o ex-presidente não propõe, em momento algum, a falência da política partidária. Ao contrário, o artigo serve de convocação à atuação partidária através de novos canais de comunicação com a população.

Como afirmei alguns parágrafos acima, a caracterização da Fundação iFHC exige um esforço de compreensão do papel cumprido pela instituição no panorama político atual. Ocorre que identificar essa função política da Fundação implica em compreender também a própria atuação política de Fernando Henrique Cardoso.

Como se viu até aqui, em *O papel da oposição* o ex-presidente defende caminhos de construção do discurso contrário ao governo federal, e vale notar que se o artigo é direcionado “às oposições” no plural, evidentemente, sua preocupação com o fortalecimento da oposição se origina, especialmente, do lugar ocupado atualmente por seu próprio partido, o PSDB, principal foco partidário de oposição ao governo federal.

O partido político ao qual Fernando Henrique Cardoso é filiado não tem participação nos projetos e ações da Fundação iFHC. Possíveis relações institucionais entre as duas instâncias ao menos não são mencionadas nos documentos oficiais da Fundação. Mas se há um ideário compartilhado entre PSDB e iFHC – e espera-se que sim, uma vez que ambos contam com a participação ativa do ex-presidente –, como não haver uma coincidência de interesses? Uma instituição pode, perfeitamente, não existir em função da outra, mas não haverá um circuito de ideias que as conecte?

Com o propósito de checar tais conexões, vale parear o manifesto oposicionista publicado por Fernando Henrique Cardoso, e que tem uma finalidade de contribuição teórico-intelectual para o planejamento de ações partidárias, com um dos muitos projetos de estudo que tiveram lugar na Fundação iFHC e que é reportado no relatório de atividades do ano 2006.

O projeto *Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política*, que se desenvolveu entre fevereiro de 2006 e dezembro de 2007, foi financiado pela *London School of Economics and Political Science* e teve como parceiro institucional o *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*.⁷⁰ Seu objetivo é assim apresentado:

O foco do estudo, realizado em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, é avaliar o grau de autonomia e as formas de

⁷⁰ INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2006. São Paulo: iFHC. p. 43.

organização da sociedade civil, seus atores, suas relações com os partidos, o Estado e a mídia, em seis países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela).⁷¹

As atividades realizadas até o final de 2006 e as programadas para o ano seguinte são assim resumidas:

Da primeira etapa do projeto resultaram dois livros, um em português e outro em espanhol, que serão lançados no primeiro semestre de 2007. Reunindo os textos apresentados em uma conferência internacional realizada em maio, eles oferecem um painel das transformações políticas recentes na América Latina. O estudo prosseguirá em 2007, com base no levantamento de centros de pesquisa, pesquisadores e ativistas envolvidos com a temática da democratização da política e da sociedade latino-americanas. O levantamento, agora em fase de tabulação, deverá permitir o desenvolvimento de uma rede virtual de debate e cooperação envolvendo participantes de toda a região.⁷²

A aproximação entre o objeto de estudo do projeto *Sociedade civil e democracia na América Latina* e o aconselhamento político presente em *O papel da oposição* não é uma operação difícil. Ambos incidem sobre as mudanças recentes na dinâmica social que estabelece os vínculos entre a política institucional, representada pelos partidos e o Estado, e as instâncias variadas de construção e disseminação do discurso político: movimentos sociais, mídia etc.

A comparação entre as ideias registradas por Fernando Henrique em seu artigo e o projeto levado a cabo pela Fundação iFHC demonstra a existência de uma agenda política compartilhada entre PSDB e Fundação. E ainda que o partido não cumpra a agenda proposta pelo ex-presidente – algo que não está sob a análise deste trabalho – essa constatação permite pesar o caráter apartidário com o qual se apresenta a Fundação.

É bem verdade que temas como a crise de representatividade das instituições políticas não carregam em si partidarismos e podem ser discutidos de diferentes vieses. Mas as conexões que resalto aqui, antes, dizem respeito à instrumentalização do conhecimento produzido na Fundação iFHC em um programa partidário proposto por

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

Fernando Henrique Cardoso. Nesse caso, não se trata da emissão de um discurso partidário a partir da Fundação, mas do uso de sua estrutura para produção de um aparato teórico-intelectual que pode ser aplicado para fins partidários.

Seria temerário traçar aqui uma relação direta entre a produção de conhecimento, na esfera do projeto de pesquisa levado a cabo pela Fundação iFHC e o *Centro Edelstein*, e a elaboração, por Fernando Henrique Cardoso, das diretrizes oposicionistas registradas em *O papel da oposição*. Esta pesquisa não dispõe de dados suficientes para afirmar que o artigo de Fernando Henrique se baseie nos resultados do trabalho do grupo de estudos.

Contudo, é forçoso reconhecer uma circularidade de ideias entre os debates ocorridos na Fundação iFHC, dos quais o projeto apresentado configura um exemplo, e as tomadas de posição de Fernando Henrique Cardoso na esfera da política partidária.

Casos como os das redes sociais, notadamente o *Observador Político*, e do projeto de pesquisa *Sociedade civil e democracia na América Latina*, evidentemente, representam uma pequena parte das atividades da Fundação iFHC. E não será com base neles que se caracterizará a instituição como um centro dedicado exclusivamente a interesses político-partidários.

A aproximação entre essas atividades da instituição e as diretrizes políticas apresentadas por Fernando Henrique Cardoso em *O papel da oposição*, entretanto, permitem afirmar que há, sim, uma dimensão político-partidária nas operações da Fundação iFHC. Uma dimensão sustentada pela própria atuação do ex-presidente na interface entre a Fundação e seu partido, o PSDB.

A exemplo do que aponta Luciana Heymann para a construção do legado histórico pessoal do ex-presidente, também no campo da prática política (e da produção teórico-intelectual que fundamenta tal prática), o aparato institucional representado pela Fundação IFHC parece potencializar as ações do indivíduo Fernando Henrique Cardoso. Se a produção de registros históricos por uma instituição excede a capacidade do indivíduo de documentar sua própria trajetória, também a existência da estrutura institucional propicia a manutenção de uma rede de contatos e circulação de ideias que, dificilmente, seria administrada com a mesma eficácia por um único indivíduo.

A produção de conhecimento em diversos grupos de pesquisas, as conexões institucionais, a administração de fóruns de debate, a estrutura de comunicação, enfim, e a vinculação de todas essas atividades à figura de Fernando Henrique Cardoso, fazem com que a Fundação iFHC promova a imagem do intelectual, expanda suas redes de

relacionamento e alimente a formulação do ideário político, ecoando as características da trajetória político-partidária do ex-presidente apontadas por Afrânio Garcia Júnior.

1.d Um ponto de comparação: o caso norte-americano

Neste primeiro capítulo, que se dedica à caracterização do contorno institucional que envolve os empreendimentos memoriais de que tratarão os próximos, já foram apresentadas a legislação, que ensejou a criação da Fundação iFHC com a finalidade de preservação do arquivo presidencial, e algumas operações da instituição no campo da produção de conhecimento e atuação no debate político.

Com isso, pretendo ter traçado um panorama que, se não esgota a caracterização da Fundação iFHC, ao menos é suficiente para a compreensão de que os empreendimentos memoriais inserem-se em um ambiente eminentemente político.

Uma legislação que define documentos pessoais, a priori, como patrimônio histórico e cultural, não obstante sua importância, é, sem dúvida, parte de um contexto institucional (ou legal) que pretende influenciar a construção histórica. De outro lado, a constituição de uma instituição privada voltada à disseminação do ideário político e preservação do patrimônio histórico constituído pelo indivíduo, e legitimado pelo Estado (através da lei de arquivos presidenciais), também implica numa interferência na formulação da memória coletiva.

Algumas das influências desse “lugar institucional”, onde se localizam as dimensões arquivística e museológica da construção memorial de Fernando Henrique Cardoso, poderão ser checadas nos próximos capítulos desta dissertação. Mas por ora cabe estabelecer um referencial comparativo que sirva à justificação das escolhas que virão a seguir.

Ao estabelecer como objeto de estudo os empreendimentos memoriais de uma instituição que opera nos dias atuais, este trabalho assumiu os riscos de uma análise que problematiza a construção de um discurso histórico incompleto, o que equivale a dizer que, seja atuando no sentido de forjar a figura histórica de Fernando Henrique Cardoso ou estabelecendo condições para que essa construção se dê no futuro, o fato é que o trabalho da Fundação iFHC não encontra-se finalizado, uma vez que a trajetória histórica do ex-presidente ainda está em curso e dela faz a parte a própria instituição que leva seu nome.

Tal situação, de um indivíduo que investe na construção de sua própria imagem para a posteridade, poderia ser aproximada da produção autobiográfica e problematizada a partir de parâmetros críticos sobre esse tema. Ocorre que no caso dos empreendimentos memoriais da Fundação iFHC, a construção da figura histórica de Fernando Henrique Cardoso se dá em um contexto de atividade institucional, em nada comparável à elaboração de uma autobiografia por um indivíduo isolado.

A aproximação com a produção autobiográfica voltará a ter lugar no texto desta dissertação quando da discussão sobre a constituição do arquivo pessoal do ex-presidente, contudo, neste momento cabe pensar a construção memorial em um contexto institucional dinâmico como o da Fundação iFHC, onde diretrizes legais, interpretações históricas e interesses políticos se sobrepõem, se chocam e se complementam.

A particularidade do modelo institucional adotado pela Fundação iFHC dificulta o estabelecimento de seus pares brasileiros e, ainda mais, o diálogo com uma bibliografia nacional sobre o tema. Portanto, o referencial comparativo desta pesquisa teve de ser encontrado naquelas instituições que serviram de inspiração à criação da Fundação: as bibliotecas presidenciais norte-americanas.

Embora as *Presidential Libraries* não configurem o único modelo de inspiração para a Fundação iFHC, sua adoção como referencial comparativo nesta pesquisa deve-se também à volumosa produção crítica sobre a atuação das instituições e a legislação que as fomenta, desenhando-se, assim, uma valiosa contribuição ao caso brasileiro devida à longa trajetória dessas organizações na sociedade dos Estados Unidos.

Diferente do Brasil, onde a legislação que regula o tratamento dos arquivos presidenciais foi estabelecida em fins do século XX e não tem despertado o interesse de muitos analistas, entre norte-americanos tais diretrizes legais remontam ao século XIX e, tanto seu desenvolvimento quanto a prática das instituições que as levam a cabo, têm sido amplamente discutidas e documentadas.

Em seguida apresento uma breve história do desenvolvimento das *Presidential Libraries* e algumas considerações críticas feitas por analistas do sistema. E vale observar que, se nos próximos capítulos esse referencial comparativo é poucas vezes evocado, será porque sua principal contribuição está na estrutura de análise adotada nesta dissertação, isto é, a abordagem dos trabalhos da instituição estudada em duas diferentes dimensões: o arquivo e a exposição museológica. A partir daí, a crítica interna de ambas as dimensões encontra bibliografia específica que contribui para o aprofundamento de questões particulares.

Os papéis presidenciais nos Estados Unidos eram inicialmente considerados propriedade particular do ex-presidente da República e só passaram a ser conservados por uma instituição pública a partir do século XIX, com a aquisição pela Biblioteca do Congresso dos arquivos de George Washington, Thomas Jefferson e James Monroe entre as décadas de 1830 e 1840⁷³. Em 1897, essa mesma instituição criou sua Divisão de Manuscritos e a partir de então, segundo Cynthia J. Wolff, “gradualmente desenvolveu-se o costume de se depositar os papéis na Biblioteca do Congresso”⁷⁴.

A adoção do modelo de instituição privada para depósito do arquivo do ex-presidente, que redundou na criação do atual Sistema de Bibliotecas Presidenciais, surgiu após a gestão de Franklin Delano Roosevelt. O período do New Deal foi marcado pela criação do Gabinete Executivo do Presidente e de diversas agências que geraram uma quantidade elevada de informação, como fruto do cumprimento de suas funções de assessoria da Presidência, e assim contribuíram para o aumento do volume de documentos no arquivo presidencial. Na medida em que a complexidade administrativa do governo aumentava, a retirada dos documentos auxiliares da gestão para o foro particular do ex-presidente tornava-se menos adequada.⁷⁵

*(...) o presidente Roosevelt buscou aliviar os problemas criados pela explosão dos papéis presidenciais de sua gestão por meio do retorno dos papéis ao domínio público em um novo tipo de instituição – a biblioteca presidencial.*⁷⁶

Desde a fundação da instituição dedicada à memória de Franklin Delano Roosevelt a legislação do país parece ter regulado o papel das bibliotecas presidenciais em dois sentidos: 1) a cristalização do interesse público sobre os arquivos de ex-presidentes e 2) a desoneração do Estado na construção dos aparatos institucionais.

Leis como o *Presidential Records Act*, de 1978, que separa o arquivo presidencial em material documental, registros presidenciais e registros pessoais, e que determina que todos os registros criados ou recebidos pelo presidente e seus assistentes, com o propósito de assistir à Presidência, são de propriedade do governo e devem ser

⁷³ COX, Richard J. America's pyramids: Presidents and their libraries. *Government Information Quarterly*, 19, 2002. p. 47.

⁷⁴ WOLFF, Cynthia J. Necessary monuments. The making of the Presidential Library System. *Government Publications Review*, 16, 1989. p. 49.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

administrados pelo Arquivista dos EUA⁷⁷, e o *Presidential Libraries Act*, de 1986, que limita o apoio financeiro do governo à construção das instituições, exige uma contrapartida de 20% do custo total da biblioteca e uma supervisão mais próxima do Arquivista dos EUA⁷⁸, são demonstrações de uma tendência à estatização dos documentos e privatização dos custos de preservação.

Não são raros, entretanto, os críticos que se insurgem contra o modelo de bibliotecas presidenciais, alegando caracterizarem-se as instituições como veículos de beneficiamento do indivíduo com dinheiro público e de empecilho à livre produção de conhecimento a partir dos arquivos.

Dois dos mais reconhecidos críticos do sistema de instituições presidenciais são o cientista da informação Richard J. Cox e o historiador Benjamin Hufbauer. O estabelecimento do ponto de comparação que interessa a este trabalho é baseado, principalmente, na caracterização que ambos fazem do que chamo de “o caso norte-americano” em seus insinuantes textos *America's pyramids*⁷⁹ e *Spotlights and Shadows*⁸⁰. Em seus respectivos artigos, enquanto Cox ressalta a necessidade de transparência dos arquivos para a sustentação dos direitos do cidadão norte-americano e critica fortemente a ineficácia do *National Archives* (o arquivo nacional estatal dos EUA) no acompanhamento do trabalho executado pelas bibliotecas presidenciais, Hufbauer destaca as exposições históricas como demonstração do desvirtuamento da função inicial e ideal das bibliotecas presidenciais: a preservação dos registros documentais para a construção de análises históricas críticas e isentas. Ambos os autores apontam para o problema das instituições muitas vezes servirem como monumentos e ações por elas promovidas objetivarem o elogio histórico dos ex-presidentes.

Benjamin Hufbauer cita um ensaio do sociólogo Robert N. Bellah para localizar as bibliotecas presidenciais em um contexto maior de veneração histórica característico da sociedade norte-americana, a “religião civil”. Para Bellah, nos Estados Unidos a religião civil “pôde se desenvolver ... poderosos símbolos de solidariedade nacional e mobilizar níveis profundos de motivação pessoal para a conquista de objetivos

⁷⁷ Ibidem. p. 54-55.

⁷⁸ Ibidem. p. 47.

⁷⁹ COX, Richard J. *America's pyramids: Presidents and their libraries*. *Government Information Quarterly*, 19, 2002. p. 45-75.

⁸⁰ HUFBAUER, Benjamin. *Spotlights and shadows: presidents and their administrations in presidential museum exhibits*. *The Public Historian*, vol. 28, n.3 (Summer 2006). p. 117-132.

nacionais”⁸¹. Alguns dos marcos da religião civil americana também são destacados pelo sociólogo e surgem no excerto citado por Hufbauer:

*O que há, então, dos primeiros anos da república, é um conjunto de crenças, símbolos e rituais com respeito a coisas sagradas e institucionalizadas em uma coletividade... A Declaração de Independência e a Constituição eram as sagradas escrituras e Washington era o Moisés divino que libertou seu povo das mãos da tirania. A Guerra Civil ... foi o segundo grande evento que envolveu um auto conhecimento nacional tão profundo a ponto de buscar expressão por meio da religião civil.*⁸²

Cabe destacar que o termo “religião civil” é utilizado aqui, segundo Hufbauer, no sentido atribuído por Jean-Jacques Rousseau em *O Contrato Social*.⁸³

Mas o que importa mais proximamente a este trabalho é a caracterização das bibliotecas presidenciais como parte do conjunto de elementos formadores da religião civil americana. Para o crítico do sistema, Benjamin Hufbauer, essas instituições cumprem um papel semelhante aos ícones citados por Robert N. Bellah na construção do sagrado nacional norte-americano.

*As bibliotecas presidenciais e, especialmente, seus museus, são lugares que contêm os quatro elementos da religião civil [homens, lugares, objetos e rituais sagrados]⁸⁴. Essas bibliotecas tendem a ser lugares sagrados para onde peregrinações nacionais podem ser feitas para serem vistas relíquias e reconstruções da história presidencial, tudo a fim de elevar a consciência nacional para presidentes que, se tidos em grau abaixo de Washington e Lincoln, são representados como dignos de patriotismo e veneração.*⁸⁵

Em seu texto, abundante em citações de outros autores, críticos e defensores do sistema de instituições presidenciais, Benjamin Hufbauer identifica a dupla função de

⁸¹ BELLAH, Robert N. apud HUFBAUER, Benjamin. Spotlights and shadows. *Op. cit.* p. 118-119.

⁸² Ibidem.

⁸³ HUFBAUER, Benjamin. Spotlights and shadows: presidents and their administrations in presidential museum exhibits. *The Public Historian*, vol. 28, n.3 (Summer 2006). p. 118-119.

⁸⁴ Ibidem. p. 119.

⁸⁵ Ibidem. p. 119-120.

uma biblioteca presidencial: a preservação dos arquivos e a construção memorial por meio das exposições museológicas. É sobre o segundo aspecto que o autor se debruça para criticar o modelo institucional:

*Quase todas as bibliotecas presidenciais apresentam uma versão da história bastante distorcida e excessivamente favorável a esses presidentes. Isto não é de se surpreender, visto que os próprios presidentes e seus apoiadores tendem a estar significativamente envolvidos no que o museu exhibe.*⁸⁶

A ênfase no aspecto memorial das bibliotecas parece configurar a principal fonte de críticas para aqueles que enxergam as instituições como veículos de beneficiamento do indivíduo. É o que transparece do relato feito por Gordon R. Mitchell e Jennifer Kirk sobre a polêmica que tomou conta das universidades de Duke e Stanford a partir da ideia de instalação das bibliotecas de Richard Nixon e Ronald Reagan em seus respectivos campi.⁸⁷

Em ambos os casos observou-se a oposição entre setores dirigentes das universidades, que viam na construção das bibliotecas a oportunidade de abrigar um grande acervo para pesquisa, e partes expressivas dos corpos docente e discente, que entendiam a instalação das instituições como ações de celebração dos indivíduos. Vale notar no texto de Mitchell e Kirk que a maior parte da argumentação de ambos os lados parece denotar uma visão benéfica dos arquivos e perversa dos museus, com ora os setores dirigentes rejeitando o museu e ora opositores considerando a validade da preservação de um arquivo para pesquisa.

A polarização entre as funções de arquivo e museu – pesquisa ou celebração – é relatada por Mitchell e Kirk a título de estudo da jurisprudência para criação de novas bibliotecas presidenciais. Para os autores, a adoção de modelos institucionais para as novas bibliotecas deve estar pautada no acúmulo de experiência de casos anteriores. As polêmicas Nixon-Duke e Reagan-Stanford ensinam, entre outras coisas, que a dupla função cumprida por essas instituições exige pensar separadamente os arquivos e museus.⁸⁸

⁸⁶ Ibidem. p. 123.

⁸⁷ MITCHELL, Gordon R. e KIRK, Jennifer. Between education and propaganda: public controversy over presidential library design. *Argumentation and Advocacy*, 44 (Spring, 2008). p. 213-230.

⁸⁸ Ibidem. p. 226-227.

Mitchell e Kirk baseiam-se na dicotomia arquivo-museu proposta na obra de Benjamin Hufbauer, especialmente em seu livro *Presidential temples: how memorials and libraries shape public memory*⁸⁹, para estabelecer os parâmetros argumentativos de seu texto. Mas em *Spotlights and shadows*, Hufbauer soluciona a dicotomia colocada em seu trabalho anterior. Ao analisar a exposição museológica formatada pela Biblioteca Truman, a qual reputa como modelo a ser seguido pelas demais, o autor conclui:

*O melhor exemplo de história pública em uma biblioteca presidencial está na Biblioteca Truman em Independence, Missouri (...) Uma das peças-chave para o sucesso desse projeto foi a aproximação entre o arquivo e o museu. Como muitas pessoas afirmam, a biblioteca presidencial tem duas funções bem distintas, mas que eu acredito serem muito complementares. (...) A fim de se evitar agradar aos patronos ao custo de se reprimir a história, foram até convidados historiadores que trabalharam durante muitos anos no arquivo da biblioteca para rever o texto e garantir que as exposições fossem historicamente precisas.*⁹⁰

A julgar pela análise de Benjamin Hufbauer, boas exposições seriam dependentes de um reconhecimento profundo, por meio de pesquisas externas, do arquivo depositado na instituição. Essa visão está de acordo com outra constatação expressa no artigo de que trato aqui: a de que bibliotecas instaladas mais recentemente estão enquadradas no rol de instituições “que apresentam uma versão comemorativa propagandista”⁹¹. Outras duas categorias de instituição apresentadas pelo autor são:

(...) as que apresentam algumas boas tentativas de narrar a história pública do país, mas ainda com um longo caminho a percorrer até estarem em conformidade com as regras do Conselho Nacional sobre História Pública sobre o que é “verdade histórica”; e, finalmente, uma biblioteca que atenda os altos padrões necessários para a boa história

⁸⁹ HUFBAUER, Benjamin. *Presidential temples: How memorials and libraries shape public memory*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 2005.

⁹⁰ HUFBAUER, Benjamin. *Spotlights and shadows: presidents and their administrations in presidential museum exhibits*. *The Public Historian*, vol. 28, n.3 (Summer 2006). p. 126.

⁹¹ *Ibidem*. p. 125.

*pública que pode até se tornar um modelo a ser seguido por outros museus de outras bibliotecas presidenciais.*⁹²

Ao que parece talvez a única instituição constante do grupo exemplar do autor seja a Biblioteca Truman, e o sucesso de algumas exposições abrigadas por outras instituições presidenciais deve-se à passagem do tempo desde a fundação das respectivas bibliotecas, o que faz com que o próprio presidente, seus assessores e familiares se afastem do comando das instituições.⁹³

Se Benjamin Hufbauer enxerga possibilidades de um bom trabalho historiográfico a ser empreendido pelas bibliotecas presidenciais, contanto que estas se guiem pelos padrões de qualidade estabelecidos pelo Conselho Nacional sobre História Pública e se afastem dos interesses pontuais dos titulares dos acervos e seus familiares, Richard J. Cox, o outro autor que aqui embasa a caracterização geral do “caso norte-americano”, é taxativo em sua recomendação de constituição de uma única instituição central que abrigaria os acervos de todas as gestões presidenciais futuras:

*Precisamos de um único Arquivo Presidencial, alojado em uma instalação administrada pelos National Archives (mas com uma abrangência arquivística com poder e autoridade) em Washington ou seus arredores, onde os registros de todas as gestões subseqüentes serão convenientemente armazenados para pesquisadores e o público. Este local terá foco nos registros, com algum espaço para pequenas exposições rotativas sobre a história e a natureza da presidência, mas seu propósito primeiro será arquivístico. O espaço de exposições será modesto (especialmente porque outras instituições sediadas em Washington, como o Museu de História Americana do Smithsonian, podem ser mais do que adequadas para educar o público sobre a presidência), mas deverá haver mais espaço alocado para conferências e reuniões sobre a presidência, o sistema político americano, e assuntos nacionais e internacionais.*⁹⁴

E termina seu artigo-manifesto com uma ácida caracterização da situação atual:

⁹² Ibidem.

⁹³ Ibidem. p. 124.

⁹⁴ COX, Richard J. America's pyramids: Presidents and their libraries. Government Information Quarterly, 19, 2002, p. 66.

*Do jeito que está, temos um retrato mais íntimo do presidente quando assistimos The West Wing na televisão, por mais distorcida que essa imagem possa ser, do que temos nas recriações do Oval Office espalhadas pelo país e suas exposições sem crítica alguma, mais suas respectivas lojas de presentes.*⁹⁵

Cox, a exemplo de Hufbauer, elenca a opinião de uma série de estudiosos contrários ou favoráveis ao modelo institucional das bibliotecas presidenciais e, um a um, contradiz os argumentos dos defensores e se alinha aos dos críticos do sistema.

Entre os supostos benefícios da existência das bibliotecas presidenciais são citados o desenvolvimento turístico e comercial das cidades que as abrigam; o papel de centro cultural e apoio às escolas locais; a reunião da documentação de toda a equipe de governo em um único lugar, dando a entender que os assessores do ex-presidente podem sentir-se mais à vontade de depositar seus papéis em uma instituição comandada por aliados; o desestímulo à destruição de documentação potencialmente comprometedora, já que nas bibliotecas presidenciais ela está abrigada sob a tutela dos que não a utilizariam para causar danos imediatos.

Richard J. Cox resume sua contrariedade em relação a esses argumentos em dois parágrafos:

Ninguém no Congresso e nenhuma gestão presidencial de meio século atrás tinha nenhuma expectativa de que as bibliotecas presidenciais seriam vendidas como atrações turísticas ou enxergadas principalmente como programas educativos. Ainda que seja ridículo argumentar contra a educação de qualquer cidadão ou estudante americano sobre a presidência, não há razão para acreditar que tal educação deva ser oferecida via sistema de bibliotecas presidenciais ou que esta é mais importante do que a função arquivística (...). Um único Arquivo Presidencial pode realizar isso, e, mais importante, pode trocar o foco de uma memorialização de presidentes como heróis e líderes para educar os cidadãos sobre a importância da prestação de contas em um governo democrático (...). Além disso, registros

⁹⁵ Ibidem. p.68.

*presidenciais não são bens de uma comunidade local, são bens nacionais que merecem tratamento adequado para tal status.*⁹⁶

*Quanto ao medo de que quaisquer outros arranjos diferentes do sistema de bibliotecas presidenciais levariam à destruição ou à não criação dos documentos por conta de registros comprometedores ou ambíguos de ações, decisões e iniciativas presidenciais, isso parece, no melhor dos casos, um pacto com o diabo. Se o único meio de assegurar que os registros sejam criados é desenvolver um sistema onde há um controle muito frouxo e defesas mínimas para que se garanta acesso a eles, não há razão para a existência de tal sistema.*⁹⁷

Quanto às críticas ao sistema, vale reproduzir aqui as caracterizações das bibliotecas presidenciais feitas por alguns dos autores citados por Cox:

Há 30 anos, o historiador Herbert Feis escreveu (...) “as bibliotecas presidenciais e outras bibliotecas memoriais serão mais tarde de grande valor para todos os que quiserem escrever sobre o passado a uma distância segura. Mas a não ser que as regras e restrições atuais e as esperadas num futuro próximo sejam abrandadas, elas não poderão ajudar quem quiser estudar e escrever sobre o passado recente. A criação destas bibliotecas foi banhada por promessas de revelação. Não foram concebidas apenas como memoriais e repositórios de preservação. Elas foram saudadas pela crença de que permitiriam aos americanos aprender mais – e mais fácil e rapidamente – sobre seu passado. Mas a luz da revelação está tão filtrada por cortinas de reserva que o valor destas instituições para o historiador do passado recente ainda está para ser provado”. (...)

*Feis especulou que “os oficiais e curadores guardiões destas coleções podem se considerar também como guardiões da reputação do indivíduo memorializado”.*⁹⁸

Historiadores como Joan Hoff apontaram que (...) “via de regra, bibliotecas presidenciais são uma má ideia; levaram a muitos

⁹⁶ Ibidem. p. 67.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibidem. p. 60.

problemas de acesso e segredo no passado, e continuarão a gerar tais problemas no futuro”. (...) Hoff também declara que “nenhum diretor destas instituições jamais foi nomeado sem a aprovação explícita do ex-presidente, da sua família ou da sua fundação; estas instituições existem para realçar a imagem dos executivos-chefes cujas coleções elas abrigam”.⁹⁹

Roger Rosenblatt, comentando a abertura da Biblioteca George Bush na College Station, Texas (...). “Estátuas costumavam ser o suficiente para satisfazer os impulsos auto-engrandecedores dos líderes mundiais ... Mas o papel que uma estátua cumpria bem agora precisa de uma biblioteca inteira. Deve ser porque bibliotecas são comumente reconhecidas como estabelecimentos de dignidade e, portanto, presidentes, que sempre buscam um lugar na história, pensam que chamar seus monumentos de bibliotecas certifica sua importância histórica.”¹⁰⁰

Um educador de museu, Victor J. Danilov, enquanto examinava a controvérsia a respeito da Biblioteca Nixon, especulou que tal controvérsia “põe o foco de sua atenção em um dilema enfrentado por todos os museólogos das bibliotecas presidenciais: como lidar com tópicos sensíveis ao contar a história de um presidente e sua época”. (...) “pois o museu é tipicamente um tributo a uma pessoa que está envolvida no planejamento e ele ou sua família continuam a ficar de olho em suas operações”.¹⁰¹

Assim como no texto de Benjamin Hufbauer, aqui, apesar de Richard J. Cox pessoalmente questionar vigorosamente a eficiência das bibliotecas presidenciais no que diz respeito ao tratamento da informação arquivística, os autores por ele relacionados, em especial o grupo de historiadores citados, apontam o aspecto memorial, expresso principalmente por meio das exposições museológicas, como a principal fonte de crítica às instituições.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Ibidem. p.62.

¹⁰¹ Ibidem. p. 63.

Cox admite que “muitos dos sentimentos populares sobre as bibliotecas presidenciais têm como foco o museu ou os papéis educativos destas instituições, ao invés da questão dos registros”¹⁰² e afirma ser “muito mais simples para estas instituições se concentrarem em comemorar os ex-presidentes ao invés de levantarem as questões mais difíceis sobre propriedade, acesso e revelações em seus papéis”¹⁰³.

A crítica frequente ao papel cumprido pelos museus pode ser compreendida por dois aspectos principais: 1) a facilidade de identificação da atitude de celebração nas exposições museológicas, se comparada com a dificuldade de constatação de construções elogiosas a partir do arquivo, já que quaisquer ações de manipulação da documentação se dão longe dos olhares críticos e externos à instituição, nos momentos de avaliação e descarte do acervo ou estabelecimento de políticas de acesso; 2) o papel preponderante que as exposições museológicas têm cumprido nas novas bibliotecas.

Cox esclarece o segundo ponto dialogando com o texto de outro autor:

*Há vinte anos, Louis Leonard Tucker, historiador e diretor de uma sociedade histórica, declarou que “ainda que as primeiras bibliotecas já contivessem exposições museológicas, estas bibliotecas eram concebidas como centros de pesquisa. Nas estruturas recentes, os componentes do museu tornam-se o elemento dominante”. Tucker ainda acrescenta que “como historiador, tenho uma preocupação ainda mais aflitiva: o efeito que estas recentes e enormes estruturas têm na percepção histórica de um presidente pelo público geral americano. Estas estruturas massivas, com seus programas de museu elaborados, dramáticos e sofisticados, fazem uma profunda declaração simbólica sobre os indivíduos que memorializam. Seu tamanho e sua pretensão conotam uma visão de que estes foram ‘Grandes Homens’ envolvidos em ‘Grandes Ações’. Elas exacerbam não apenas a importância dos presidentes, mas também dos eventos nos quais estiveram envolvidos. Cada gestão assume a dimensão de uma ‘Era Heroica’”.*¹⁰⁴

O próprio Richard J. Cox assume em outra passagem que “se as bibliotecas foram construídas originalmente para abrigar os registros, atualmente são os museus que parecem receber mais atenção, recebendo em suas exposições mais de um milhão

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 63-64.

de pessoas ao ano”¹⁰⁵ e se pergunta: “construir essas bibliotecas imediatamente após os presidentes deixarem o cargo gera interesse imediato, mas uma vez que os registros estejam totalmente abertos e os pesquisadores diminuam para um número desprezível, o que nos resta?”¹⁰⁶

Restam as construções históricas patrocinadas por instituições que devem fidelidade ideológica aos mesmos indivíduos que representam em suas narrativas, e que, potencialmente, sustentariam o que Mitchell e Kirk colocam como o papel educativo das bibliotecas, um papel que estaria alinhado com a função monumental da instituição. Para os autores, “a educação envolve uma transmissão ostentatória, de valores comumente aceitos, a públicos predispostos a aceitar tradições e normas comunitárias, enquanto a propaganda opera na seara da contingência, na qual conhecimentos incertos ou incompletos criam condições propensas à controvérsia.”¹⁰⁷

Mitchell e Kirk fazem em seu texto uma aproximação entre a dicotomia memorial/arquivo, proposta por Benjamin Hufbauer, e a distinção entre educação e propaganda apresentada por Chaim Perelm e Luice Obrechts-tyteca. Mas as origens de tais teorias interessam menos a este trabalho do que a ideia geral de que, enquanto as exposições apresentam discursos normativos e que alimentam a tradição (talvez aqui se possa pensar na tradição nacional e da religião civil americana), os arquivos são encarados como lugar de disputa, de controvérsia histórica.

Embora o esquema argumentativo de Mitchell e Kirk pareça simplista e redutor das complexidades que envolvem as discussões museológicas e pedagógicas em geral, serve como ponto de partida para a compreensão dessas instituições onde trabalhos distintos são empreendidos e interferem na construção histórica. A síntese entre as duas atividades é proposta por Benjamin Hufbauer e já foi apresentada aqui, mas seu resultado só aparece no discurso museológico, e não no arquivo. Este permanece como fonte para a construção de discursos e não como veículo de difusão deles.

Na caracterização de Richard J. Cox os problemas inerentes ao sistema de bibliotecas presidenciais são variados e vale demarcá-los uma última vez pelas palavras do autor:

¹⁰⁵ Ibidem. p. 46.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 54.

¹⁰⁷ MITCHELL, Gordon R. e KIRK, Jennifer. Between education and propaganda: public controversy over presidential library design. *Argumentation and Advocacy*, 44 (Spring, 2008). p. 214-215.

(...) há muitas questões abalando a estrutura do sistema. A que custo este sistema foi construído? Será que estas bibliotecas fizeram com que nós, o povo americano, entendêssemos melhor a natureza da presidência? O presidente e seu gabinete estão prestando as devidas contas perante o povo e o governo? Os registros nas bibliotecas contam com a liberdade de acesso que deveriam? E qual parece ser o propósito – pesquisa, celebração, memória – dessas bibliotecas? Apesar de centenas de artigos terem sido publicados, diversos livros impressos, milhares de press releases enviados e que milhões de pessoas tenham visitado essas instituições, muitas dessas – e outras – questões permanecem.¹⁰⁸

E se tais questões permanecem no caso norte-americano, o caso brasileiro, que é representado aqui pelo estudo da Fundação iFHC, apenas começa a ser discutido. A leitura desses autores, que há tempos dialogam com os problemas do sistema de bibliotecas presidenciais nos Estados Unidos, sugere questionamentos ainda pouco sistematizados pela bibliografia nacional, dada a novidade representada por tais instituições no Brasil.

A título de comparação com o estado incipiente dessa discussão teórica no Brasil, vale um destaque para a existência do Conselho Nacional sobre História Pública, mencionado não poucas vezes na bibliografia norte-americana, e que parece configurar uma instância permanente de deliberação sobre os temas atinentes ao trabalho de instituições depositárias de acervos e difusoras de conhecimento histórico.

Também o papel do “Arquivista dos EUA”, um cargo proeminente e que não encontra semelhante na estrutura governamental brasileira, é demonstração das diferenças de tratamento que as questões concernentes aos acervos presidenciais recebem em ambos os países.

Enfim, talvez a comercialização da História tenha atingido um nível superior na sociedade norte-americana se comparada com a situação brasileira. A existência dos *theme-parks*¹⁰⁹ e a cultura do *souvenir*, bem representada na loja virtual dos *National Archives*¹¹⁰, parecem indícios disso. Talvez tal realidade deva-se a características sociais

¹⁰⁸ COX, Richard J. America's pyramids: Presidents and their libraries. *Government Information Quarterly*, 19, 2002, p. 46.

¹⁰⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 11.

¹¹⁰ <http://www.archives.gov/shop/>

mais enraizadas, como as apontadas por Robert N. Bellah, ou por tendências mais recentes, como a espetacularização da política e da cultura. Embora não caiba neste trabalho aprofundar tais especulações, é necessário mencioná-las para que o contraponto estabelecido aqui seja colocado em perspectiva.

Se neste trabalho construí uma breve narrativa sobre o sistema norte-americano de bibliotecas presidenciais, enfim, não será apenas porque tal modelo parece ter servido de referência da legislação brasileira e da própria Fundação iFHC, mas também porque para um historiador tratar com um objeto de estudo de alcance tão recente, como é o caso da experiência da Fundação iFHC, implica nos riscos de limitar-se à superficialidade da descrição ou aventurar-se demais em especulações pouco embasadas. Conhecer as questões colocadas pela bibliografia norte-americana, portanto, contribui na definição do problema e na estruturação do texto desta dissertação.

1.e Concluindo o capítulo

Reunir em um mesmo capítulo introdutório a apresentação da legislação sobre arquivos, da própria instituição estudada e ainda de algumas visões do sistema norte-americano de bibliotecas presidenciais, contribui para ancorar questões e levantar problemas que estarão menos visíveis nos níveis de descrição propostos nos próximos capítulos.

Se o intuito deste texto é propor uma reflexão sobre a construção da memória pública de Fernando Henrique Cardoso através da organização de seu arquivo pessoal e montagem da exposição *Um plano real*, nada mais óbvio do que identificar a imbricação entre as questões políticas que permeiam a estrutura institucional da Fundação iFHC e a execução de ambos os empreendimentos memoriais. Ocorre que tais relações não se explicitam pela mera atenção à exposição e, principalmente, ao arquivo.

A exemplo do que é apontado por Mitchell e Kirk para as bibliotecas presidenciais norte-americanas, arquivo e museu constituem dimensões distintas da construção histórica nessas instituições. A própria polêmica causada pela instalação de bibliotecas presidenciais nas universidades de Duke e Stanford demonstra o tratamento distinto dispensado para cada uma das atividades.

Ocorre, no caso das exposições museológicas, uma deliberada construção narrativa da história presidencial que é difundida nessas mostras, isto é, há ali um

discurso que se presta mais facilmente à desconstrução e crítica uma vez que se apresenta publicamente. Não é o caso dos arquivos. A orientação política implícita na organização de um conjunto documental se impõe mais fortemente por meio de ações que escapam ao olhar do crítico, como o estabelecimento de diretrizes de descarte e acesso que se dá longe dos olhares públicos.

Evidentemente existem outras formas de influenciar os discursos construídos a partir da pesquisa em arquivos. A forma de organização de um conjunto documental pode se basear em valores, destacar importâncias, atribuir sentidos enfim. É nessa dimensão da organização que se baseia mais fortemente o próximo capítulo deste trabalho.

Mas as tensões políticas com as quais convive essa atividade de organização do arquivo são sugeridas aqui pela caracterização geral da instituição; daí a tentativa de localizar a Fundação iFHC entre um conjunto de instituições semelhantes, perscrutar seus fundamentos legais e apreender sentidos que derivam de outras atividades como a organização de eventos, a manutenção de veículos de comunicação etc.

Ressaltar as questões sobre o alcance das esferas pública e privada quando se trata de arquivos pessoais de presidentes da República; demarcar os fundamentos conceituais de formação da instituição que abriga e dissemina o acervo; demonstrar a contrariedade de analistas que se debruçam sobre a experiência de instituições semelhantes no exterior; todas essas configuram tentativas de compreender o arcabouço institucional em que estão inseridos o arquivo e a exposição histórica que serão apresentados adiante.

Apreender tensões e interesses que permeiam a atuação de uma instituição que se insere no tempo presente talvez não configure a atividade mais evidente de um trabalho historiográfico. Mesmo a qualidade da descrição e análise desse objeto de estudo quicá estivesse mais bem assegurada nas mãos de outro cientista humano. Uma vez que o tempo é o lugar onde se localiza a análise do historiador, evidentemente, uma experiência pouco alongada significa uma restrição de aportes factuais que embasem a crítica.

A experiência da Fundação iFHC é extremamente curta. Fundada em 2004, a instituição não completa dez anos de existência enquanto este texto é escrito. Os caminhos políticos pelos quais a Fundação e a construção histórica de Fernando Henrique Cardoso podem passar ainda estão absolutamente abertos. Mas analisar o papel cumprido por essa instituição ajuda a demarcar um momento. Afinal, é no tempo

presente que, nas palavras da curadora do acervo, Danielle Ardaillon, se prepara o futuro desse passado.¹¹¹

¹¹¹ ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In. CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: iFHC, 2007. p. 12.

2. A dimensão arquivística: constituição e tratamento do acervo documental

2.a Apresentando o capítulo

A produção e acumulação de documentos antes e durante a Presidência

A configuração (até agora) final da organização do arquivo de Fernando Henrique Cardoso só surgiu a partir da demanda legal de sua preservação. Isto é, a adoção de uma metodologia de organização e descrição dos documentos só se fez necessária a partir da obrigatoriedade de preservação e acesso. À obrigatoriedade advinda da ocupação do cargo público, entretanto, antecedeu a acumulação de um já volumoso arquivo pré-presidencial.

Se o tratamento técnico do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso só se fez necessário a partir de sua ascensão à Presidência, o ato de guardar documentos e, portanto, atribuir-lhes valor e consignar-lhes autoridade memorial, remete a práticas privadas (mais ou menos sistematizadas) que contribuem para definir o conteúdo de todo arquivo pessoal.

No caso de alguém que exerce cargos públicos, em especial um ex-presidente da República, as intervenções e juízos de valor implícitos na preservação de um acervo documental, isto é, as condições externas ao arquivo que fazem dele uma peça memorial, são ainda mais variadas e passam pelas searas da determinação legal e do interesse social.

A preservação dos arquivos de ex-presidentes da República é regida pela Lei 8.394 de 1991, uma legislação que foi precedida por estudos encomendados ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas pelo governo José Sarney em 1988¹¹². A Lei, além de regular a preservação dos arquivos pessoais de ex-presidentes, instituiu uma série de órgãos e procedimentos burocráticos que visavam a triagem e o tratamento imediato da documentação tramitada no Gabinete do Presidente, tornando rotineira a produção e

¹¹² SILVA, Suely Braga da. Os presidentes da República. Guia dos acervos privados. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 7.

acumulação de documentos, considerados a priori como integrantes do patrimônio cultural brasileiro e declarados de interesse público.¹¹³

Neste capítulo divido a apresentação do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso entre os blocos de documentação acumulados antes e durante o período presidencial, que durou de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002.

O levantamento estatístico do conjunto documental apresentado aqui se baseou nos documentos liberados para acesso público por meio do portal do acervo localizado na página virtual da Fundação iFHC (www.ifhc.org.br). Até o mês de agosto de 2013, período de tabulação dos dados desta pesquisa, o portal do acervo apresentava um total de 11.745 documentos acessíveis via internet.¹¹⁴

A seguir reproduzo tabela extraída do último relatório anual da Fundação iFHC (ano-base 2012) com os números gerais do acervo. Note-se que a dissonância entre o que a tabela indica como “total na internet” e o número apresentado acima se deve a variação no método de contagem. O total de 11.745 documentos indicado acima, e extraído da própria base de dados da Fundação iFHC, contabiliza como unidade documental conjuntos formados por mais de um item (é o caso dos subsídios, dossiês e reportagens fotográficas, por exemplo, que podem chegar a somar centenas de itens em um único documento), já a tabela abaixo nomeia como documento cada item constante do acervo.

Tipo de documento	Total no acervo	Total no banco de dados	Total na internet
Audiovisual (gravações em VHS, Betacam, CD, DVD e U-Matic)	3.300	2.787	1.107
Biblioteca	17.000	8.547	742
Iconográfico (charges)	8.965	8.965	737
Iconográfico (pinturas e gravuras)	169	169	169
Iconográfico (ampliações)	17.000	14.107	8.943
Iconográfico (negativos)	230.000	20.767	7.577
Iconográfico (imagens digitais)	7.000	6.987	361
Sonoro (gravações em fita)	2.755	2.755	1.148

¹¹³ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Art. 3º.

¹¹⁴ O total refere-se à quantidade de documentos datados desde 01/01/1500 (um exagero temporal adotado com a finalidade de abarcar a totalidade da base de dados) a 31/12/2002 (último dia do mandato presidencial) constantes dos fundos: “FHC”, “FHC (doação Juarez B. Lopes)” e “FHC + RC”. O fundo denominado “RC” (Ruth Cardoso) não foi contabilizado nesta pesquisa.

cassete)			
Sonoro (gravações em fita rolo)	2.200	107	107
Textual	53.129	13.613	4.377
Tridimensional (objetos)	2.794	2.794	2.794
Total	344.312	81.598	28.062

Fonte: FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2012. São Paulo: Fundação iFHC. p. 10.

Segmentar a apresentação do acervo entre os períodos pré-presidencial e presidencial contribuirá para o propósito de destacar um problema específico da constituição deste arquivo. A documentação do ex-presidente foi originada, em grande parte, a partir de suas atividades acadêmicas e como representante eleito para cargos públicos. Dessa forma, embora Fernando Henrique Cardoso tenha ocupado cargos públicos (inclusive eletivos) antes de sua chegada à Presidência da República, repartir a análise do conjunto entre a documentação pré-presidencial e presidencial permitirá traduzir para a crítica do acervo uma questão presente nas análises biográficas (e autobiográficas) de seu titular: a dupla personalidade intelectual/político de Fernando Henrique.

A metodologia de organização do acervo e a censura institucional

Neste capítulo dedico-me também à apresentação e crítica da metodologia adotada na organização e descrição do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, bem como à compreensão das relações entre a curadoria do acervo e o processo de memorialização do indivíduo através do arquivo. Mas vale ressaltar que criticar o método e compreender a curadoria não basta para traçar o panorama institucional que cerca o acervo do ex-presidente. Outras questões, não ligadas diretamente ao arquivo, mas que contribuem para o desenho desse panorama, como a legislação que regula a preservação de acervos presidenciais e a atuação política da Fundação iFHC, são tratadas com maior profundidade no capítulo anterior.

Aqui está presente a hipótese de que a inserção do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso em um arcabouço institucional como o da Fundação iFHC o submete a um sistema de censura, formado pelos diferentes personagens que atuam junto à documentação e pela metodologia de trabalho que os orienta. Um sistema de censura que, apesar de não expurgar as subjetividades implícitas na acumulação de documentos,

ao menos possibilita uma construção histórica que não se limite à celebração da figura presidencial.

Evidentemente, essa hipótese tem sua contraparte naquilo que excede os limites metodológicos de organização e descrição do acervo e que se expressa nas diretrizes de seleção, descarte e acesso estabelecidas por uma instituição que, como espero ter demonstrado no capítulo anterior, é permeada de tensões e interesses político-partidários que se denunciam mais explicitamente em outras atividades que não a de tratamento arquivístico. Tais diretrizes de seleção, descarte e acesso, entretanto, intangíveis ao pesquisador, só podem ser encaradas como possibilidades, a partir da compreensão do aparato legal e institucional que cercam a documentação e que foi tema do capítulo anterior deste trabalho.

Embora a hipótese estabelecida aqui incida diretamente no tratamento dedicado pela Fundação iFHC ao acervo ali depositado, evidentemente ela estará calcada também nas trajetórias privadas e públicas, pessoais e institucionais, da documentação acumulada por Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim, caberá também aqui a apresentação do acervo na forma como explicitiei acima, ou seja, dividido entre documentos do período pré-presidencial e presidencial, uma vez que espero com isso aperfeiçoar a compreensão do que nomeio como sistema de censura, mas que não passa de uma expressão das vicissitudes pelas quais passa a formação de um acervo que não é controlado por seu titular, mas por órgãos públicos, arquivistas, assessores etc.

Por fim, a hipótese norteadora deste capítulo ensejou objetivos específicos de compreensão do que denominei como a dimensão arquivística. Alguns dos problemas que permeiam o texto e que procurei compreender são:

- Os impactos da produção e acumulação de documentos em larga escala, durante o período presidencial, na despersonalização do acervo e dificuldade de sua manipulação por meio de processos de seleção e descarte;
- A limitação da metodologia em neutralizar o discurso político do arquivo;
- O nível de autonomia de que goza a metodologia frente às interferências de formação do arquivo (seleção, descarte etc.), que muitas vezes a precedem;
- Até que ponto a metodologia de organização e descrição de um arquivo não se configura ela própria como uma representação;

- Em que medida é próprio de um arquivo pessoal simbolizar, na figura de seu titular, uma experiência social, um grupo ou um partido e qual seria o limite entre essa imanência e uma disposição política de celebração do indivíduo.

A construção do legado e o arquivo como parte do todo

A atuação da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso – da qual uma das missões institucionais é a preservação e acesso ao acervo do ex-presidente – já em 2007, três anos após sua inauguração, despertou o interesse de Luciana Quillet Heymann, historiadora, doutora em Sociologia com a tese *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro* e pesquisadora vinculada ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

O tema do legado também é abordado por Luciana Heymann em seu texto *Memórias de presidente*¹¹⁵. No texto, uma breve comparação entre as iniciativas memoriais envolvendo os ex-presidentes da República Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso, a autora alega que:

(...) contrastar os caminhos pelos quais a memória de Vargas vem sendo construída há várias décadas com aqueles pelos quais a memória de Fernando Henrique está sendo gestada pode ser uma estratégia interessante para pensar os investimentos sociais por meio dos quais a memória pessoal de determinadas figuras públicas – consubstanciada em arquivos, diários, livros de memória etc. – é aproximada da noção de legado.

Algum tempo depois de deixar a Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso teve sua rotina de professor universitário e palestrante acompanhada pelo documentarista João Moreira Salles. Como fruto de uma extensa entrevista, o interlocutor do ex-presidente publicou a entrevista/artigo *O Andarilho*¹¹⁶, na qual, em diversas passagens, faz alusão ao que seria o “drama” de Fernando Henrique: defender-

¹¹⁵ HEYMANN, Luciana Quillet. *Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC*. In. SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 51-52.

¹¹⁶ SALLES, João Moreira. *O andarilho*. Revista Piauí, São Paulo, n. 11, ago de 2007.

se da “tese de que sua agenda e seu legado político pertencem ao ideário neoliberal”¹¹⁷. Luciana Heymann também parece notar o tal “drama” em sua entrevista com o ex-presidente, então, reelabora a ideia e a emprega como um dos pontos de partida de seu texto *Memórias de presidente*:

*A fala do sociólogo, que sugere uma abordagem analítica e distanciada, parece contradita pela do homem público que não escapa ao “sofrimento” causado por interpretações incapazes de distinguir entre o que ele quis fazer e o que conseguiu fazer ou obteve como resultado de sua ação. Essa questão vem sendo notada por outros analistas, como João Moreira Salles (...) Salles concluiu que o pragmatismo que orientou sua atuação [de FHC] quando chegou ao poder (...) deixou, como herança pessoal, a tarefa de explicar-se e buscar refazer a imagem com a qual seu legado político é, em geral, associado.*¹¹⁸

A partir daqui, Luciana Heymann parece argumentar em favor da ideia de que algumas ações promovidas pela Fundação iFHC, entre elas o tratamento do acervo documental, têm como propósito a reinterpretação do legado político ao qual se referem ela e João Moreira Salles. Neste capítulo, procuro nuançar tal ideia com alguns dados da prática de tratamento do arquivo. Uma prática que considero o ponto de partida para que diferentes visões da trajetória histórica de Fernando Henrique Cardoso sejam construídas.

Não se ignora aqui o poder discursivo que o titular de um arquivo pessoal tem sobre seus papéis, quanto mais sendo ele vivo e atuante no momento da promoção de acesso público a essa documentação. O que se questionam são os limites desse poder discursivo na consecução do suposto objetivo de explicação ou reconstrução da imagem com a qual o legado político é associado.

Luciana Heymann conclui seu artigo de maneira instigante:

(...) sugiro estarmos diante de estratégias um tanto distintas de construção memorial. Há uma diferença em admitir que se pode

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ HEYMANN, Luciana Quillet. *Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC*. In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 61.

*perscrutar uma intencionalidade em qualquer registro histórico – para voltarmos ao diário e à carta-testamento de Vargas – e observar um investimento no gesto de produzir registros, um investimento que, a partir da criação do iFHC, ganhou contornos institucionais.*¹¹⁹

Ocorre que os contornos institucionais apontados por Luciana Heymann devem, em minha opinião, ser pensados em partes. É evidente que a criação da Fundação iFHC demonstra uma disposição política da parte do ex-presidente; algumas das atividades empreendidas pela instituição e que são apresentadas no capítulo anterior desta dissertação demonstram tal disposição. A própria produção de registros pelo iFHC é uma dessas atividades.

A transposição da hipótese de reinterpretação histórica para as atividades diretamente relacionadas à constituição e organização do acervo, entretanto, parece dificultada pelos diferentes poderes e tensões que permeiam o ambiente institucional. Evidentemente, não defendo aqui a ideia de que o tratamento arquivístico configure uma ilha de isenção em meio ao mar de interesses políticos que permeiam a instituição fundada por Fernando Henrique Cardoso, mas a ideia de que a inserção do arquivo pessoal do ex-presidente em um arcabouço institucional, cercado de regras de publicidade e profissionais dedicados ao processamento da documentação, se de um lado reserva ao seu titular um poder de manipulação do acervo, de outro limita tal poder na medida em que os documentos históricos são submetidos a uma pluralidade de olhares e tratados sob um método que é assumido publicamente.

No primeiro capítulo desta dissertação apresentei um ponto de comparação a ser utilizado em diferentes momentos: o caso das bibliotecas presidenciais norte-americanas. Um ponto de vista comum aos autores em que está baseada aquela apresentação é a segmentação da crítica às bibliotecas em suas áreas de arquivo e museu. Procuro fazer o mesmo aqui e, dessa forma, argumentar que a caracterização de uma instituição como a Fundação iFHC não deve tomar o todo pela parte.

Também o capítulo anterior apresentou algumas das referências conceituais de constituição da Fundação iFHC (fundações presidenciais, *think tanks*, bibliotecas temáticas) e aquela diversidade de modelos sugere, igualmente, uma análise segmentada dos aspectos institucionais.

¹¹⁹ Ibidem. p.65.

Em resumo, considerando que o propósito de oferecer uma interpretação da história de Fernando Henrique Cardoso esteja presente nos trabalhos da Fundação iFHC, a pergunta aqui é: e em que medida essa tarefa é cumprida pelo arquivo depositado na Fundação? E vale lembrar que a mesma pergunta se aplicará no próximo capítulo à exposição *Um plano real*, abarcando, assim, as duas dimensões do que se pode chamar de empreendimentos memoriais da instituição.

Em resposta antecipada à questão colocada acima, não se pode deixar de concordar com Luciana Heymann quando afirma:

*(...) está em jogo aqui, uma série de estratégias que minimizam a ‘indeterminação’ histórica: a produção de livros que interpretam a própria trajetória, a constituição e a organização de um arquivo pessoal, a reunião de acervos familiares e, sobretudo, a criação de uma instituição voltada para a preservação e a divulgação desse “patrimônio” e para a promoção de debates que permitem a explicitação e a atualização das ideias de seu titular.*¹²⁰

Ocorre que o potencial minimizador dessa indeterminação varia de acordo com os diferentes canais de preservação ou interpretação do passado: um arquivo, se organizado segundo os preceitos de ligação do documento à função que o originou, não detém o mesmo potencial evocativo de um discurso histórico se comparado com uma exposição museológica.

No que diz respeito ao arquivo, a minimização da “indeterminação histórica” à qual alude a autora pode ser identificada se considerarmos, por exemplo, o estado da documentação de ex-presidentes no Brasil.

Um panorama geral do estado de preservação e acesso dos arquivos presidenciais brasileiros encontra-se no primeiro capítulo deste trabalho, mas basta aqui relembrar a realidade de fragmentação e restrição do acesso a esses acervos para compreender que tratar da organização dessa documentação e estabelecer o livre acesso a ela, facilitado pela disponibilização, via internet, da base de dados que a indexa e dos próprios documentos informatizados, sem sombra de dúvida, configura uma ação que minimiza a “indeterminação histórica”, mas apenas no sentido de que aumenta as chances de que o governo de Fernando Henrique Cardoso seja estudado no futuro.

¹²⁰ Ibidem. p. 63-64.

Nesse sentido, a atitude do ex-presidente, que se arroga o trabalho de construir uma instituição aparatada de todas as condições técnicas e tecnológicas necessárias para a difusão de seu acervo pessoal, é sim um ato de reforço de sua presença como figura de destaque na história nacional.

2.b O intelectual/político e a longa curadoria: o arquivo pré-presidencial

Mas se construir uma instituição que abriga e dá acesso a seu acervo pessoal configura uma interferência do titular na sorte do conjunto documental, tal interferência, no entanto, não tem, necessariamente, implicação direta nas análises que dele se possa depreender. Fernando Henrique Cardoso demonstra estar ciente dessa realidade quando perguntado por Luciana Heymann se “escrever livros e criar instituições” são “antídotos” para a falta de controle sobre a escrita da História:

*Não sei se são antídotos propriamente, mas são, sem dúvida alguma, digamos, pontos de apoio para você poder, enfim, justificar o que ... naquilo que você crê, as suas tentativas, o que você fez.*¹²¹

Com a finalidade de apontar possíveis usos do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso que não estejam alinhados a uma construção histórica elogiosa do ex-presidente, a partir daqui apresentarei algumas séries de documentos analisadas sob a perspectiva de propostas do texto *A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a Sociologia no Brasil*, de Afrânio Garcia Júnior, uma referência teórica já abordada também no primeiro capítulo desta dissertação.

Afrânio Garcia afirma que, a partir de 1978:

(...) todas as atividades de Fernando Henrique atestam a máxima concentração de esforços na atividade política: a produção de análises sociológicas ou de ciência política, sob a forma de monografias ou ensaios teóricos é interrompida (...). A partir dessa data seus escritos ganham um novo tom, o de um político preocupado em defender suas

¹²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 3.

*tomadas de posição, em justificar suas alianças e em buscar ampliar suas chances eleitorais (...).*¹²²

A análise de Afrânio Garcia Júnior parece concordar com a declaração de Fernando Henrique Cardoso sobre o papel de livros e instituições como “pontos de apoio” que justifiquem suas tentativas e o que foi feito no campo da política. De fato, do total de 3.637 documentos do período pré-presidencial¹²³ disponibilizados na internet¹²⁴ 1.468, ou 40 %, são considerados como obra autoral do titular, onde se incluem, entre outros, as “apresentações de obra”, “artigos”, “conferências”, “debates”, “discursos” e “entrevistas”. Os documentos tipificados como artigos configuram a maior parte desse bloco autoral, são 843 ao todo.

Nesse sentido, sem dúvida há na liberação da obra autoral do ex-presidente para acesso via internet um direcionamento para a compreensão de sua trajetória política. Figura ativa na grande imprensa e em periódicos de pequena circulação, os artigos de Fernando Henrique Cardoso refletem suas tomadas de posição ao longo de décadas de escrita pública.

A reunião da bibliografia do ex-presidente em um único arquivo, aberto ao público e acessível via internet, entretanto, não serve apenas à sustentação do ideário produzido por Fernando Henrique Cardoso e que se expressa em seus textos. Antes, pode-se entender que a disponibilização do conjunto da obra autoral facilite o acesso a uma série de documentos que podem alimentar a crítica da figura presidencial, especialmente de um presidente que seguidas vezes teve seu governo criticado à luz do que ele próprio escreveu.

E aqui cabe ressaltar que, embora a quantidade de documentos autorais se eleve a partir de 1978, ano que Afrânio Garcia considera um ponto de virada na produção autoral de Fernando Henrique, também estão acessíveis pela mesma base de dados os textos produzidos pelo ex-presidente em períodos anteriores, incluindo sua obra acadêmica.

¹²² GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. Revista Tempo Social, São Paulo, jun de 2004, p. 295.

¹²³ Para fins de pesquisa na base de dados, e porque o acervo pesquisado contém itens herdados de familiares ou ofertados por outras fontes, o levantamento de documentos pré-presidenciais, isto é, aqueles acumulados por Fernando Henrique Cardoso antes do período presidencial, abrangeu o período de 01/01/1500 a 31/12/1994.

¹²⁴ O portal do acervo pode ser acessado em: www.ifhc.org.br

Na medida em que Fernando Henrique Cardoso se utiliza de textos para “justificar suas alianças” ou “ampliar suas chances eleitorais”, como afirma Afrânio Garcia, evidentemente o investimento na organização e veiculação dessa obra autoral significa difundir o ideário nela presente, mas também significa expô-lo à crítica. E cabe apontar que a obra autoral de Fernando Henrique Cardoso tem destaque frente a outros documentos apresentados na página da Fundação iFHC na internet.

Sobre o tratamento dos documentos autorais, diz a curadora do acervo, Danielle Ardaillon:

*E, lógico, que, por exemplo, eu pessoalmente dou um acento muito grande na obra. Eu acho que, das primeiras coisas a tratar, bibliografia, essas coisas. Eu fico muito irritada quando vejo que alguma coisa não está ainda na internet, não foi descrita e tal. Porque eu acho que o Fernando Henrique é um político sim, mas é também um intelectual. Então, eu não deixo a obra desaparecer frente a outras coisas, entendeu? Frente ao trabalho político.*¹²⁵

A propensão de Danielle Ardaillon à valorização da obra intelectual de Fernando Henrique Cardoso pode ser em parte explicada pela trajetória profissional da própria curadora do acervo. Em entrevista à Luciana Heymann, Ardaillon relata o que chama de uma “ascendência intelectual e acadêmica”¹²⁶, iniciada pelo avô, reitor universitário na Argélia, país em que nasceu a curadora do acervo. A formação acadêmica de Ardaillon, entretanto, iniciada em 1955¹²⁷ em Paris, após uma série de revezes relatados na mesma entrevista, só pôde ser concluída com a defesa de uma tese de doutorado em 1995¹²⁸.

Após uma breve atuação como professora universitária no início dos anos 1970, seguida do sequestro pelo regime militar brasileiro¹²⁹, Danielle Ardaillon retomou contato com sua área de formação em 1978, entrando para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. No Cebrap, porém, Ardaillon ocupou a função de diretora administrativa e jamais se vinculou à instituição como pesquisadora¹³⁰.

¹²⁵ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 17.

¹²⁶ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 2.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem. p. 23.

¹²⁹ Ibidem. p. 10.

¹³⁰ Ibidem. p. 11.

A experiência de Danielle Ardaillon na administração do Cebrap iniciou sua trajetória como guardiã do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso e, pelo longo tempo de responsabilidade sobre o arquivo, Ardaillon surge como um dos principais atores na história de constituição desse acervo. Tal importância será novamente ressaltada em momentos posteriores deste capítulo, mas por ora cabe compreender o relevo dado pela curadora à obra autoral do titular do arquivo. Um relevo que surge não apenas da produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso, mas também da importância a ela atribuída por uma curadora que partilha da formação do titular na área das Ciências Sociais.

Outro conjunto que se destaca em meio à documentação acumulada por Fernando Henrique Cardoso durante o período pré-presidencial é o de documentos originados das relações familiares e sociais do titular. A metodologia de descrição dos documentos, que será mais bem apresentada adiante, se baseia no que suas autoras¹³¹ denominam de “abordagem contextual”, isto é, os documentos são organizados de acordo com o contexto de sua entrada para o arquivo do titular.

O momento de entrada de um documento no arquivo não coincide necessariamente com o de sua produção. Considere-se uma relíquia doada ao titular do acervo por alguém de suas relações pessoais. A data de produção daquele objeto, bem como de aquisição dele pela pessoa em questão podem ser distintas entre si e separadas por largo espaço de tempo. Considerando-se, entretanto, que a relíquia tenha sido presenteada a Fernando Henrique Cardoso por ocasião de seu aniversário de 50 anos, o evento¹³² constante da base de dados como contexto originário do documento será o aniversário, muito embora as demais datas possam estar mencionadas nos espaços de preenchimento destinados às características gerais do documento.

O que define a chamada abordagem contextual, portanto, são características extrínsecas ao documento, ou seja, a atividade ou evento, de curta ou longa duração, que o trouxeram ao arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso. O aniversário de 50 anos, por exemplo, é um evento pontual, de curta duração e localizável com dia, mês e ano. Uma “campanha eleitoral” é outro tipo de evento gerador de documentos, mas que pode se estender pelo prazo de meses. As “relações familiares” e “relações sociais”, por

¹³¹ As historiadoras e arquivistas Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart são autoras da obra *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: iFHC, 2007.

¹³² A terminologia “evento” é utilizada na metodologia de descrição do acervo.

fim, são eventos de longuíssima duração considerando-se o tempo de vida do titular do acervo.

O segundo conjunto de documentos que se destaca do acervo pré-presidencial é composto, justamente, por itens originados das chamadas relações familiares e sociais. Alguns documentos característicos dessas relações são os diversos tipos de correspondência (cartas, bilhetes, telegramas etc.) e os retratos. Juntos os dois grupos de documentos somam 767 itens, 21% do total de 3.637 documentos acumulados durante o período pré-presidencial e que se encontram acessíveis via internet.

Os documentos originados das relações familiares e sociais de Fernando Henrique Cardoso contribuem para o reconhecimento de uma rede de contatos pessoais mobilizada pelo ex-presidente ao longo da vida e com diferentes propósitos, o que permite ao pesquisador notar e colocar à prova uma hipótese construída por Afrânio Garcia Júnior:

Para compreender a rápida ascensão de Fernando Henrique Cardoso à mais alta magistratura (...) é indispensável conhecer as redes sociais que deram significado e substância à sua atividade de sociólogo, pois a mobilização dessas redes, com outros fins que a produção do conhecimento, que tornaram possível sua carreira política.¹³³

Neste texto procuro fazer uma leitura do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso utilizando algumas das chaves críticas propostas por Afrânio Garcia Júnior, como essa, colocada acima, e que trata dos contatos sociais do ex-presidente. Não é um objetivo aqui, portanto, a validação ou refutação das hipóteses colocadas pelo autor. Antes, pretendo apenas realçar as possibilidades de uso do acervo depositado na Fundação iFHC para a produção de análises críticas como a que é feita por Afrânio Garcia.

Assim como a hipótese de que a obra autoral de Fernando Henrique Cardoso teria sido direcionada para propósitos exclusivamente políticos a partir de 1978, também a ideia de reconhecer as redes de relacionamento do ex-presidente é facilitada pela organização e disponibilização do acervo pessoal pela Fundação iFHC. Isto é, ambos os procedimentos indicados, por Afrânio Garcia, para a crítica biográfica de

¹³³ GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. Revista Tempo Social, São Paulo, jun de 2004, p. 297.

Fernando Henrique Cardoso, são passíveis de aplicação na análise daquele acervo, o que demonstra que o trabalho da Fundação iFHC não limita as possibilidades de construção histórica a uma parcialidade elogiosa da figura do ex-presidente.

Obviamente, e não é exagero lembrar, que a possibilidade de análises históricas críticas a partir do acervo depositado na Fundação iFHC não faz da instituição um lugar isento de tendências ideológicas e livre de empreendimentos memoriais impregnados dessas mesmas tendências. O que venho procurando demonstrar, entretanto, é que o tratamento dispensado ao arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso permite ao pesquisador que sobre ele se debruçar um exercício de pensamento não alinhado às preferências da instituição.

Afrânio Garcia Júnior aponta uma última característica da trajetória pessoal de Fernando Henrique Cardoso e que contribui para a compreensão da formação do acervo estudado aqui:

Sem sombra de dúvida, a infância e a adolescência de Fernando Henrique foram povoadas de relatos dos familiares que participaram dos grandes eventos da história republicana brasileira. O que a imensa maioria de sua geração soube por meio de manuais de história ou de relatos de imprensa, ele conheceu por testemunhas e participantes diretos dos acontecimentos. Para ele, de fato, “esse personagens [...] não eram de ficção. Eram pessoas” (Toledo, 1998, p. 342). Tanto os relatos de seu pai como o culto das tradições familiares por sua avó paterna incutiram em Fernando Henrique um forte sentimento de hereditariedade da competência política, o que o levou a postular: “Meu pai era político. Essa dimensão está no meu sangue.” (Leoni, 1997, p. 44).¹³⁴

A experiência familiar destacada por Afrânio Garcia Júnior é comprovada pela fala de Fernando Henrique Cardoso em entrevista a Luciana Heymann e surge como origem do gosto do titular por acumular documentos. Fernando Henrique é definido pelos profissionais que trabalham com seu arquivo como um “acumulador”. E ele próprio registra alguns momentos de sua trajetória que contribuíram para que esse perfil se desenhasse:

¹³⁴ Ibidem. p. 288-289.

(...) sem ter essa pretensão de ser arquivo, eu sempre fui guardador de papéis. (...) O meu avô foi militar, não é? (...) E ele participou da conspiração de 22. O meu pai era tenente, e os meus tios, os meus primos. Então, essa conversa lá em casa era contínua, de Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Prestes e essa coisa. Bem, as minhas tias rasgaram toda a documentação que havia sobre o golpe de 22, sobre a revolução de 22. (...) Sobre meu avô, sobre os filhos, sobre tudo. (...) Elas queimaram. (...)
*Bom, mas então eu digo ... Essa coisa me deu um sentimento de perda. “Como é que pode perder essa coisa?” Então eu sempre tive mania de guardar papel. Muito desorganizadamente.*¹³⁵

O “sentimento de hereditariedade da competência política” em Fernando Henrique Cardoso, que é destacado por Afrânio Garcia Júnior, parece caminhar junto à disposição de arquivar a memória política, uma disposição que também é fruto de sua experiência familiar. É válido supor que o contato imediato com eventos políticos tenha despertado no titular do acervo um sentimento de valorização do registro desses mesmos eventos.

Mas Fernando Henrique Cardoso também responde à afirmação “o senhor é um acumulador”, feita por Luciana Heymann, relatando passagens de sua própria trajetória política e de seu acervo pessoal:

Eu sofri quase que um trauma em 64. Porque eu morava numa casa grande, boa, que foi do meu pai. (...) E eu saí dessa casa numa manhã e nunca mais voltei, porque quando eu voltei para o Brasil, ela estava destruída. (...)

Eu não imaginava que tivesse que fugir do Brasil e tal. Mas não pude mais voltar para essa casa e nem nunca mais ver os livros que eu tinha nessa casa. Aí, os meus livros foram distribuídos entre alguns amigos. (...) E numa certa altura, o Antonio Candido de Mello e Souza, quando ele passou para a literatura, ele deixou depositado comigo uma boa parte dos livros dele de Sociologia. Eu recuperei ... Uma parte ele doou, eu tenho até aqui até hoje (...). Mas os meus livros ficaram: parte em casa de Fernando Gasparian, no Rio; parte em casa de Fernando

¹³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 8-9.

*Novais ... Por aí foram distribuídos. E nunca mais eu pude juntar tudo.*¹³⁶

Os episódios escolhidos pelo entrevistado de Luciana Heymann para exemplificar as origens de sua preocupação com a preservação de registros históricos são bastante significativos na compreensão de seu arquivo e da ideia que dele possa ter o titular. O ambiente onde se localiza a experiência de Fernando Henrique o coloca como espectador privilegiado das histórias política e intelectual do país: as duas dimensões mais aparentes de sua personalidade pública e nas quais está calcada a constituição de seu acervo pessoal.

Fernando Henrique Cardoso afirma:

*Isso é uma coisa um pouco cabotina de dizer, mas eu funciono em duas dimensões, eu posso funcionar em duas dimensões, sem talvez perder – como todo mundo – totalmente o lado da outra. Mas existencialmente, eu sou menos político do que intelectual.*¹³⁷

A dupla dimensão em que “funciona” Fernando Henrique já foi objeto de crítica no capítulo anterior deste trabalho, onde espero ter demonstrado algumas intersecções entre essas “dimensões” e a mobilização, por parte do político, da autoridade do intelectual na medida em que esta lhe permite apresentar opiniões partidárias sob o pretexto da imparcialidade.

Porém, a despeito do uso político que Fernando Henrique Cardoso faça de sua “dimensão intelectual”, o que é inegável é que tal dimensão exista na personalidade do titular do acervo e contribua fundamentalmente para a formação de seu arquivo.

Ainda na entrevista concedida a Luciana Heymann, Fernando Henrique Cardoso demonstra o que se poderia considerar como consciência historiográfica, isto é, a compreensão do processo pelo qual se constrói a narrativa histórica: “um processo que não tem fim, porque ela é reescrita a cada geração”¹³⁸, segundo o titular do arquivo.

E mais adiante, em outra declaração, afirma Fernando Henrique Cardoso:

¹³⁶ Ibidem. p. 13-14.

¹³⁷ Ibidem. p. 24-25.

¹³⁸ Ibidem. p. 2

*Então, não há uma História. Existem sempre veredas que podem ser tomadas diferentemente em diferentes momentos, às vezes pela mesma pessoa, às vezes por outras pessoas.*¹³⁹

A dimensão intelectual da personalidade de Fernando Henrique Cardoso lhe permite analisar com algum grau de distanciamento sua própria atuação política, o que contribui para que o ex-presidente se lance em projetos autobiográficos representados por algumas obras escritas após o final de seu mandato. Mas como o objeto de estudo deste capítulo é o acervo depositado na Fundação iFHC e o trabalho executado pela instituição, cabe perguntar: em que medida esse acervo serve aos propósitos autobiográficos de Fernando Henrique Cardoso?

Vale aqui uma comparação com o caso relatado por Priscila Moraes Varela Fraiz em estudo publicado sobre a organização do arquivo de Gustavo Capanema¹⁴⁰. A cientista social, e doutora em História Social com a tese *Coleções em arquivos, museus e bibliotecas: uma abordagem arquivística*, tratou o tema da construção autobiográfica de Gustavo Capanema em sua dissertação de mestrado, desenvolvida enquanto exercia as funções de pesquisadora e documentalista no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, instituição que abriga o acervo pessoal do ex-ministro da Educação.

Em artigo que sintetiza algumas das considerações a respeito do arquivo de Gustavo Capanema, a autora identifica a existência de uma série documental denominada *meta-arquivo*, um conjunto de documentos que “possibilitou a apreensão da lógica de acumulação seguida por Capanema”¹⁴¹.

*(...) abrangendo o período de 1943 a 1966, os documentos relativos ao meta-arquivo somam 123, dos quais a maior parte está relacionada ao Plano de classificação para o arquivo (...). Os documentos incluem inúmeras versões modificadas pelo titular, desde o período de gestão no Ministério até a última legislatura no Congresso, e os instrumentos utilizados para a classificação dos papéis: fichários; índices topográficos, onomásticos e temáticos; listagem de casos, assuntos e acontecimentos.*¹⁴²

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998. p. 59-87.

¹⁴¹ Ibidem. p. 63.

¹⁴² Ibidem. p. 64.

A autora conclui que as diversas versões destes documentos, constituintes do acervo, mas que foram elaborados pelo titular com a finalidade de instrumentalizar a constituição do mesmo, “se são importantes para que se possa perceber as sucessivas reorganizações do arquivo, são fundamentais para a percepção do processo de construção do projeto autobiográfico de Capanema”¹⁴³.

É curioso notar que o exemplo de Gustavo Capanema esteve presente em trecho da conversa entre Fernando Henrique Cardoso e Luciana Heymann, no qual o ex-presidente novamente demonstra a postura de alguém que vê a constituição de sua própria história em perspectiva.

Ao responder à lembrança da entrevistadora sobre a carência de documentos no arquivo de Mário Covas, Fernando Henrique opina sobre o perfil do político preocupado com a História:

Normalmente, os políticos não têm tempo para essas coisas, não é? Eles não prestam muita atenção. O Mário era, basicamente, um engenheiro e um político, não é? (...)
*Não era uma pessoa que tivesse muita preocupação com História ou com leituras. Não era o estilo dele, não é?*¹⁴⁴

E quando a entrevistadora chama a atenção para o fato de que alguns dos arquivos depositados no CPDOC desmentiriam tal observação e cita o conjunto documental de Gustavo Capanema, Fernando Henrique defende seu argumento:

Ah, mas são políticos intelectuais.
*O Capanema é um intelectual. E no Brasil, muitos intelectuais foram políticos, não é? Mas um que não seja intelectual, é difícil que guarde.*¹⁴⁵

Verdade ou não, a afirmação do entrevistado serve aqui ao propósito de entender como Fernando Henrique Cardoso enxerga o trabalho de preservação de seus documentos pessoais.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 10.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 10-11.

O ex-presidente claramente se coloca na categoria de políticos que guardam seus arquivos, e guardam porque são intelectuais, isto é, têm claro o papel que essa documentação pode cumprir na construção do conhecimento, esteja essa construção atendendo a interesses públicos ou pessoais.

O que está em questão aqui, porém, é menos desvendar a qual dessas classes de interesse se afilia o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, e mais argumentar sobre a dificuldade que qualquer delas enfrentaria em se traduzir na organização atual do acervo ao qual a Fundação iFHC oferece acesso.

Cabe voltar ao caso de Gustavo Capanema.

Priscila Fraiz identifica que a “observância do princípio de respeito à ordem original, evidenciada pela lógica de acumulação expressa pelo meta-arquivo, foi fundamental para a percepção da analogia entre a construção de um projeto autobiográfico de Capanema e a constituição de seu arquivo pessoal”¹⁴⁶.

O mesmo não se dá no caso de Fernando Henrique Cardoso. Se Gustavo Capanema e o ex-presidente têm em comum sua atividade como intelectuais e a capacidade de analisar a sociedade e o tempo em que se inserem e, portanto, abstrair de seus documentos uma narrativa histórica que os tenha como centro da análise, a diferença entre ambos está na tradução da competência autobiográfica à organização da documentação.

Enquanto Capanema reservou para si a função de pensar e organizar seu arquivo de forma coerente com as inferências que tinha sobre sua própria experiência, Fernando Henrique Cardoso jamais demonstrou o mesmo domínio do processo, o que não significa que o ex-presidente também não tenha exercido a atividade autobiográfica por meio de outros canais de difusão de ideias.

A relação que Fernando Henrique Cardoso pôde estabelecer com a documentação gerada a partir de suas atividades profissionais conta com uma agravante no sentido do distanciamento entre o acervo e seu titular. Devido às características da trajetória acadêmica e política do ex-presidente, a responsabilidade pela manutenção dos papéis por ele acumulados cedo passou às mãos de terceiros.

O tratamento dado ao arquivo pessoal de Fernando Henrique particulariza-se não apenas pelo fato de ter o titular, pessoalmente, tomado à frente na organização da instituição que lhe abriga e dá acesso, como também pelo papel preponderante

¹⁴⁶ FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998. p. 67.

cumprido por uma figura que atuou junto à documentação por um longo período. Refiro-me à figura de Danielle Ardaillon, atual curadora do acervo.

(...) comecei a trabalhar com ele em 1978. Ele ainda está no Cebrap. (...) antes da primeira campanha política dele. E quando eu cheguei lá [no Cebrap¹⁴⁷], eu tinha acesso à correspondência dele (...) porque aí ele já fazia parte da (...) ISA, a Associação Internacional de Sociologia, várias instituições ou americana ou europeia, ou seja, havia uma correspondência já importante, mas uma correspondência de caráter mais acadêmico. Então, eu comecei a organizar aquilo ao que eu tinha acesso (...) essa organização da vida acadêmica, eu comecei a fazer simplesmente porque sou organizada, sem noção particular de que estava fazendo um acervo.¹⁴⁸

À fase de trabalho no Cebrap seguiram-se as incursões políticas que antecederam a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República: a campanha para o Senado em 1978, que o levou a suplente de Franco Montoro; a ocupação da cadeira de Montoro em 1983; a campanha para a Prefeitura de São Paulo em 1985; a reeleição para o Senado em 1986; e a nomeação para os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda em 1992 e 1993 respectivamente.

Segundo Danielle Ardaillon, no Senado “tinha também uma secretária, que (...) deu uma ordem dela [à documentação] (...). E depois, nos ministérios foi bem diferente. O Itamaraty, aí já é uma instituição muito hierarquizada, com muitas funções muito definidas. Então, aí, realmente, eu acho que temos muito pouca coisa do Itamaraty”¹⁴⁹.

A declaração da curadora do acervo permite entrever a atuação de outros atores junto à documentação acumulada por Fernando Henrique, bem como a dispersão do arquivo histórico, na medida em que documentos produzidos durante o período ministerial, especialmente no Ministério das Relações Exteriores, são absorvidos pelos arquivos institucionais.

A atuação de Danielle Ardaillon como guardiã da documentação pessoal, entretanto, jamais deixou de ser presente desde a década de 1970.

¹⁴⁷ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

¹⁴⁸ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 4-5.

¹⁴⁹ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 5.

Basicamente, arquivo sociológico, de cientista social, e um pouco de política (...) Primeiro, ficava no Cebrap ... São fichários que foram me acompanhando. Aonde eu ia, os fichários seguiam (...) E a partir do momento que ele foi [para o] Ministério, aí mudou completamente, ele [FHC] ficou totalmente absorvido. Então, nem as correspondências. Aí eu não tive mais acesso à documentação. (...) a partir daí eu vejo ele muito pouco. (...) Mas eu fico então no escritório político que ele tinha¹⁵⁰ (...) Então, eu ficava lá cuidando das correspondências que tivesse, de alguma coisa que ele precisasse e tomando conta da autoria.¹⁵¹

Danielle Ardaillon parece ter tido um peso decisivo na constituição do acervo atual, um conjunto documental que guarda em parte a memória dos partidos políticos pelos quais passou o titular. Vale a reprodução de trecho da entrevista concedida pela curadora a Luciana Heymann:

L. Heymann: – Em janeiro de 95.

D. Ardaillon: – Isso. A gente já está em janeiro. Muito bem. E lá... Bom, nisso, o escritório político continuava a existir aqui [São Paulo], com os documentos, aqueles dos quais eu cuidava sempre.

L. Heymann: – Sim. E essa parte política de campanha também?

D. Ardaillon: – Não. Aí, de campanha, isso sempre foi uma coisa... Um belo dia lá, no ano seguinte, baixaram umas caixas. Mas quem, na realidade, quem organizou bem... O material que eu tenho da campanha de 94 é porque a produtora dos programas de televisão, ligada ao Nizan Guanaes e tudo, eles, no fim, fizeram uns CDs com as fotos, que a gente tem aqui, e o material, eu fui recolhendo. Porque isso eu faço. Ou seja, cada vez que eu vejo alguma coisa que vai completar... Então, isso é uma coisa minha. Ou seja, recolhi coisas de MDB, recolhi coisas de PMDB... Porque, você deve saber, é raro um partido fazer o seu arquivo.

L. Heymann: – Sem dúvida.

D. Ardaillon: – É muito raro.

¹⁵⁰ O escritório político ao qual Danielle Ardaillon se refere localizava-se na cidade de São Paulo.

¹⁵¹ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 17-18.

L. Heymann: – Têm muito poucos no Brasil.

D. Ardaillon: – Muito poucos.

L. Heymann: – Você não tem... E mesmo na França, eu estive lá há pouco tempo...

D. Ardaillon: – É, mesmo...

L. Heymann: – ...tem poucos arquivos de partido.

D. Ardaillon: – É interessante isso, não é? Porque é um movimento extremamente agitado. Porque a política é: fazemos. Vamos fazer. Fazemos. Vamos fazer. Fazemos. Mas vai embora. A maior parte do que nós temos de 68¹⁵² foi uma coisa... Você não sabe em que estado isso... Eles jogavam as coisas assim, caixas... Nos escritórios políticos. E eu fui recuperando.

L. Heymann: – Então, de alguma maneira, você também foi agregando coisas a esse...

D. Ardaillon: – Ah, fui, não há dúvida. Fui.

L. Heymann: – ...a esse núcleo acadêmico que...

D. Ardaillon: – Fui. Eu tinha as minhas caixas que se chamavam MDB, PMDB, e eu fui... Cada vez que eu podia, ou as vezes que eu fui a Brasília, ou as vezes que eu fui à casa dele, sempre eu... Eu sempre recolhi. Isso é um fato.¹⁵³

Esse esforço de preservar documentos produzidos a partir de campanhas eleitorais e de atividades partidárias não faz do acervo de Fernando Henrique Cardoso um arquivo de partido, mas contribui naquilo que chamei mais acima – por empréstimo do texto de Luciana Heymann – de “minimização da indeterminação histórica”, na medida em que se oferece acesso a um conjunto de informações raras no contexto de preservação documental do país. Se os partidos políticos, em geral, não guardam seus acervos, obviamente, aumentam-se as possibilidades de que a memória dos que guardam conste com maior destaque nas elaborações historiográficas futuras.

Do total de documentos disponibilizados via internet e que foram acumulados durante o período pré-presidencial, 848 itens, mais de 23% do conjunto, são fruto de campanhas eleitorais, o que demonstra a importância quantitativa desses eventos na

¹⁵² O texto surge aqui da mesma forma em que na entrevista transcrita. O ano de 1968, entretanto, não parece fazer sentido. A entrevista provavelmente refere-se à campanha eleitoral de 1978 para o Senado.

¹⁵³ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 18-19.

formação do acervo a despeito das dificuldades de preservação relatadas por Danielle Ardaillon. A maior parte do conjunto documental originado das campanhas é constituída por reportagens fotográficas.

A trajetória de Danielle Ardaillon como gestora da documentação de Fernando Henrique continuou, a partir do primeiro mandato presidencial, com a ocupação do cargo de assessora especial da Secretaria Geral da Presidência e com a condução de uma pesquisa que visava encontrar o modelo institucional da entidade que abrigaria a documentação findado o período de governo.¹⁵⁴ No início do segundo mandato presidencial, em 1999, a atual curadora do acervo assume a Secretaria de Documentação Histórica, órgão do qual já vinha acompanhando os trabalhos desde os anos anteriores.¹⁵⁵ Em 2004, com a inauguração da Fundação iFHC¹⁵⁶, Danielle assume a Curadoria do Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os 34 anos de dedicação ao arquivo de Fernando Henrique, permitem pensar que a constituição do conjunto documental deva-se, em grande parte, à atuação de Danielle Ardaillon, dado que as características de um acervo histórico são influenciadas não apenas pelos processos de produção dos documentos, mas também pelas condições de acumulação, seleção e preservação dos mesmos.

De fato, a autonomia de que goza a curadora no tratamento da documentação pessoal é marcante. E seguindo suas declarações, percebe-se que tal autonomia se deve em parte à harmonia de ideias com titular:

*(...) lógico que há um julgamento do arquivista, do curador, há um julgamento e num arquivo privado é absolutamente natural que o arquivista e o dono do arquivo estejam em harmonia.*¹⁵⁷

E o que eu digo é que esse tipo de convivência [entre a curadora e FHC] é uma convivência que, na realidade, combina duas personalidades que se combinam, que ... Porque é como eu te digo, ele não dá uma ordem, nunca. Você disse: “Como é que você adivinha?” Bom, adivinho porque, primeiro, eu fiz Ciências Sociais, eu tenho uma boa base, e eu sou uma pessoa organizada e discreta por educação, e acho que, enfim,

¹⁵⁴ Ibidem. p. 28.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 33.

¹⁵⁶ A atual Fundação foi inaugurada como Instituto Fernando Henrique Cardoso.

¹⁵⁷ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 9.

*há uma questão de inteligência que combina, evidentemente, e sabendo os interesses da pessoa etc., não é? Agora, o que fez com que eu pudesse fazer isso foi: eu acho que, essencialmente, ter feito Ciências Sociais com pessoas ligadas a ele, trabalhado no Cebrap com outros...*¹⁵⁸

As relações com a curadoria de seu acervo talvez indiquem uma recorrência no tratamento de Fernando Henrique Cardoso com sua documentação. Aqui existem dois movimentos simultâneos e em parte contraditórios. Se de um lado, atribuir a um terceiro livre acesso e decisão sobre seus papéis significa um ato de desapego, de outro, garantir o cumprimento dessas funções por uma mesma pessoa, por largo tempo, e com quem se harmonizam muitas ideias, indica uma solução que garante uma forte presença das ideias do titular nos rumos de seu acervo.

2.c Entre a memória do insípido e o exercício autobiográfico: o arquivo presidencial

Mas mesmo os julgamentos que possa fazer o curador de um acervo são muitas vezes ultrapassados pelo volume de informação a ser processado em um arquivo presidencial.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, na Presidência o ato de registrar é “automático” e “obrigatório”¹⁵⁹. Essa automaticidade implica na produção de um volume de informação tão grande, que mesmo sua seleção e descarte tornam-se um problema. Tome-se como exemplo o acervo iconográfico gerado a partir das atividades de Fernando Henrique Cardoso como presidente. São mais de 200 mil imagens estáticas¹⁶⁰: retratos, reportagens fotográficas de reuniões, jantares políticos, viagens etc.

Renato Janine Ribeiro, em artigo publicado em 1998, no qual trata do aumento no volume de informação documental e dos impactos desse aumento na construção da

¹⁵⁸ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 15.

¹⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 7.

¹⁶⁰ INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2008-2009. São Paulo: Fundação iFHC. p. 30.

história e da memória, analisa um exemplo que pode ser transposto para o acervo de Fernando Henrique sem qualquer prejuízo:

Tomo um exemplo: sei que há algum tempo a reitoria da USP tinha fotografos cobrindo todas as atividades do principal dirigente da Universidade, exceto, claro, as de rotina, isto é, aquelas em que recebe o pessoal interno. Cada visitante ilustre, cada evento diferente do que é administrar internamente a Universidade era - ou é - gravado em imagem. Ora, está óbvio que essas imagens não têm maior relevância. Algumas seriam reproduzidas no jornal da Universidade, mas isso só pode ter efeito negativo, fazendo-o passar por órgão chapa branca e reduzindo-lhe a credibilidade. Outras ficarão arquivadas, até o dia em que alguém decida estudá-las e a seu respeito escrever, talvez, uma tese. O que será essa tese, eis o curioso. Porque poderá ser uma tese sobre a vaidade dos reitores, ou a vanidade de seus atos: em suma, se a tese for boa, se for de ponta, será crítica em relação a uma tal memória do insípido. Ou, então, será um trabalho de evocação da intensa atividade de representação dos reitores: nesse caso, e somente nele, ela estará atendendo ao que possivelmente quiseram os dirigentes fotografados, mas o resultado será, acredito, um trabalho medíocre. É esse o paradoxo da glória alcançada pela hiperbolização do insípido.¹⁶¹

O exemplo de Renato Janine Ribeiro representa bem o trabalho de documentação das atividades de um mandatário de cargo público. Ainda no período de processamento dos documentos na Secretaria de Documentação Histórica, algumas regras de classificação visavam dar ordem ao grande volume do acervo acumulado por Fernando Henrique Cardoso. Talvez o exemplo mais marcante nessa busca seja o das cartas encaminhadas ao presidente da República, classificadas em grandes categorias como: cartas de pedidos, de felicitações ou de reclamação.

¹⁶¹ RIBEIRO, Renato Janine. Memória de si ou ... Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998, p. 37-38.

Em outros acervos pessoais, como destaca Luciana Heymann¹⁶², esse tipo de correspondência é muitas vezes considerado como “lixo histórico”, ou seja, um conjunto documental de menor relevância dado às suas características repetitivas. A autora, entretanto, discorda de tal visão e propõe análises que se debrucem sobre essa categoria de documentação.

No caso do acervo de Fernando Henrique Cardoso, apenas 10% do total de cartas recebidas foi guardada na Fundação iFHC, a título de amostragem, e o restante depositado no Arquivo Nacional¹⁶³. A curadora Danielle Ardaillon explicita o ponto de vista que levou a tal decisão:

*Quanto ao descarte, vejamos, por exemplo, a correspondência enviada por cidadãos comuns. (...) Conjunto repetitivo, possui limitado interesse antropológico. (...) Dado o volume desse tipo de correspondência, o iFHC seguiu a mesma orientação tomada pelos Archives Nationales na França e pelas Presidential Libraries americanas. Os registros informatizados dessas cartas foram conservados, bem como uma amostra de até 10% de cada categoria [pedidos e opiniões, apoios, críticas e sugestões], enviadas por diferentes camadas da população.*¹⁶⁴

A correspondência recebida pelo presidente da República não está entre os itens liberados para acesso via internet no momento de produção desta pesquisa, mas a memória do insípido de que fala Renato Janine Ribeiro pode ser notada por estatísticas relacionadas a outros tipos documentais.

O total de documentos acumulados durante o período dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, e que é acessível via internet atualmente, é de 8.108 itens. Parte substancial, quase 27% daquele total, é constituída de reportagens fotográficas. Uma reportagem fotográfica pode ser, e em geral é, constituída por mais de uma imagem. As 2.166 reportagens fotográficas catalogadas e disponibilizadas pela Fundação iFHC somam, dessa forma, dezenas de milhares de imagens.

¹⁶² HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Müller. Revista Estudos Históricos, 19. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. p. 42.

¹⁶³ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 19.

¹⁶⁴ ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In. CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: iFHC, 2007. p. 15-16.

Os eventos originários dessas imagens são, no mais das vezes, tão ou mais prosaicos que os descritos por Renato Janine Ribeiro no caso do arquivo da reitoria universitária. São reuniões, audiências, cerimônias de inauguração, jantares, viagens, eventos onde o presidente da República discursa etc. Não raro os mesmos eventos sofrem também a cobertura de equipes de filmagem e os respectivos vídeos engrossam o volume de documentos do acervo.

As cerimônias protocolares, aliás, configuram momentos privilegiados de acumulação de documentos. Além de fotografias e vídeos de cobertura dos acontecimentos, o processo de organização de um evento (seja ele promovido pela Presidência da República ou por outras instâncias, como os gabinetes de outros chefes de Estado) gera listas, correspondências, informes, roteiros, relatórios estatísticos etc. Essa massa de documentos, em geral de gênero textual, também está presente no acervo pessoal do ex-presidente.

Somados apenas os documentos produzidos por órgãos diretos da Presidência da República, como a Secretaria de Imprensa e Divulgação, o Gabinete Pessoal, o Cerimonial e a Casa Militar – e aqui estão incluídas as reportagens fotográficas citadas acima – chega-se ao patamar de 45% do arquivo do período presidencial atualmente acessível pelo portal da Fundação iFHC. Se a esses forem acrescentados os documentos originados por diferentes instâncias do governo federal, como bancos, agências fiscalizadoras, Câmara dos Deputados e Senado federal, companhias de energia, ministérios etc., tem-se mais da metade do arquivo acumulado durante o período presidencial.

Os documentos produzidos pelos órgãos diretamente associados à Presidência da República constituem algumas das séries mais notáveis do acervo. Um exemplo, além das reportagens fotográficas já citadas, são os “informes de apoio”, uma série documental constituída de 457 itens. Dos demais órgãos ligados ao governo federal, como os mencionados acima, acumulam-se no acervo presidencial “relatórios anuais”, “prospectos”, “projetos” e uma diversidade de tipos documentais que muitas vezes sequer chegam a formar séries.

Esse tipo de publicação institucional, como os relatórios anuais e prospectos, aliás, não tem origem exclusiva de órgãos governamentais (embora esses sejam os únicos atualmente conservados e disponíveis para acesso). Em fases preliminares de tratamento do acervo, inúmeros documentos entregues ao presidente por ocasião de audiências ou eventos sociais, e mesmo enviados por meio de terceiros que

ocasionalmente tinham a chance de entregá-los, eram oriundos de pessoas ou instituições privadas. A fala a seguir de Danielle Ardaillon é representativa da variedade de documentos encaminhados ao gabinete presidencial.

Outra acumulação não decidida pelo titular refere-se à massa de publicações de todo tipo. Um presidente da República recebe muito do todo que se publica no país em diferentes formatos e suportes: livros, folhetos, marketing de empresas, relatórios de empresas privadas e públicas, músicas, filmes etc. É possível guardar tudo? São questões muito difíceis de resolver. No iFHC, o critério adotado pela curadoria foi o de adequar o acervo bibliográfico à personagem Fernando Henrique Cardoso – ou seja, conservar tudo aquilo que tenha alguma familiaridade com as áreas de interesse do titular e antropóloga Ruth Cardoso.¹⁶⁵

Aqui, diferente do caso das cartas citado acima, percebe-se uma ação curatorial que visa atribuir um sentido ao acervo, sentido esse que é alheio à lógica de acumulação da documentação e que, em última instância, busca uma afinidade entre o arquivo e a biografia pessoal do titular. Ao tratar o acervo bibliográfico de tal maneira, a curadora Danielle Ardaillon admite uma cisão entre as lógicas de acumulação e preservação de documentos. A acumulação selvagem e aleatória, característica do arquivo do homem público, daria lugar, portanto, a uma preservação domesticada e respeitosa dos critérios de preferência pessoal da figura de Fernando Henrique Cardoso.

Tal cisão, porém, é dificultada nas áreas do acervo que não contêm itens bibliográficos. Em linhas gerais, pode-se dizer que a descrição bibliográfica privilegia a caracterização de documentos através de seu conteúdo, um método típico da Biblioteconomia e que o setor da Fundação iFHC responsável pela biblioteca do titular adota. A descrição arquivística em geral, entretanto, foge às classificações direcionadas a partir do conteúdo do documento e centram a organização nos aspectos circunstanciais da acumulação. É esse o método adotado na organização do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, um método pautado na identificação do que acima chamei de características extrínsecas ao documento.

¹⁶⁵ Ibidem. p. 16.

Quando afirmo acima que “os julgamentos que possa fazer o curador de um acervo são muitas vezes ultrapassados pelo volume de informação a ser processado em um arquivo presidencial”, evidentemente, não defendo a ideia de que a ação curatorial seja isenta de interpretações, nem nego que haja na atuação do curador a pré-disposição de selecionar, recortar e atribuir sentidos ao acervo por ele gerido. Apenas ressalto o fato de que um acervo de presidente da República é, antes de tudo, uma imensa colcha de retalhos, fruto de um processo de acumulação absolutamente diversificado seja em termos da origem ou dos tipos documentais acumulados. E se em setores do acervo, como o dos materiais bibliográficos, a atribuição de sentidos é possível, na medida em que a natureza do documento permite uma associação entre ele próprio e a biografia do titular, em outros tal aproximação é mais difícil.

Em uma palavra, um livro pode ser caracterizado pelo assunto de que trata e tal tema pode ser imediatamente identificado como de interesse ou não para a formação de uma biblioteca voltada para a área das Ciências Sociais, por exemplo. Uma vez que as áreas de interesse do titular do acervo são conhecidas da curadora, é absolutamente viável a construção de um acervo bibliográfico que materialize os interesses pessoais de Fernando Henrique Cardoso. De outro lado, tem-se como exemplo um grande volume de objetos apresentados ao titular. Tais itens não se explicam dentro do acervo da pessoa ou do sociólogo e só encontram sentido quando compreendidos no arcabouço da figura presidencial.

Mas antes que se desenvolva a questão dos objetos recebidos pelo presidente, cabe explicitar para o leitor desta dissertação o diálogo que se estabelece entre a curadora do acervo e a antropóloga e estudiosa da área de Museologia, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu. Diz a curadora do acervo, Danielle Ardaillon:

Se considerarmos vários acervos presidenciais, veremos que algumas parcelas da documentação são muito parecidas, embora cada uma reflita a trajetória e a personalidade do seu titular. Geralmente, o indivíduo acumulou voluntariamente o seu arquivo anterior, mas – uma vez eleito presidente – esse “poder” é parcialmente perdido; e até mesmo depois de findo o seu mandato, nem sempre mantém o domínio sobre a acumulação, qualitativa e quantitativa, de documentos que resultam de suas atividades.

No caso do arquivo de Fernando Henrique Cardoso, a organização do arquivo pré-presidencial não nos colocou muitas dúvidas, nem nos dificultou a adoção de alguns critérios tradicionais de descarte (papéis sem nenhum contexto, fotos borradas etc.), pois havia um todo mais homogêneo.

No caso do arquivo do presidente, a decisão de acumular esse ou aquele tipo de documentos não partiu do titular, do mesmo modo como a qualidade e a quantidade de materiais demandaram escolhas e eventual descarte para não comprometer a preservação e a conservação do todo.

O todo heterogêneo de documentos acumulados durante o período presidencial, ao qual Danielle Ardaillon faz referência em contraposição à homogeneidade do arquivo anterior, é composto, entre outros materiais, por alguns dos já citados aqui: os inúmeros registros fotográficos e audiovisuais, as cartas recebidas e também os objetos apresentados. Para se compreender esse arquivo acumulado durante o período de governo é necessário ir além do indivíduo Fernando Henrique Cardoso e pensar o que representa a figura de um presidente da República. Diz Regina Abreu, a respeito dos objetos apresentados:

Trata-se de uma coleção. Ainda que não encontremos o tipo ideal do colecionador que reúne os objetos de sua preferência (...) é preciso fazer o exercício do distanciamento e começar por buscar desvendar o personagem central com o qual todos os objetos da coleção estão relacionados. (...) O ponto central é que este personagem é um “homem público”, um chefe político, uma liderança social. Neste sentido, há uma equação que se impõe permanentemente no horizonte: a equação que associa este personagem a uma coletividade.¹⁶⁶

Opera-se aqui, portanto, certo grau de despersonalização do arquivo pessoal. As cartas enviadas ao presidente da República por cidadãos de várias partes do país, assim como os presentes a ele ofertados por outros chefes de estado, dizem mais do lugar

¹⁶⁶ ABREU, Regina. Os objetos e o Presidente: revisitando o lugar do encantamento no acervo de um homem público. Comentários à palestra: “Os presentes recebidos pelos presidentes da República: uma curadoria delicada”, proferida pela Dra. Danielle Ardaillon. Seminário Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5-6, nov. 2007. p. 7-9. Disponível em www.ifhc.org.br

ocupado pela figura presidencial no imaginário social¹⁶⁷ ou no jogo político das nações do que sobre o indivíduo que ora ocupa o cargo de presidente da República.

As cerimônias protocolares ensejam a acumulação dessa qualidade de documento bastante característico de acervos de homens públicos, os presentes. As cerimônias de “oferta de presente”, “titulação de cidadania”, “titulação honoris causa”, “condecoração” e “homenagem”, tipos de evento recorrentes na base de dados que cataloga o acervo de Fernando Henrique Cardoso, foram responsáveis pela entrada no arquivo de 1.135 itens, o que representa 14% da documentação do período presidencial. Os presentes ofertados em sua grande maioria são enquadrados no gênero tridimensional e configuram uma enorme variedade de objetos. São vasos, medalhas, chaves, moedas, artigos esportivos, miniaturas etc.

Essa variedade de objetos, assim como parte substancial do arquivo do período presidencial, portanto, deve ser pensada no registro da acumulação de documentos por essa figura que representa a coletividade nacional. Restringir a compreensão do acervo à dimensão individual de Fernando Henrique Cardoso implica em reduzi-lo ao que Renato Janine Ribeiro qualificou como a memória do insípido, uma vez que a avalanche de imagens, objetos e textos que fazem referência a essa única figura não representariam mais que um elogio memorial à vaidade do titular.

E pensando ainda nos termos da comparação entre os arquivos de Fernando Henrique Cardoso e Gustavo Capanema, aqui a acumulação documental durante o período presidencial, e mesmo a preservação atual dessa coleção, não parecem atender a um propósito de construção biográfica do ex-presidente através do arquivo, mas estão ligados à representação da própria figura presidencial enquanto instituição da nação, a começar pela obrigatoriedade da produção e acúmulo de registros, estabelecida pela legislação apresentada no capítulo anterior deste trabalho.

Mas o período de governo de Fernando Henrique Cardoso não foi documentado apenas pela máquina burocrática da Presidência da República. O próprio presidente registrou suas impressões em gravações produzidas voluntariamente e que talvez demonstrem a face mais pessoal do arquivo do período presidencial.

Quando assumiu a Presidência da República, Fernando Henrique deu início à gravação de um diário por sugestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto¹⁶⁸, socióloga,

¹⁶⁷ Ibidem. p. 7.

¹⁶⁸ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 23.

neta de Getúlio Vargas e principal artífice da construção do CPDOC e da preservação da documentação do avô. Sobre o empreendimento, diz o próprio ex-presidente:

Eu sempre tive essa preocupação. Isso, pela minha formação acadêmica. Eu acho que tem que deixar registrado as coisas. Não porque você atribua demasiada importância ao que você faz, é porque eu acho que é importante registrar sempre. Sempre que possível, deixar algum registro. Então, a Celina me incentivou nessa direção.¹⁶⁹

Novamente aqui surge a figura do acadêmico, um sujeito que procura enxergar a própria trajetória de vida em perspectiva e traduzi-la em análises que têm as duas dimensões de sua personalidade (intelectual/político) como fator de distanciamento. Algumas observações críticas sobre esse exercício recorrente de autoanálise promovido por Fernando Henrique Cardoso, bem como sobre as imbricações entre as duas dimensões em que o ex-presidente alega se dividir sua personalidade, já foram feitas neste capítulo e no anterior, mas cabe aqui voltar a tratar a questão sob a chave do exercício autobiográfico.

Philippe Artières, historiador francês, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), e que tem como alguns de seus principais temas de pesquisa os escritos autobiográficos e a história e a política dos arquivos, em publicação organizada pelo CPDOC e que foi resultado do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, organizado pela mesma instituição em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da USP em 1997, afirma:

(...) não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. (...) Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a

¹⁶⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 6.

*classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas.*¹⁷⁰

Sob a perspectiva do que diz Philippe Artières, obviamente, devem-se considerar as gravações feitas por Fernando Henrique Cardoso como frutos de um exercício constante de seleção de fatos, de “manipulação da existência”. Um exercício, aliás, que se estende para além dos registros diários durante o governo e chega ao momento atual de edição das transcrições, conforme ficará explícito adiante.

Mas cabe também notar o que diz Philippe Artières sobre a ordenação das passagens escolhidas em uma narrativa. Segundo o autor, a autobiografia configura-se como a “prática mais acabada” do arquivamento pessoal, o lugar onde “a classificação dos acontecimentos determina o sentido que desejamos dar às nossas vidas”. Sob essa perspectiva, não parece ser o diário de Fernando Henrique Cardoso o registro onde o ciclo autobiográfico se completaria. Segundo o próprio ex-presidente:

*Mas no diário você não tem que estar fazendo reflexões; você tem que estar registrando, para que depois alguém – ou nunca, não sei, depende – tome aquilo para fazer alguma reflexão. Então, não é uma leitura prazerosa, eu imagino. (...) Então, a ideia de registrar, certamente você registra porque você acha que aquilo pode ser útil, mais para terceiros que para você mesmo.*¹⁷¹

As gravações diárias de Fernando Henrique Cardoso não estão entre a documentação já disponível para acesso público, mas pela fala do ex-presidente, pelo volume elevado de horas de gravação e pelas características gerais de registros diários, é válido supor que aquela documentação não apresente uma narrativa autobiográfica senão relatos de acontecimentos e análises em estado bruto, ambos frutos de uma interpretação pessoal dos fatos, obviamente, mas que não basta para configurar uma narrativa histórica e autobiográfica.

As gravações, no entanto, servem ao seu autor como fonte de reflexões e construções narrativas expressas por meio de outros canais de difusão de ideias e de

¹⁷⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998. p. 11.

¹⁷¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 7.

construção autobiográfica. Referindo-se ao livro de sua autoria *A arte da política – A história que vivi*, lançado em 2006, diz Fernando Henrique Cardoso:

*Eu, aqui, eu aproveitei um pouquinho, porque eu só olhei salteadamente o que eu tenho registrado.*¹⁷²

A exemplo do que ocorre com o restante do arquivo, no caso das gravações Fernando Henrique não encontra no registro documental canal suficiente de expressão de sua autoimagem histórica, sendo necessária, para a concretização de qualquer narrativa ou interpretação da própria experiência vivida, a conjunção das informações presentes no registro com as reflexões que o excedem.

Em concordância com o que diz Philippe Artières, as impressões diárias gravadas por Fernando Henrique Cardoso configuram um recorte de sua experiência, um ato de escolha dos acontecimentos, porém, não bastam para a ordenação da narrativa e, portanto, para sua construção como personagem histórica. A construção histórica que Fernando Henrique possa empreender pessoalmente ou patrocinar através das ações de sua Fundação, assim, atende às mesmas necessidades do trabalho de qualquer historiador que se debruce sobre a documentação por ele acumulada.

A esse respeito, afirmam Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart no texto que estabelece a metodologia de tratamento do acervo depositado da Fundação iFHC:

*Os arquivos pessoais de cientistas, artistas e políticos constituem matéria privilegiada para que se possa compreender os processos de conhecimento, criação e decisão (...). Mas seria ilusório imaginar que tais processos se consubstanciam num ou noutro documento, ou que se explicitam de forma cabal. Demandam sempre o gesto de interpretação que, depois de cotejar evidências empíricas de diferentes matizes, cada qual atrelada a atividades específicas, logra lançar sobre elas um olhar mais distante, panorâmico, capaz de ultrapassá-las.*¹⁷³

¹⁷² Ibidem. p. 6.

¹⁷³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: iFHC, 2007. p. 50.

É o ato de criticar o documento, portanto, que abre caminho para a construção historiográfica, ou que permite trazer a memória pessoal – que possa ter estimulado o arquivamento do documento, e a ele imprimido subjetividade – para o terreno da construção narrativa e, assim, transferir aspectos da memória do indivíduo para o campo da História ou da memória histórica¹⁷⁴.

O caso do diário produzido por Fernando Henrique Cardoso contribui para compreensão da dinâmica de constituição e uso do arquivo pelo intelectual. Quando o ex-presidente afirma que, por força de sua formação acadêmica, sempre teve preocupação com a produção de registros¹⁷⁵, ao mesmo tempo em que vincula a validade do ato de registrar à possibilidade de que alguém “tome aquilo para fazer alguma reflexão”¹⁷⁶, ele explicita a intencionalidade por trás da acumulação de documentos e assume a indeterminação do uso crítico que deles se possa fazer.

Uma tal consciência do fazer historiográfico passível de ser empreendido a partir da documentação, se de um lado demonstra uma pré-disposição do titular em submeter sua experiência à crítica alheia, de outro implica pensar nas escolhas que o mesmo possa fazer no ato de guardar documentos que sabe serão criticados.

2.d O “entrincheirar-se” e a censura institucional

Philippe Artières diz que “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.”¹⁷⁷

Se a produção do arquivo pessoal equivale a resistir à imagem social, como se deve entender o ato de tornar público esse conjunto documental? Fazer sair o arquivo da esfera privada e íntima e colocá-lo à mostra em praça pública, ao mesmo tempo em que pode significar que a resistência tenha tomado forças suficientes para se impor ao social, implica também numa maior exposição da intimidade àquilo que ela resistia.

¹⁷⁴ Utilizo “memória histórica” no sentido utilizado por DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e Cidadania. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 133.

¹⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 6

¹⁷⁶ Ibidem. p. 7.

¹⁷⁷ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998. p. 11.

Cercar-se de um aparato institucional que recebe e dá acesso a seu arquivo, portanto, poderia significar, no caso de Fernando Henrique Cardoso, um entrincheirar-se no espaço público, uma forma de levar a resistência íntima ao combate da imagem social, mas garantindo-lhe a segurança de um território mais facilmente controlável. Esse seria o significado da construção de uma instituição de caráter público, mas de direito privado como a Fundação iFHC.

Ocorre que todo o cuidado que Fernando Henrique possa ter no momento de dar publicidade a seus registros pessoais encontra agora resistência do interesse público, um interesse que está presente nas ações da própria instituição por ele fundada e no trabalho dos profissionais que tratam sua documentação.

Continuemos na análise do diário presidencial.

As gravações feitas por Fernando Henrique Cardoso ainda durante o período de governo começaram a ser transcritas por Danielle Ardaillon¹⁷⁸. E, embora o ex-presidente tenha dúvidas sobre a validade do material para publicação, após deixar a Presidência da República Fernando Henrique passou a se dedicar a uma revisão das transcrições.

*Quando eu vejo agora – agora que eu estou começando a mexer no texto registrado –, é um texto que eu não sei se convém nem sequer publicar. (...) Então, por que eu estou limpando? Para deixar aqui. Eu acho que pode ser útil para algum pesquisador.*¹⁷⁹

Então, não é uma leitura prazerosa, eu imagino. Mesmo fazendo a limpeza que eu estou fazendo, que é mais de repetição, porque você repete muitas palavras ... Outra coisa, em português é tremendo, porque liberdades que você dá na linguagem oral, no escrito fica horrível. (...) Eu misturo muito o ter com o haver. No falar, você nem percebe, mas no escrito não dá. Então, eu disse até para a Danielle, eu digo: ‘Olha, eu vou fazer um ano de revisão para que depois alguém veja qual é o grau de liberdade que eu acho que alguém pode ter.’ Se

¹⁷⁸ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 23.

¹⁷⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 6.

*for, eventualmente, publicar isso aqui, não dá para publicar como está.*¹⁸⁰

A revisão promovida por Fernando Henrique, entretanto, é acompanhada pela curadora de seu acervo, Danielle Ardaillon:

*Aí, ele me mostrou, me manda as revisões (...) Porque eu sempre disse: “Não, você não vai retocar. Você não vai publicar isso. Não vai me estragar esse documento! Aliás, eu vou um guardar separado.” Mas ele deixou guardar o verdadeiro ... Quer dizer, ele está fazendo direitinho, ou seja, ele está apenas ... coisas de estilo, de maneira de falar. E ele disse que vai fazer um ano de correções para que, se uma pessoa quiser publicar e ta-la-lá, saber qual é o espírito da revisão.*¹⁸¹

*Mas aí eu disse: “Olha, mas você tem que pensar em algumas coisas, se você morrer. Porque, por exemplo, quem vai editar isso? Teria que ter alguém da sua confiança, da sua família em princípio, que cuidasse um pouco disso, que fosse o guardien, digamos, de não deixar dizer qualquer coisa.” Enquanto puder. Porque afinal, isso depois vai na História e tal. Mas, de qualquer maneira, será guardado o original. Já está em digital inclusive, então, não tem problema. Tanto o som como o escrito, daquilo que é transcrito.*¹⁸²

O caso exemplifica bem a dinâmica que faz com que o autor dos registros perca o controle sobre os mesmos. A transcrição do diário, sua revisão, reprodução digital e, acima de tudo, a inserção dos documentos em um arcabouço institucional que os submete a um tratamento técnico, geram um volume de informação e o envolvimento de um número de atores que dificultam a triagem e avaliação contínua por parte do titular do acervo.

Vale destacar que, iniciado o trabalho de transcrição por volta de 1995¹⁸³, doze anos depois, no momento da entrevista cedida por Danielle Ardaillon a Luciana

¹⁸⁰ Ibidem. p. 7.

¹⁸¹ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 46.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem. p. 23.

Heymann, apenas o diário do primeiro mandato encontrava-se totalmente transcrito¹⁸⁴. Compreende-se, assim, o receio da curadora de que Fernando Henrique não pudesse completar sua revisão pessoalmente.

É necessário notar ainda que o perfil intelectual de Fernando Henrique Cardoso, que o impulsiona a produzir registros, também o leva a considerar refletidamente os mesmos. Ocorre que suas reflexões, por força do hábito acadêmico como ele próprio afirma, produzem novos documentos, mantendo-se, assim, um mapa de suas interferências no acervo.

O ato de revisar as transcrições de seu diário, portanto, se de um lado indica a disposição de Fernando Henrique Cardoso de editar documentos que servirão à construção de sua figura histórica, de outro oferece ao pesquisador, que se dedicar ao cotejamento entre os documentos originais e revistos, uma porta de acesso ao pensamento do ex-presidente e uma nova possibilidade de crítica.

O caso do diário presidencial é mais um entre outros que apontam para uma confirmação da hipótese de Luciana Heymann, de que há uma disposição da parte de Fernando Henrique Cardoso em interferir na construção de sua própria figura histórica. Outras constatações nessa mesma direção são: a eleição de uma única pessoa para cuidar de seu acervo ao longo de décadas; as gravações diárias de suas impressões do período de governo; o investimento na criação de uma instituição dedicada à memória.

Ocorre que todas essas ações trazem consigo o reverso dessa deliberada intenção memorial, elas deixam rastros que alimentam a própria crítica.

Luciana Heymann fala em um “investimento no gesto de produzir registros, um investimento que, a partir da criação do iFHC ganhou contornos institucionais”¹⁸⁵. E o que procuro apontar aqui é que esses mesmos contornos institucionais limitam as possibilidades de manipulação do acervo para um objetivo único de construção do legado. E quando falo em contornos institucionais, não me refiro exclusivamente à Fundação iFHC, mas também aos órgãos geradores de parte substancial da documentação e à legislação que regula o tratamento do arquivo presidencial.

Há juízos e interpretações no trabalho curatorial, e a própria curadora do acervo em questão admite que “é absolutamente natural que o arquivista e o dono do arquivo

¹⁸⁴ Ibidem. p. 45.

¹⁸⁵ HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In. SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 65.

estejam em harmonia”¹⁸⁶. Portanto, não restam dúvidas de que preservar documentos é um ato atravessado de subjetividades, interpretações, juízos de valores. Mas nem todo documento será utilizado para a construção de um discurso histórico que se coadune com aquele que fez com que ele fosse preservado. Muitas vezes a preservação de um documento não será motivada por nada além da lei que assim exige. A mesma lei que institui a produção mecânica de milhares de registros repetitivos e de valor histórico questionável.

No primeiro capítulo desta dissertação já foram apresentadas algumas condicionantes legais do trabalho executado pela Fundação iFHC. A lei que rege a preservação de arquivos presidenciais foi apresentada sob a chave das possibilidades de censura reservadas ao titular do acervo. O poder que o titular e seus herdeiros legais têm de dificultar o acesso ao arquivo é virtualmente ilimitado. Mesmo a obrigatoriedade de preservação é questionável, na medida em que o controle estritamente privado dos documentos permite que ações de seleção e descarte sejam promovidas às margens dos olhares públicos.

Há nas fases de seleção e descarte de documentos, bem como nas políticas de acesso estabelecidas pela instituição depositária, evidentes oportunidades de manipulação do material legado à pesquisa histórica; também é verdade que não se organizam acervos documentais sem que se operem recortes e seleções e, pensando nas condições originárias dos documentos e todas as vicissitudes por eles vividas até sua chegada à instituição que os abriga, é absolutamente claro que existem relações de poder e afetividade que permitiram sua preservação.

Jacques Le Goff diz que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”¹⁸⁷. O mesmo Le Goff afirma:

(...) o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor

¹⁸⁶ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 9.

¹⁸⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. História e Memória. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 535-536.

*ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.*¹⁸⁸

Nesse sentido, evidentemente, não se pretende negar que há na produção do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, e em cada documento dele constituinte, um discurso, consciente ou inconsciente, originado das relações sociais e de poder estabelecidas pelo titular ou pelo autor de qualquer documento por ele acumulado. Também é evidente que toda essa “roupagem”¹⁸⁹ na qual o registro documental é envolvido, e que inclui todas as ações de preservação do mesmo, como as empreendidas a partir do trabalho da Fundação iFHC, devem ser desvestidas pela crítica interna¹⁹⁰ do “documento/monumento”.

Há também – e é esse o ponto que interessa mais de perto a esta análise – na instituição da lei que torna aquele documento patrimônio cultural da nação¹⁹¹ e no trabalho empreendido pela Fundação iFHC no sentido de sua preservação, uma agregação de valor ao documento que o torna monumento no sentido pensado por Jacques Le Goff.

Seguindo esse raciocínio cabe aqui recorrer a outro estudo de Luciana Heymann, esse baseado no arquivo de Filinto Müller¹⁹² e no qual a autora relata algumas das vicissitudes presentes na trajetória de um acervo pessoal de homem público.

Na fase de acumulação do arquivo, nos detemos na ação do titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como na ação de auxiliares, muitas vezes responsáveis por esta atividade. Após sua morte, ocorre a interferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses. No caso da doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que, responsáveis pela organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às

¹⁸⁸ Ibidem. p. 538.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Ibidem. p. 537.

¹⁹¹ Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Capítulo I. Disposições Gerais. Art. 3º.

¹⁹² HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Müller. Revista Estudos Históricos, 19. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. p. 41-66.

*demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental.*¹⁹³

Esse processo pelo qual a memória pessoal, materializada na acumulação documental, passa à esfera pública, ganha *status* de patrimônio cultural e é apropriada na produção historiográfica, é o que se poderia considerar o caminho da monumentalização do documento. Há diferenças, no entanto, entre essa produção do documento/monumento e a monumentalização da figura do titular do arquivo.

O propósito deste capítulo, como expresso no início, é, partindo da hipótese de que a Fundação iFHC atue na construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso, nuançar as possibilidades de que tal intento seja alcançável a partir do tratamento dedicado ao acervo documental. Isto é, o objetivo aqui é defender a ideia de que se um arquivo pode ser instrumentalizado no sentido de um discurso de celebração de seu titular, o mesmo arquivo é lugar privilegiado da crítica.

Excetuando-se as condições preliminares de seleção e descarte dos documentos, bem como as políticas de acesso estabelecidas pela instituição, condições que, como já foi dito, fogem ao conhecimento desta pesquisa e só podem ser sugeridas a partir das diretrizes legais já apresentadas, o que é possível afirmar é que a partir dos documentos até agora liberados para acesso é possível construir interpretações diversas. Não há ali, na organização do arquivo, qualquer forma preliminar de cerceamento que indique a disposição de direcionar a história que será construída a partir da documentação.

A demonstração dessa liberdade interpretativa que o arquivo oferece ao pesquisador foi a justaposição entre as hipóteses críticas de Afrânio Garcia Júnior e a forma como as estatísticas do arquivo foram apresentadas aqui. Diferentes formas de agrupamento dos documentos foram utilizadas nessa apresentação: pelos tipos documentais, por períodos de acumulação, pela autoria, pelo tipo de evento que os geraram, pelas instituições produtoras, pelas relações sociais inerentes à sua origem (e que se expressam através dos eventos) etc.

A liberdade interpretativa de um conjunto documental começa pela viabilidade de reorganização dos documentos de acordo com os propósitos da pesquisa, e a organização do acervo pessoal de Fernando Henrique Cardoso permite esse tipo de reagrupamento. Um dos vieses do que chamo aqui de censura institucional e que aponto

¹⁹³ Ibidem. p. 45-46.

como fator de relativização da hipótese apresentada por Luciana Heymann é, justamente, essa metodologia de organização do arquivo.

Para entrar nesse tema, vale a transcrição de um trecho da entrevista feita com Danielle Ardaillon, curadora do acervo:

Autor: Danielle (...) aqui é um outro trecho seu¹⁹⁴: “(...) se as bibliotecas [e você falava das bibliotecas presidenciais americanas] têm em comum um perfil institucional e um leque de instalações e serviços muito similares, cada uma reflete o perfil pessoal e político do presidente que a originou, pois são instituições tanto arquivísticas como memorialistas (...)”

D. Ardaillon: É ... que é a grande diferença.

Autor: Mais pra frente você diz que o iFHC deveria ser uma instituição, foi planejado para ser uma instituição arquivística e não memorialista ...

D. Ardaillon: Nesse sentido de monumento ...

Autor: Agora, para se afastar dessa pecha de instituição memorialista, isso está mais naquilo que você não faz, como, por exemplo, não participar do site, que tem uma atuação política mais clara?¹⁹⁵ Ou existem ações afirmativas nesse sentido?

D. Ardaillon: Bom, claramente, o meu entendimento com a Grifo¹⁹⁶ é nesse sentido. A metodologia adotada é uma metodologia que não vai nesse sentido porque ela não descreve documentos, ela contextualiza. Ela só faz contextualizar os documentos, ela não trata do que tem dentro. A descrição trata de onde que o documento vem e quando, basicamente. Tempo e circunstância não é?¹⁹⁷ (...) Eu acho que se fosse muito personalista, certamente, se refletiria na maneira de organizar, sabe?¹⁹⁸

¹⁹⁴ Refiro-me ao trecho de uma palestra da curadora do acervo.

¹⁹⁵ Refiro-me à página Observador Político, apresentada no primeiro capítulo desta dissertação.

¹⁹⁶ Grifo Projetos Históricos e Editoriais, empresa contratada para organizar o acervo depositado na Fundação iFHC. Silvana Goulart, sócia da Grifo, é uma das entrevistadas deste trabalho.

¹⁹⁷ A metodologia de organização e descrição do arquivo pessoal de FHC foi publicada sob o título “Tempo e circunstância”, por estar ancorada nas circunstâncias de entrada de cada documento no acervo.

¹⁹⁸ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min). p. 16-17.

A opinião de Danielle Ardaillon de que a Fundação iFHC não é uma instituição memorialista e que não se trata de um monumento em homenagem a Fernando Henrique Cardoso não é totalmente compartilhada neste trabalho. A exemplo do que ocorre nas análises das bibliotecas presidenciais americanas, apresentadas no capítulo anterior e que servem de modelo metodológico para esta dissertação, aqui as funções arquivística e memorial da instituição são localizadas em objetos distintos: o arquivo e a exposição museológica. Considera-se possível, portanto, que a mesma instituição apresente características mais explicitamente memorialísticas em uma das dimensões de seu trabalho e na outra não.

No que diz respeito ao tratamento do arquivo pessoal ali depositado, há sim concordância com o que diz a curadora sobre o personalismo se refletir na maneira de organizar o arquivo. O caso relatado por Priscila Fraiz, sobre o arquivo de Gustavo Capanema, é um exemplo de organização que reflete diretamente o projeto autobiográfico do titular do acervo.

Evidentemente, como já foi dito aqui, organizar um arquivo implica fazer seleções, em nomear e tipificar documentos etc., e essas ações dotam a organização de um grau de subjetividade que não deve ser perdido de vista pelo pesquisador. Mas é necessário compreender que na medida em que um conjunto de documentos é organizado com o propósito de atender uma demanda de conhecimento específico, como no caso da construção autobiográfica de Gustavo Capanema, diminui-se a multiplicidade de sentidos que dele se possa apreender.¹⁹⁹

Lucia Maria Velloso Oliveira, arquivista e historiadora que defendeu a tese *Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*, define a descrição arquivística:

*(...) a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia e métodos próprios da Arquivologia, que objetiva a produção de conhecimento sobre os arquivos e o acesso aos mesmos*²⁰⁰.

¹⁹⁹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: questões para um debate. In. MATOS, Edilene et al. (org.). A presença de Castello. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 103.

²⁰⁰ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais. São Paulo: FFLCH/USP, 2010. p.11.

O que se deve notar é que produzir conhecimento sobre um arquivo, do ponto de vista da Arquivologia, não significa inserir os documentos em uma abstração narrativa como faz o historiador. A pesquisa do arquivista tem como objetivo explicitar os vínculos entre o documento e a atividade que o originou. Objetivo que, se cumprido em sua inteireza, permite ao pesquisador secundário do arquivo construir os mais diversos vínculos problemáticos entre o documento e o recorte analítico de sua pesquisa.

Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, autoras da metodologia de organização e descrição do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, afirmam:

Quanto aos historiadores, cabe-lhes demarcar, nos documentos de arquivo, os elementos que possam dar sustentação a problemas e hipóteses cujo norte jamais coincide com o das entidades responsáveis por sua produção ou acumulação, por mais que se lhe assemelhe ou pareça próximo. Nesse sentido, a prática historiográfica implica estabelecer, em relação ao material empírico em que se baseia, qualquer que seja sua natureza, uma relação de descontinuidade.²⁰¹

A relação de descontinuidade a que se referem as autoras foi sugerida aqui por meio da aproximação entre as hipóteses de Afrânio Garcia Júnior e a apresentação geral do arquivo. Não foi com o propósito de possibilitar o rastreamento de suas relações sociais que Fernando Henrique Cardoso manteve correspondência com diferentes pessoas, por exemplo, no entanto, a elaboração desse mapa das relações sociais (sugerido por Afrânio Garcia) é um possível uso de seu arquivo.

Outro exemplo é a obra autoral do titular do acervo. Como explicitado em diferentes momentos deste texto, a fala de Fernando Henrique Cardoso enquanto analista social não é descolada de seus interesses políticos e na medida em que esses últimos mudam é razoável supor que seus textos caminhem no sentido da justificação de tais mudanças. Essa é a hipótese de Afrânio Garcia Júnior. O autor afirma que, a partir de 1978, a obra autoral do ex-presidente é totalmente voltada para as justificações e defesa de seus posicionamentos políticos.

Entretanto, como já apresentado aqui, não são raros os momentos em que Fernando Henrique Cardoso vale-se da postura intelectual para emitir discursos

²⁰¹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: iFHC, 2007. p. 46.

partidários sob o pretexto da imparcialidade. Ora, é de supor, portanto, que a produção dessa obra autoral por Fernando Henrique não tenha sido fruto de seu intento de alimentar críticas como as de Afrânio Garcia, no entanto, a organização do acervo as possibilita.

É evidente que a descrição arquivística, conforme a definição de Lucia Maria Velloso Oliveira, trata-se de uma construção, de uma “representação produzida pelo arquivista”, mas, se toda a ação do homem sobre a massa de documentos acumulados passa, sem dúvida, por uma dimensão subjetiva – fato que deve guiar o trabalho do historiador no sentido de tratar seu documento como monumento – o ofício do arquivista, entretanto, passa, justamente, pela tentativa de dotar a informação de alguma objetividade.

Luciana Heymann, em seu texto *Indivíduo, memória e resíduo histórico*, considera que o trabalho do arquivista ou documentalista e “sua ingerência a partir do momento em que o arquivo é depositado em um centro de documentação”²⁰² consiste num trabalho que “realiza uma monumentalização”²⁰³. E mais adiante, quando trata do interesse sociológico daquilo que denomina como “lixo histórico”²⁰⁴, a autora constata, ainda que criticamente, que no trabalho de documentação “lidamos com critérios que buscam delimitar o universo da ‘memória historicizável’”²⁰⁵.

Heymann tem como base de sua análise a metodologia adotada pelo CPDOC na organização de arquivos. Metodologia baseada na organização de séries temáticas²⁰⁶, as quais são constituídas na medida em que “o documentalista elege um aspecto em detrimento de outros quando insere o documento num dossiê temático”²⁰⁷. A respeito da aplicação de tal metodologia, a autora conclui:

(...) é certo também que não se organiza um arquivo sem operar exclusões, sem conferir ênfases e sem estabelecer critérios, sempre

²⁰² HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Müller*. Revista Estudos Históricos, 19. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. p. 48.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Vale dizer que a autora utiliza o termo “lixo histórico” de maneira crítica, identificando em séries documentais consideradas comumente como de menor valor informacional, como a correspondência protocolar de felicitações e pedidos, fontes de grande importância para estudos históricos e sociológicos.

²⁰⁵ HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico*. *Op. cit.* p. 51.

²⁰⁶ Ibidem. p. 50.

²⁰⁷ Ibidem.

*subjetivos, capazes de ordenar e permitir o acesso dos usuários à documentação.*²⁰⁸

Vale um breve aprofundamento na apresentação que a autora faz da metodologia de trabalho adotada na organização do arquivo de Filinto Müller, depositado no CPDOC:

[o inventário] indica um determinado arranjo adotado por decisão do documentalista e dá acesso ao seu conteúdo, através das descrições de cada unidade documental [dossiê]. O inventário orienta a pesquisa, indica caminhos a percorrer, sugere aprofundamentos, desvia atenções. A documentação do período da Chefatura de Polícia, por exemplo, se compõe de uma única série, formada por cinco subséries: biografias, SIPS, assuntos diversos, política em Mato Grosso e pedidos. Detivemo-nos na subsérie “pedidos” (...). Abarca portanto pedidos estritamente ligados às atribuições de Filinto Müller como chefe de polícia, assim como outros que lhe foram endereçados devido ao prestígio de que então desfrutava. Nesse sentido, prevaleceu um recorte temporal (o período de duração do cargo), sobre um rigor quanto aos limites das atribuições funcionais do chefe de polícia.

Este critério, no entanto, não é explicitado no inventário, assim como o fato de que a grande maioria destes pedidos (cerca de 80%) são formulados por mediadores e não pelos possíveis beneficiários das demandas (...).

*É ainda importante perceber que, além dos documentos que integram a subsérie “pedidos” (...) existem pedidos dentro de dossiês de outras subséries, como “assuntos diversos” e “política em Mato Grosso”. Ou seja, o universo dos pedidos encaminhados a Filinto Müller é maior do que a subsérie “pedidos”.*²⁰⁹

Luciana Heymann publicou o texto *Indivíduo, memória e resíduo histórico* em 1997, na Revista de Estudos Históricos editada pela FGV/CPDOC. Nesse texto, conforme demonstram as citações acima, a autora é firme no argumento de que

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Müller*. Revista Estudos Históricos, 19. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. p. 58.

organização de acervos arquivísticos trata-se de um direcionamento interpretativo dos documentos e, portanto, interfere na produção historiográfica que se possa empreender a partir dele, na medida em que “delimita o universo da memória historicizável”.

A mesma autora, em 2007, em palestra por ocasião da apresentação da metodologia de tratamento do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso por Ana Maria de Almeida Camargo, comenta:

*A segunda premissa adotada [no tratamento do acervo de FHC] postula a necessidade de reconhecer os nexos dos documentos com as atividades e funções que os originaram. Essa premissa, conquanto reafirme a adoção de uma abordagem estritamente arquivística no tratamento dos arquivos pessoais – esforço ao qual me associo pessoalmente –, coloca grandes desafios ao tratamento de conjuntos documentais de natureza pessoal.*²¹⁰

Em seus comentários à metodologia adotada no trabalho da Fundação iFHC, Luciana Heymann segue apontando as dificuldades que a aplicação dos mesmos procedimentos encontraria em acervos pessoais de diferente perfil:

*É importante ter em mente que a contextualização, como definida na obra²¹¹ é absolutamente facilitada quando se está lidando com arquivos pessoais de titulares que desempenharam cargos públicos, situação em que um staff encarregado de receber, catalogar e ordenar a documentação garante os meios para seu tratamento posterior. No caso de presidentes da República (...), a documentação, desde a sua produção ou o seu recebimento pelo Gabinete do Presidente, é submetida a uma série de procedimentos que assegura os metadados necessários à contextualização.*²¹²

Por fim, a palestrante afirma:

²¹⁰ HEYMANN, Luciana Quillet. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC: alguns comentários. In. Seminário Internacional Arquivos Pessoais e Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico, 2007, Rio de Janeiro, p. 3. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

²¹¹ A autora refere-se à obra *Tempo e circunstância*.

²¹² HEYMANN, Luciana. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC. *Op. cit.* p.3.

(..) a explicitação dos princípios e dos procedimentos adotados na organização dos documentos – do caminho sinuoso, mas nem por isso arbitrário, percorrido pelo arquivista – é a maneira mais transparente de apresentar o arquivo, funcionando como meio de acesso à própria natureza da documentação (...). Esse procedimento contribui para conferir historicidade – ou contextualidade, se preferirem – ao arquivo entendido na perspectiva de produto sociocultural.²¹³

Da comparação entre as análises registradas por Luciana Heymann em 1997 e 2007, sobre os acervos de Filinto Müller e Fernando Henrique Cardoso respectivamente, conclui-se que a metodologia adotada pelo CPDOC, que reúne a documentação de Filinto Müller em dossiês e faz desses dossiês a unidade de descrição, caracterizando-os como: dossiês de pedidos, dossiês de política em Mato Grosso etc., dificulta e, dependendo do volume de dados a ser processados pelo pesquisador, chega a limitar as possibilidades de pesquisa. Uma agravante dessa opção metodológica, apontada pela própria autora, é a não explicitação dos critérios de organização do arquivo para o pesquisador.

No caso da descrição do arquivo de Fernando Henrique Cardoso, Luciana Heymann enxerga um esforço de “reconhecer os nexos dos documentos com as atividades que os originaram”, e quando a autora afirma que tal esforço reafirma “a adoção de uma abordagem estritamente arquivística” ela se refere ao propósito de organizar um acervo de maneira a preservar a multiplicidade de sentidos contidos em cada documento ou nas relações que se possa construir entre vários deles. Como já demonstrei aqui, a possibilidade oferecida ao pesquisador de reagrupamentos variáveis da documentação permite submeter o arquivo a articulações de sentidos também diversas.

Luciana Heymann também aponta a “explicitação dos princípios e dos procedimentos adotados na organização dos documentos” como uma medida que confere historicidade à própria construção do acervo como “produto sociocultural”. Isso equivale a dizer que a explicitação da metodologia, publicada na forma de livro pela Fundação iFHC, e submetida a debates teóricos como esse do qual participou Heymann, promove a compreensão da interferência dos arquivistas na massa documental, o que contribui para que o constructo teórico que baseia a organização do acervo seja

²¹³ Ibidem. p. 8.

desvendado e criticado pelo pesquisador secundário. Ou seja, a “representação produzida pelo arquivista”, de que fala Lucia Maria Velloso Oliveira, está, no caso da Fundação iFHC, posta à mostra.

Por último, Luciana Heymann, ao comentar as dificuldades de implementação da metodologia adotada pela Fundação iFHC na organização de outros acervos, toca em uma questão já tratada neste e no capítulo anterior: o trabalho executado pela burocracia estatal. O arquivo de um presidente da República, por força de diversas determinações legais já apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, não é só produzido (na medida em que suas atividades são registradas por textos, fotos, vídeos etc.), mas também é organizado pelos órgãos burocráticos da Presidência.

Segundo Danielle Ardaillon, a Secretaria de Documentação Histórica, chefiada por ela durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi criada durante o governo de José Sarney com 80 pessoas. “E era só para tratar o arquivo. Ainda não era para fazer a correspondência, como foi se tornando. Na realidade, hoje é um serviço de correspondência do presidente e organiza o acervo”²¹⁴. No momento em que Ardaillon assumiu a chefia do órgão ele havia sido diminuído, mas continuava com um número expressivo de funcionários:

*Já era um departamento. Já tinha sido rebaixada. Não, não. Ainda ficou uma secretaria, com menos gente e menos cargos. E quando eu cheguei me disseram que eu ia ter uma secretaria e eu fiquei com um departamento. Quer dizer, aí foi reduzida de escala e de número de cargos também. No fim, eu tinha mais ou menos 50 pessoas. Entre 46 e 50 pessoas. E hoje eles estão com 54, por aí.*²¹⁵

A título de comparação, a equipe de historiadores e arquivistas que atuam diariamente na catalogação do arquivo de Fernando Henrique Cardoso dentro da Fundação iFHC não chega a dez pessoas. Dessa forma, compreende-se a afirmação de Luciana Heymann de que a efetividade da metodologia adotada pela Fundação seja facilitada “quando se está lidando com arquivos pessoais de titulares que desempenharam cargos públicos, situação em que um staff encarregado de receber, catalogar e ordenar a documentação garante os meios para seu tratamento posterior”.

²¹⁴ ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55m). p. 28.

²¹⁵ Ibidem. p. 33.

Os “meios para seu tratamento posterior”, aos quais se refere Luciana Heymann, se materializam em duas principais ferramentas de gestão legadas pelos órgãos burocráticos da Presidência da República à equipe da Fundação iFHC: uma base de dados de arquivo corrente, na qual todas as dezenas de milhares de documentos recebidos pelo presidente, ou encaminhados por ele ao acervo, estão registrados, individualmente, com as informações de data de entrada e responsável pelo encaminhamento; e uma segunda base de dados com a agenda diária do presidente da República durante seus oito anos de mandato, na qual constam os eventos de que participou, os locais onde estava e as pessoas com quem se reunia a cada hora do dia.

Novamente surgem aqui as condições de um ambiente institucionalizado de produção e organização do arquivo; ambiente esse no qual os atos de receber, selecionar, catalogar e guardar documentos fogem ao controle do titular, vale dizer daquele que é representado pelo arquivo, e, portanto, limitam suas possibilidades de fazer do conjunto documental uma peça memorial que atenda exclusivamente às suas pretensões autobiográficas ou de construção de sua autoimagem histórica.

É bem verdade, no entanto, que Fernando Henrique Cardoso habilmente se contrapõe à força da institucionalização de sua memória presidencial, seja inserindo na estrutura burocrática uma pessoa como Danielle Ardaillon, que já era responsável pela preservação de seu arquivo pessoal e que declara, como já citado acima, estar em harmonia com as ideias do ex-presidente, seja gravando suas impressões particulares em diário posteriormente transcrito e revisado.

Nos moldes da teoria apresentada por Philippe Artières, Fernando Henrique Cardoso trava um embate constante com a construção de sua memória social. As hipóteses de Afrânio Garcia Júnior, já apresentadas aqui, sugerem essa constância desde 1978, ano em que ingressou na política profissional. Luciana Heymann e João Moreira Salles notam tal esforço nos momentos posteriores ao governo presidencial. O que procurei demonstrar aqui é que a inserção do arquivo pessoal no arcabouço institucional da Fundação iFHC configura-se como um capítulo desse embate, mas a natureza da constituição desse arquivo, bem como as opções metodológicas adotadas em sua organização viabilizam a crítica histórica e, portanto, tornam inócua qualquer tentativa de cristalização da memória pública do titular.

2.e Concluindo o capítulo

No primeiro capítulo desta dissertação ficou caracterizado o ambiente político-partidário que permeia o trabalho na Fundação iFHC. Também ali a apresentação de algumas diretrizes legais de preservação de acervos presidenciais brasileiros, bem como o reconhecimento de uma literatura crítica sobre as *Presidential Libraries* norte-americanas, permitiu compreender o entorno institucional que envolve a preservação do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso.

O reconhecimento dos diferentes modelos institucionais que basearam a construção conceitual da Fundação iFHC, assim como a comparação com o sistema de bibliotecas presidenciais nos Estados Unidos, sugeriram uma análise compartimentada das atividades empreendidas pela instituição. Daí a análise apresentada neste capítulo ter se voltado exclusivamente para a questão do arquivo.

Aqui o acervo pessoal de Fernando Henrique Cardoso foi apresentado na forma de estatísticas que pretenderam demonstrar a possibilidade de mobilização dos documentos para a construção de uma história crítica do ex-presidente e visando ressaltar o caráter despersonalizado da acumulação documental durante o período de governo.

A metodologia de organização do arquivo pessoal foi colocada em discussão e chegou-se à conclusão de que ela promove a possibilidade de diferentes construções históricas a partir dos documentos. E, somados à aplicação do método, as diretrizes legais, a produção e organização de documentos levadas a cabo pela burocracia estatal e a apresentação pública das diretrizes metodológicas, contribuem para a construção do que nomeei como censura institucional e que retira das mãos do titular o controle absoluto das narrativas passíveis de serem construídas a partir de seu arquivo.

De outro lado, a afinação entre o titular da documentação e sua curadora, fruto do tempo e da formação intelectual, bem como a constante disposição de Fernando Henrique Cardoso em registrar e problematizar a própria experiência, sugerem uma vontade de interferência na construção da figura histórica do ex-presidente. Uma construção, entretanto, que influencia, mas não se expressa inteiramente na representação construída pelos arquivistas responsáveis pela organização do acervo.

A exemplo do que parece ocorrer nas bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos, o arquivo aqui pode ser visto como o lugar da alteridade de pensamento. E, embora a representação construída pelo arquivista não neutralize o discurso político

presente em cada documento e no conjunto de todos eles, ela expõe esse discurso à crítica.

Por fim, não é possível entrever nas atividades empreendidas junto à documentação a tentativa de forjar uma interpretação da história de Fernando Henrique Cardoso ou de “refazer a imagem com a qual seu legado político é, em geral, associado”²¹⁶. Tal construção ideológica pode fazer uso dos documentos, mas não emana deles ou da organização de seu conjunto. Não é na “dimensão arquivística” do trabalho da Fundação iFHC que será encontrada.

²¹⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In. SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 61.

3. A dimensão museológica: construção narrativa e exposição de uma ideia

3.a Apresentando o problema do capítulo

Uma vez estabelecida a divisão da análise entre as áreas de arquivo e museu, divisão inspirada na literatura sobre as bibliotecas presidenciais americanas, como já afirmado nos capítulos anteriores, restava, para a elaboração deste capítulo, a adoção de um ferramental teórico pertinente para o tratamento do objeto proposto, a exposição *Um plano real*.

A exemplo do que ocorre no capítulo que trata do acervo arquivístico, e que foi grandemente baseado em uma discussão que buscou seus referenciais, não apenas, mas principalmente na produção de conhecimento de uma instituição arquivística, o CPDOC, aqui a discussão teórica encontra-se baseada em grande parte nas discussões entorno do texto *Do teatro da memória ao laboratório da História*, de autoria de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, publicado nos Anais do Museu Paulista e comentado por diversos especialistas ao longo de duas edições do periódico.

Sendo assim, os referenciais bibliográficos deste trabalho, no mínimo, fazem comprovar o papel fundamental cumprido pelas instituições que atuam nas áreas de arquivo e museu na função de propagar o conhecimento afeito às suas atividades cotidianas. Vale lembrar que parte fundamental do capítulo anterior deste trabalho teve como base a bibliografia divulgada por meio de periódico publicado pelo CPDOC.

O texto de Ulpiano Bezerra de Meneses é, portanto, um dos pontos de partida do capítulo, que visa problematizar a exposição *Um plano real* a partir de dois eixos principais. O primeiro trata do conteúdo informativo veiculado na exposição que tem na apresentação da figura presidencial e na mitificação do plano econômico adotado os fundamentos da construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso. O segundo eixo trata da forma e contrapõe as opções conceituais da exposição elaborada pelo *designer* Marcello Dantas com os ideais propostos por Ulpiano em *Do teatro da memória ao laboratório da História*.

Este texto, portanto, não apenas procura apresentar uma visão crítica da exposição *Um plano real*, mas também a analisa em apropriação, ou seja, a partir de pressupostos normativos apresentados no texto de Ulpiano Bezerra de Meneses. Trata-se desde já de uma análise opinativa e, por isso, admite contraposições conceituais. A

crítica à forma da exposição *Um plano real* baseia-se, sobretudo, na filiação do autor à ideia exposta por Ulpiano, de que **“ensinar História só pode ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História”**²¹⁷.

Cabe lembrar que o conjunto desta dissertação, se é construído na fronteira de áreas do conhecimento como a Arquivologia (no capítulo anterior) e a Museologia (neste), apenas tangencia esse limites, mas pretende manter-se no solo epistemológico da História. O texto de Ulpiano serve aqui como a ponte segura de onde se podem vislumbrar questões muitas vezes postas do outro lado da divisa e, por isso, terá presença constante neste capítulo. Como afirmou Elias Thomé Saliba, por ocasião da publicação do texto de Ulpiano Bezerra de Meneses nos Anais do Museu Paulista:

*Do teatro da memória ao laboratório da História apresenta uma análise exhaustiva de pontos centrais obrigatórios para qualquer exame que se queira inclusivo das relações entre o conhecimento histórico e a exposição museológica.*²¹⁸

De fundo, como de resto em todo o trabalho, o que norteia a crítica neste capítulo é a hipótese proposta por Luciana Heymann e que já foi enunciada em outros momentos desta dissertação, qual seja, a ideia de que as atividades da Fundação iFHC dão substância à construção do legado histórico pessoal de Fernando Henrique Cardoso, o que equivale a dizer que aquela instituição promove uma determinada interpretação da História política nacional.

Como procurei afirmar no capítulo anterior, embora as atividades relativas ao tratamento do acervo arquivístico não estejam isentas de ideologia ou das subjetividades de que o processo de patrimonialização, por assim dizer, às contamina, não é ali, no arquivo, que se completa o processo ao qual faz referência Luciana Heymann. Entendo que a construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso careça, como de resto qualquer construção histórica, de uma sintetização narrativa, algo que a organização do arquivo pessoal não oferece.

Aqui mora a distinção fundamental neste trabalho entre as dimensões arquivística e museológica nas quais atua a Fundação iFHC, uma vez que na exposição

²¹⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 39-40.

²¹⁸ SALIBA, Elias Thomé. Comentário VII. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.3, jan/dez. 1995. p.86.

sim, conforme procurarei demonstrar, a apresentação de uma narrativa histórica que guarda coerência dentro do próprio discurso (embora possa ser contraposta a discursos dissonantes, como demonstrarei aqui) oferece ao seu visitante uma única interpretação, uma única visão do processo histórico no qual está envolvida a figura de Fernando Henrique Cardoso e do qual ela é alçada com destaque e em tom de exaltação.

É preciso voltar aqui ao referencial teórico delineado no primeiro capítulo desta dissertação e que encontra na crítica formulada por especialistas norte-americanos sobre as bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos sua fonte de inspiração.

É preciso lembrar que, a exemplo do que ocorre nas *Presidential Libraries*, a Fundação iFHC não é um Museu que abriga arquivos pessoais, tampouco um Arquivo que vez por outra expõe seu acervo na forma de exposições museológicas. Ela é, antes de tudo, e conforme sua autodeterminação inspirada nas fundações presidenciais norte-americanas, um organismo que visa disseminar e ampliar o legado e o ideário de um chefe de Estado e de Governo²¹⁹.

Sendo assim, na medida em que se elege essa instituição como objeto de estudo, é necessário contemplá-la em suas diversas dimensões – e cabe lembrar as funções de escritório político e *think tank* tratadas no primeiro capítulo desta dissertação, mas que não configuram seu foco principal – e notar que o propósito de disseminação do legado se dilui em iniciativas distintas e que perseguem objetivos diferentes, por vezes talvez opostos.

Diferente da organização do arquivo pessoal, que possibilita múltiplas construções históricas e que se respalda na divulgação do método como forma de aumentar o índice de objetividade do trabalho, a exposição museológica aqui analisada entrega ao seu público uma versão pronta do que teria sido o processo de estabilização econômica do Brasil e aponta na direção de uma identificação, necessariamente positiva uma vez que a própria construção narrativa não é problematizada, do que foi o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Cabe notar, inclusive, senão a ausência, a carência de articulação entre as duas iniciativas, de organização do arquivo e montagem da exposição, uma vez que a pesquisa que instrumentalizou a narrativa exposta em *Um plano real*, não só pouco se baseou em documentos contidos no acervo, como em nada contribuiu para a concepção do discurso expositivo. Vale antecipar que a exposição baseia-se na apresentação de

²¹⁹ INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2004. São Paulo: iFHC. p. 10.

diversas instalações interativas e nelas o que há de acervo audiovisual, iconográfico ou textual foi colhido em arquivos de imprensa e não nos conjuntos documentais depositados na Fundação iFHC.

Em resumo, no caso do processamento da documentação arquivada, procurou-se sustentar a ideia de que o tratamento arquivístico da massa de documentos não basta para a construção de uma narrativa e, portanto, não há, a partir daquela atividade, a emissão de um discurso histórico. Algo distinto ocorre no caso da exposição. Nas palavras de seu criador: “exposição é uma coisa panorâmica, para você entender uma ideia”²²⁰.

3.b Curadoria e “outro olhar” da História

Em perfil feito pelo programa *Metrópolis* da TV Cultura em 2011, o *designer* e curador de exposições Marcello Dantas, é apresentado:

*Formado em Direito, estudou História da Arte e Teoria de Cinema em Florença, Filme e Televisão na New York University. Acumula funções num currículo tão variado quanto brilhante: designer multimídia, curador, produtor, documentarista, Marcello tem trabalhos expostos na França, Alemanha e Estados Unidos. Seus trabalhos unem História, tecnologia e percepção sensorial. (...) A visão privilegiada de Marcello Dantas é multidisciplinar. Na empresa Magnetoscópio, criada por ele para produzir filmes e eventos culturais, História e tecnologia andam juntas, passado e futuro são matérias primas (...)*²²¹

Algumas das exposições elaboradas por Marcello Dantas e destacadas no perfil feito pelo programa *Metrópolis* são: *50 anos de TV*; *Roberto Carlos*; *A Água na Oca*; *A Bossa na Oca*; *Estação Pelé* (em Berlim) e *Museu da Língua Portuguesa*.²²²

Marcello Dantas é responsável pela concepção da exposição permanente *Um plano real – a história da estabilização do Brasil*. Encomendada pela Fundação iFHC

²²⁰ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 5.

²²¹ Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/xiddtuwnvlqs/metropolis--entrevista-com-Marcelo-dantas-0402CD1A3164D0C11326?types=A>. Acessado em 3 de jan. 2013.

²²² Ibidem

para instalação em um dos andares de sua sede no centro da cidade de São Paulo, essa exposição é o objeto de estudo deste capítulo, mas antes cabe determinar, como ponto de partida desta análise, algumas das concepções de História e exposição histórica defendidas por seu curador. Desde já tais concepções serão compreendidas à luz da crítica proposta por Ulpiano Bezerra de Meneses em *Do teatro da memória ao laboratório da História*.

Em entrevista cedida ao autor deste trabalho, Marcello Dantas afirma:

*(...) boa parte das instituições que me chamam para trabalhar esbarra no seguinte fato: elas têm uma história para contar, mas elas não têm evidências. Boa parte dos museus do mundo são todos eles baseados em evidências materiais, ou seja, objetos. Eu acho que hoje em dia os objetos não conseguem mais contar tão bem a história do mundo, porque não é uma história essencialmente material, é uma história muito mais processual, ou seja, a inter-relação entre as coisas é mais importante do que as coisas em si. A gente já passou do momento da história em que a cultura material definia a síntese de uma época. Vários dos processos que a gente vive são, essencialmente, eles são em si imateriais. Então, não tem o menor sentido você tentar buscar uma evidência material para mostrar uma coisa que nunca foi material.*²²³

Em contraposição direta à ideia expressa por Marcello Dantas, vale a citação de Ulpiano Bezerra de Meneses:

Estamos imersos num oceano de coisas materiais, indispensáveis para a nossa sobrevivência biológica, psíquica e social. A chamada “cultura material” participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. Que percepção temos desses mecanismos? Não se trata, apenas, portanto, de identificar quadros materiais de vida, listando objetos móveis, passando por estruturas, espaços e configurações naturais, até obras de arte. Trata-se, isto sim, de

²²³ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p.1.

*entender o fenômeno complexo da apropriação social de segmentos da natureza física.*²²⁴

Conforme expressei acima, a crítica construída aqui se baseia, em parte, na forma adotada pela exposição *Um plano real*. Parte-se da ideia de que a materialidade da exposição, isto é, o conjunto daquilo que é exposto e a forma como o é dão sentido à narrativa histórica que permeia a exposição, o discurso expositivo.

A exposição *Um plano real*, como se verá ao longo do texto, materializa as ideias expostas por Marcello Dantas na passagem acima, isto é, a opção naquela mostra é pela ausência de objetos históricos²²⁵ e por construir a narrativa com base em instalações, em boa parte interativas, e que buscam sintetizar o que o curador chama de “uma história muito mais processual”.

Sendo este um trabalho que pretende enquadrar-se nos parâmetros de produção de conhecimento historiográfico, não será possível deixar de questionar, de partida, os termos utilizados por Marcello Dantas. Qual história não é processual, afinal? E em que momento a cultura material definia, por si só, “a síntese de uma época”, como sugere o curador? É nesse sentido que a citação de Ulpiano de Meneses é frontalmente oposta à de Dantas. Para Ulpiano, a análise dos objetos históricos permite desvelar a “produção e reprodução social” do passado, isto é, o que há de relevante na cultura material é, justamente, a possibilidade de apreensão dos processos históricos.

O que se pode supor é que Marcello Dantas, ao opor uma visão “processual” da história à utilização de objetos em exposições, identifica a abordagem histórica a partir da cultura material ao que nela há de mais raso, a fetichização do objeto. Entendo a fetichização no sentido apontado por Ulpiano Bezerra de Meneses:

*(...) a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, autonomamente, portanto, naturalmente.*²²⁶

²²⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 12.

²²⁵ Utilizo aqui a definição de objeto histórico proposta por Ulpiano Bezerra de Meneses em *Do teatro da memória ao laboratório da História*.

²²⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História. *Op. cit.* p. 26-27.

Embora a exposição *Um plano real* não lide com objetos históricos, ao menos não em primeiro plano, perceber as ideias de seu curador a respeito da cultura material contribui para a compreensão das opções feitas na montagem daquele discurso expositivo e suas possíveis limitações. Seguindo o pensamento de Ulpiano Bezerra de Meneses:

*Se é limitador, para a exposição, fetichizar objetos, é, ao contrário, de extremo interesse procurar registrar e explicitar a fetichização, estudar e dar a conhecer o objeto-fetice. Em consequência, ao invés de eliminar os “objetos históricos”, as relíquias, o museu histórico deve inseri-los no seu quadro de análise e operações, procurando desvendar sua construção, transformações, usos e funções etc.*²²⁷

Em seguida, na apresentação das instalações da exposição *Um plano real*, ficará patente a ausência da problematização indicada por Ulpiano de Meneses na concepção dos espaços expositivos que contêm objetos históricos, o que demonstra o recurso da curadoria à fetichização e sua, declarada, incapacidade de apreender processos históricos a partir da cultura material.

Mas, uma vez que o que será apresentado aqui como o circuito principal da exposição não contém objetos históricos, cabe considerar em que medida a ideia de História que permeia o pensamento de Marcello Dantas, e que se procura delinear aqui, influencia a concepção de uma exposição histórica sustentada por instalações interativas, painéis audiovisuais etc.

A visão processual da História, à qual alude Marcello Dantas, parece levá-lo a concepções de exposição que se aproximam de uma ideia de experimentação da realidade passada (no caso de mostras de temática histórica) em lugar da observação de vestígios materiais alusivos ao tema tratado.

No texto que serve aqui de base crítica, ao pensar os limites do que nomeia como *living museum*, Ulpiano Bezerra de Meneses diz:

Ninguém, em sã consciência, poderia desmerecer os benefícios da experimentação possível nas ciências humanas, para resolver e aprofundar problemas de conhecimento (como é o caso, por exemplo,

²²⁷ Ibidem. p. 27.

da arqueologia experimental que criou critérios sólidos para simulação e replicação da produção e uso de artefatos e contextos). Nem para fins pedagógicos, por intermédio da dramatização que, ao propiciar a experiência de assumir a persona de outrem, abre um leque de indagações e percepções. Em suma, a encenação da História pode constituir apreciável estímulo para o conhecimento; nunca, porém, deveria ser confundida com o conhecimento a produzir, ele próprio.

A ideia de experimentação do passado que permeia a concepção de *Um plano real* ficará explícita aqui, com a reprodução de textos explicativos que acompanham as instalações e de outros utilizados para divulgar a exposição através dos canais de comunicação da Fundação iFHC, mas, por ora, cabe compreender que a opção por sustentar o discurso expositivo em jogos e equipamentos interativos deve-se a uma ideia de que processos históricos seriam mais bem apreendidos por meio da experiência.

O processo em questão é a estabilização econômica brasileira. E a proposta de apresentá-lo de maneira a eliminar o contraditório pode ser notada já no subtítulo da mostra: “a história da estabilização do Brasil”. Não “uma história”, mas “a história”; tampouco “a história de estabilização econômica”, mas “a história da estabilização do Brasil”. Título (“Um plano real”) e subtítulo sugerem – intencionalmente ou não, mas o resultado desta pesquisa permite supor que não há acasos aqui – um poder de transformação do plano econômico adotado por Fernando Henrique Cardoso que ultrapassa as raízes da economia e altera as condições sociais e políticas do país.

Sobre a exposição apresentar esse processo histórico na forma da experimentação, cabe considerar que, embora ilusória, a ideia de que *Um plano real* permita ao seu visitante reviver o passado guarda em si o mesmo mecanismo de eliminação do contraditório, uma vez que fosse possível reviver o passado seria ele o único, o correto, o verdadeiro, ou seja, concepções do tempo que não combinam com o exercício crítico preconizado por Ulpiano Bezerra de Meneses e que é compartilhado pelo autor deste texto, especialmente pelo fato de neste caso a “encenação da História”, como nomeia Ulpiano, não assumir seu caráter artificial, mas, ao contrário, apresentar-se como experiência real.

Sobre a escolha do tema a que se dedicaria a exposição e a forma como seria apresentado, conta Marcello Dantas:

Eles me chamaram com uma ideia de que a gente devia ter um foco, e que esse foco deveria ser a transformação econômica do Brasil. Isso a gente já falou desde a primeira reunião. A linguagem, eles me elegeram porque achavam que essa era a linguagem que iria funcionar. (...)
*A primeira reunião já foi pensando nisso assim. Como é que a gente vai fazer para lidar com esse que é o grande legado?*²²⁸

O recorte temático da exposição claramente foi determinado pela Fundação iFHC, contratante dos trabalhos de Marcello Dantas. Segundo a opinião do entrevistado, o fato da estabilidade econômica ser o “grande legado” do governo Fernando Henrique Cardoso, ou do período retratado na exposição, parece ser um consenso²²⁹. Não resta dúvida, entretanto, de que se há consenso a esse respeito (e algumas opções serão colocadas adiante), a própria iniciativa de consolidar tal visão da história em um espaço museológico contribui para a cristalização da ideia.

Mas interessa aqui compreender como o *designer* e curador de exposições assimilou o recorte temático proposto pela Fundação iFHC às suas próprias concepções de História e opiniões sobre a história brasileira recente. A fala a seguir sugere alguns caminhos de compreensão:

*Estabilidade em si não é uma coisa. Inclusive, é uma coisa muito interessante, a estabilidade em si não é nem um processo. A estabilização é um processo. Trazer de instável para estável é um processo. A estabilidade não é nada. Então, não tem o que mostrar, porque ela não tem vetor, ela não tem dinâmica, ela não tem movimento. Então, a gente teve que buscar ... voltar um pouquinho atrás no tempo para mostrar o processo de estabilização. E aí, isso nos deu acho que um outro olhar para a coisa.*²³⁰

A exposição *Um plano real*, como se verá adiante, tem sua narrativa histórica iniciada na década de 1980, alcançando o ano de 2002 e o final da presidência de

²²⁸ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 7-8.

²²⁹ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 8.

²³⁰ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 3.

Fernando Henrique Cardoso. Essa ampliação do recorte temporal, segundo Marcello Dantas, permite a apreensão do processo de estabilização, além de oferecer “outro olhar para a coisa”.

O “outro olhar” de que fala Marcello Dantas parece estar ligado a uma interpretação histórica pessoal, que atribui ao Plano Real, e a Fernando Henrique Cardoso por consequência, um papel preponderante como ponto de inflexão na história nacional. Essa interpretação justifica, aliás, a ausência no título da exposição de qualquer menção restritiva ao plano econômico (a própria palavra “real” não surge ali como nome próprio), uma vez que, para o curador da exposição, trata-se ali de um processo histórico que ultrapassa os limites da economia. Diz Marcello Dantas:

No fundo, há uma fundação de um novo tipo de Brasil – e hoje, vinte anos depois, a gente consegue dizer isso – que acontece naquele momento. Que é o momento em que a gente funda mesmo um outro país.

A gente não tinha. Ninguém tinha, nem o Fernando Henrique, noção do que estava sendo feito lá atrás. O tamanho que aquilo teria. (...)

E é uma pena que o brasileiro não tenha visão e dimensão histórica disso (...). Mas, de fato, aquele ponto, 1994, é o verdadeiro ano ... mais do que 1986 ... 85 ... fim do governo militar, início do governo civil. Aquele também é um momento muito importante. Mas 94, de fato é a fundação de um novo país. Porque o país que termina em 85, ele apenas se livra de uns personagens, mas ele continua com o mesmo modelo. O país de 94, ele muda os personagens e o modelo.²³¹

Como se verá a seguir, a retórica fundacional utilizada por Marcello Dantas se expressa no plano expositivo e ali serve à construção de uma narrativa histórica que apresenta Fernando Henrique Cardoso como principal artífice de um processo de estabilização de um país convulsionado. Em consonância com essa ideia o período de 1994 a 2002, que abrange desde o lançamento do Plano Real ao final do segundo mandato presidencial, é sugerido na exposição como ápice da história republicana brasileira pós-ditadura militar e alicerce do porvir.

²³¹ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 11-12.

3.c *Um plano real – a história da estabilização do Brasil*

Antes de uma apresentação mais detalhada das instalações que compõem *Um plano real* é forçoso reconhecer a dificuldade de transplantar para o texto escrito o todo de uma exposição museológica, quanto mais de uma exposição que lança mão de recursos tecnológicos que promovem a interação com o público. Aqui sequer uma sequência de imagens fotográficas serviria de artifício para proporcionar ao leitor a fruição oferecida pelas instalações.

Procurou-se superar tais limitações da produção textual com o emprego dos textos introdutórios da exposição como fontes. Também a descrição das instalações é utilizada aqui, sem, no entanto, ignorar que o método descritivo carrega em si uma carga de subjetividade nem sempre bem vinda no trabalho científico. O recurso a entrevistas com visitantes da exposição foi descartado como método, uma vez que este trabalho pretende problematizar a construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso a partir das ações da Fundação iFHC e seus agentes e não do ponto de vista dos receptores do discurso ali originado.

Aqui apresentarei como circuito principal da exposição *Um plano real* o trecho da mostra em que os grupos de visitantes têm o acompanhamento da visita monitorada. Os demais espaços de que é composta a exposição serão descritos e problematizados separadamente.

O circuito²³² da exposição *Um plano real* se inicia na instalação denominada *Casa Instável*, que é assim apresentada:

Nos anos 1970 e 1980, a instabilidade econômica não fazia cerimônia e invadia o lar de todos os brasileiros. A inflação diminuía o poder de compra a cada dia e o orçamento familiar era algo imprevisível. A vida nessa “casa instável” em que todos viviam era sufocante – consequência de uma economia nacional insustentável.

Neste ambiente, você vai vivenciar a sensação causada por uma força externa que parece incontrolável e deixa cada vez menos espaço para

²³² O circuito descrito aqui se baseia em entrevista com o idealizador da exposição e no acompanhamento de visitas guiadas. Entendo circuito como o roteiro pré-estabelecido e seguido pela audiência da exposição quando em visita guiada.

*viver. A casa, que literalmente encolhe, remete ao duro cotidiano dos tempos de inflação.*²³³

A instalação é formada por uma sala que tem ao centro um aparelho de televisão veiculando notícias sobre a situação econômica do país. As notícias veiculadas englobam o período do governo de José Sarney à presidência de Itamar Franco. Na medida em que o noticiário se desenrola na televisão, as três paredes que cercam o espectador têm as projeções sobre elas alteradas. Ao entrar no ambiente, as projeções apresentam paredes, móveis e utensílios de uma casa, os quais somem ou se deterioram ao longo do tempo. A alteração das projeções também pretende causar a sensação de diminuição do espaço.

A ideia de “vivenciar a sensação” causada por essa “força externa”, a instabilidade econômica, vai de encontro ao ideal de uma exposição crítica. Isso porque, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, “a teatralização reforça a ilusão de que conhecimento e observação (percepção sensorial) se recobrem”²³⁴. Ou seja, ver ou sentir não é o mesmo que conhecer e, ainda segundo Ulpiano, “a História não pode ser visualizada (...) não é algo que possa ser apreendido sensorialmente”²³⁵.

Construção intelectual, a História só seria apreensível por meio do exercício de abstração, o que traz uma questão à concepção de exposição histórica de Marcello Dantas: como tratar de processos, do movimento histórico, com os quais o curador diz trabalhar, justamente por meio de instalações que investem na percepção sensorial?

Teixeira Coelho sugere uma opção ao pensamento de Ulpiano de Meneses:

*Posso concordar que a história não se apreende apenas sensorialmente – mas se não for apreendida também sensorialmente, não creio que possa ser apreendida. Uma história que não se apreende também sensorialmente será, receio, uma história que só se aprende filosoficamente. E o conhecimento filosófico nem sempre se inscreve na história.*²³⁶

²³³ Os créditos da exposição apontam Thaís Gurgel como redatora de textos e Beatriz de Freitas Moreira como revisora.

²³⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 35.

²³⁵ Ibidem. p. 38.

²³⁶ COELHO, Teixeira. Comentário V. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 68.

Na visão de Teixeira Coelho, portanto, o percurso conceitual trilhado por Marcello Dantas, e que redundava na concepção de uma instalação como a *Casa Instável*, é válido na pretensão de comunicar os processos históricos. No que diz respeito ao percentual de aprendizado filosófico, ao “não apenas sensorialmente”, necessário à apreensão completa da História, no entanto, volta-se a Ulpiano de Meneses e à proposta de que sem a problematização do discurso museológico não é possível ensinar a fazer História, condição obrigatória para que se difunda o conhecimento histórico.

A segunda instalação no circuito da exposição é a *Cronologia*:

A busca pela estabilização econômica e pelo fim da inflação ocorreu paralelamente a um aspecto crucial para os rumos do país: a redemocratização. O período do Plano Real – que depois de tantos pacotes econômicos frustrados riscou do mapa o fantasma das altas incontrolláveis – foi marcado também pela consolidação da cultura democrática no Brasil.

*Em vídeos e textos, acompanhe essa dupla trajetória de construção, relembrando os principais fatos no cenário nacional das últimas três décadas. O ponto de partida dessa cronologia é o momento em que o povo, sofrendo com a economia que afundava, levanta-se contra a ditadura militar. É o início de uma jornada de luta, descrença e superação de toda a nação.*²³⁷

A *Cronologia* é formada por cinco seções temporais, cada uma composta por um aparelho de televisão que veicula notícias da vida política e econômica no Brasil e no mundo e de dois painéis de texto. As seções são: *Diretas Já e a morte de Tancredo; Sarney e o Plano Cruzado; Collor – Eleição, Plano Collor e Impeachment; O início do Plano Real; O Plano Real e governo FHC.*

Não caberá aqui colocar em destaque os textos introdutórios de cada seção temporal – colocarei em evidência apenas textos da última seção – mas vale problematizar a própria divisão cronológica e seus títulos.

Das cinco partes em que se divide a *Cronologia*, apenas uma não carrega em seu título o nome do presidente de momento. Em *O início do Plano Real* o nome de Itamar

²³⁷ Textos da exposição Um plano real.

Franco é suprimido. Mesmo Tancredo Neves, que jamais assumiu o posto de presidente da República, é mencionado em destaque na primeira seção temporal. O que estaria por trás de tal ausência?

Em *A real história do Real*, Maria Clara R. M. do Prado, jornalista que trabalhou na Coordenadoria de Divulgação do Plano Real do Ministério da Fazenda, entre maio de 1994 e setembro de 1995²³⁸, dá alguns indícios que ajudam a explicar tal situação. Maria Clara afirma que para Itamar Franco, que “era teimoso, mas não arrogante”²³⁹, “acabar com a inflação virou uma obsessão”²⁴⁰, mas que o presidente “não tinha a menor ideia de como isso deveria ser feito”²⁴¹.

A memória de Maria Clara do Prado, que parece concordar com a opção feita no discurso museológico, coloca Itamar Franco como figura de menor importância no processo de estabilização econômica do país. A narrativa da jornalista na verdade é repleta de casos que cristalizam a imagem de um ex-presidente confuso e autoritário. Passagens que se dedicam a rememorar os dias que antecederam a posse e as diversas quedas de ministros e secretários demonstram tal visão.

Maria Clara do Prado assume não ter contado em sua pesquisa com entrevistas de Itamar Franco, que não teria atendido aos seus pedidos²⁴². Fernando Henrique Cardoso, em contrapartida, cedeu à jornalista “três longas” entrevistas que “foram decisivas para a montagem do quebra-cabeças”²⁴³ e a ajudaram a construir a *real história do Real*.

O que parece ser relevante ressaltar aqui é o cuidado demonstrado por Fernando Henrique Cardoso em destacar seu papel como artífice do Plano Real, desde seu lançamento. Vale lembrar que a nova moeda brasileira foi lançada em julho de 1994 assinada pelo então candidato à Presidência da República, quando o esperado era que quem o fizesse fosse Rubens Ricupero, então ministro da Fazenda.

Não se questiona aqui o papel central de Fernando Henrique Cardoso na articulação do plano econômico, apenas procura-se ressaltar o esforço no sentido de registrar esse plano como seu legado político. Um esforço que se inicia por ocasião do

²³⁸ PRADO, Maria Clara R. M. do. *A real história do Real: uma radiografia da moeda que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 16.

²³⁹ Ibidem. p. 46.

²⁴⁰ Ibidem. p. 47.

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem. p. 17.

²⁴³ Ibidem.

lançamento da moeda e que perdura até os dias atuais e é expresso na exposição Um plano real.

Maria Clara do Prado, ao registrar as vicissitudes do poder em Brasília durante o governo de Itamar Franco, mas num período anterior à nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, sugere uma ideia que circulava entre líderes do partido de Fernando Henrique. A ideia era que o PSDB, formado por extratos da elite intelectual do país, jamais seria um partido de massas e, portanto, estaria fadado a não ter grande expressão eleitoral e tornar-se um partido de sustentação apenas. A ocupação do Ministério da Fazenda por um membro do PSDB e a proximidade do partido com economistas, especialmente da escola da PUC do Rio de Janeiro, entretanto, juntos configuravam talvez a única chance do “partido dos tucanos” chegar ao poder central.²⁴⁴

Nesse sentido, pleitear a estabilização econômica do país como legado histórico de Fernando Henrique Cardoso, através da criação de uma exposição como Um plano real, significa reforçar o discurso que permitiu a ele próprio e ao seu partido ocuparem um lugar de destaque nas disputas eleitorais de alcance nacional.

Sobre o pequeno destaque dado a Itamar Franco na cronologia proposta em Um plano real o que se pode dizer, portanto, é que ela reforça a ideia de uma primazia do PSDB, e de Fernando Henrique Cardoso, no processo de estabilização econômica do país. E que a história do Plano Real se valeria das memórias do grupo político que Maria Clara do Prado apontou como mais chegado de Itamar Franco, a “turma do pão de queijo”²⁴⁵; pessoas que, eventualmente, poderiam contrapor, com olhares oriundos do Palácio do Planalto, as narrativas construídas a partir da visão do Ministério da Fazenda. Vale lembrar que a própria autora é uma ex-funcionária da Fazenda.

A narrativa exposta pela *Cronologia* não deixa dúvidas quanto ao que seria um ponto de inflexão na história econômica do país: o lançamento e consolidação do Plano Real. Vale destacar os textos inicial e final da última seção *O Plano Real e governo FHC*. A seção se inicia:

“Eu os convoco a mudar o Brasil.” Essa frase, que finalizou o discurso de posse de Fernando Henrique na Presidência da República, não se mostrou apenas um recurso retórico ao longo de seu governo. O

²⁴⁴ Ibidem. Capítulo 1 – Turbulências Políticas. p. 23-58.

²⁴⁵ Ibidem. p. 42.

*espírito de mudança foi a tônica da gestão e reformas em diferentes áreas foram implementadas.*²⁴⁶

E se encerra:

Durante o governo FHC, a luta contra a inflação exigiu a manutenção de juros altos, o que dificultou o crescimento econômico. Em sua história, porém, além da mudança do antiquado estilo gerencial da administração pública, fica o mérito de livrar todo um país da inflação de que, por tanto tempo, fora refém.

Responsabilidade fiscal e inflação sob controle deram ao país condições de crescer e de gerir políticas sociais de redistribuição de renda.

O país ganhou credibilidade no mercado internacional e atraiu investimentos de longo prazo. Ao tomar posse na Presidência da República em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva encontrou um sistema financeiro saudável e livre de ameaças de moratória em qualquer nível de governo.

*Mesmo com um passado ditatorial ainda tão recente, o maior avanço em termos políticos herdado por Lula foi o enraizamento da cultura democrática no país – hoje irrevogável.*²⁴⁷

O que se pode concluir das duas passagens é que o recorte temporal da exposição, como já foi dito aqui, amplia o alcance das transformações desencadeadas a partir do plano econômico. A baliza final da exposição (o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso) contribui para que este presidente e não seu antecessor, Itamar Franco, esteja localizado no centro da narrativa proposta, pois, só durante seu governo o processo de estabilização foi completado, incluindo-se nele o “enraizamento da cultura democrática”.

Não se questiona neste trabalho a visão, proposta pela exposição, de que o plano econômico que notabilizou Fernando Henrique Cardoso se articule e contribua para o desenvolvimento de outros setores da sociedade, como o da política institucional. Mas o que se deve notar aqui é que, para efeitos do discurso expositivo que ora é analisado,

²⁴⁶ Textos da exposição Um plano real.

²⁴⁷ Textos da exposição Um plano real.

essa ampliação do recorte temático e temporal serve à consagração do ex-presidente como agente principal da História política nacional pós-ditadura militar.

Vale notar a menção, no último texto da *Cronologia*, ao sucessor de Fernando Henrique Cardoso. Ao afirmar que Luiz Inácio Lula da Silva “encontrou um sistema financeiro saudável” e “herdou o enraizamento da cultura democrática”, o texto da exposição faz eco ao discurso de Marcello Dantas, já destacado aqui, e que fala na “fundação de um novo país”. Verdade ou não, tais afirmações, no contexto do discurso expositivo, que se encerra em 2002 e tem o governo de Lula como porvir, capitalizam para a figura de Fernando Henrique Cardoso, inclusive, os eventuais sucessos do governo posterior.

É importante apontar, ainda no último texto da *Cronologia*, um tom de justificativa quanto a críticas muitas vezes sofridas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, como a manutenção de juros altos e o baixo crescimento da economia, além de do que é apresentado como uma espécie de compensação a tais deficiências: a “mudança do antiquado estilo gerencial” e “livrar todo um país da inflação”. As relações de causa e efeito entre o que é apresentado como problema e suas compensações, no entanto, pode ser vista de outra maneira. Em *A História do Plano Real*, escrito no ano de 1999, o economista Luiz Antonio Mattos Filgueiras diz:

*Portanto, a política de estabilização daí decorrente [do Plano Real] tem impactado, entre outras coisas, no redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formatação de suas políticas públicas e sociais (...).*²⁴⁸

E ainda:

A política de estabilização associada ao Plano Real, acompanhada por mudanças na forma de atuação do Estado na economia, nas relações econômicas internacionais do país, na estrutura dos setores industrial e financeiro e do mercado de trabalho – conforme ideário liberal de estabilidade e desenvolvimento –, criou uma barreira intransponível entre estabilidade monetária e crescimento, agravando o desemprego, aprofundando a dependência externa do país, fragilizando

²⁴⁸ FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 30-31.

*financeiramente o Estado e enfraquecendo a sua capacidade de adotar políticas públicas e sociais.*²⁴⁹

Para o economista, portanto, o que a exposição aponta como um benefício, “a mudança do antiquando estilo gerencial da administração pública”, está, antes, no bojo de uma mudança na estrutura estatal que se configura como necessidade da estabilização econômica, e tem como consequência a fragilidade do Estado, que, não podendo investir, deixa de promover ou auxiliar no crescimento da economia do país. Na leitura que se pode depreender de Luiz Filgueiras, não só a política de juros altos, usada para conter a inflação, foi responsável pelo baixo índice de crescimento, mas também as mudanças estruturais na máquina do Estado, apresentadas na exposição de um viés positivo.

Aliás, outro trecho da última seção da *Cronologia*, que visa justificar a política de juros altos, e aponta para um “acerto” de Fernando Henrique Cardoso, também tem seu contraponto na análise de Luiz Filgueiras. Na exposição *Um plano real* afirma-se:

*A política cambial de controle do ritmo das desvalorizações cambiais colocava duas questões. De um lado, exigia juros altos para atrair capitais estrangeiros, o que aumentava a dívida pública. De outro, ela estimulava as importações mais do que as exportações. Em 1999, Fernando Henrique teve de decidir então pela flutuação da moeda (com pouca intervenção na manutenção de seu valor), uma decisão difícil que se mostrou acertada na sequência.*²⁵⁰

O contraponto do economista Luiz Filgueiras:

A estabilidade monetária até agora conseguida, assentada numa indiscriminada abertura comercial e financeira da economia e, até janeiro de 1999, na sobrevalorização do Real - conforme o ideário liberal e as novas circunstâncias do mercado financeiro mundializado -, ao exigir elevadas taxas de juros para sustentação da “âncora cambial”, provoca uma permanente situação de instabilidade macroeconômica. Esta última tem se expressado na fragilização do

²⁴⁹ Ibidem. p. 218.

²⁵⁰ Textos da exposição *Um plano real*.

*balanço de pagamentos, na deterioração das finanças públicas, em taxas de crescimento diminutas – com flutuações reiteradas do nível de atividade econômica – e numa elevação inédita das taxas de desemprego.*²⁵¹

Seguindo a leitura de Luiz Filgueiras, o que a exposição aponta como “acerto” de Fernando Henrique Cardoso não passaria, portanto, da correção de um erro anterior: a sustentação do valor do Real em patamares que estimulavam a importação em detrimento das exportações. Um ponto que Filgueiras não aborda em seu texto, no entanto, é a manutenção da política de “âncora cambial” até a eleição de Fernando Henrique para o segundo mandato, ocorrida em 1998, e os eventuais benefícios eleitorais da sustentação do poder de compra da moeda.

A inserção aqui da crítica feita pelo economista Luiz Antonio Mattos Filgueiras não tem a pretensão de esgotar discussões a respeito da eficiência ou falibilidade do Plano Real, e sequer de tomar posição sobre tais questões. O que se quer, antes, é demonstrar que a exposição *Um plano real* não contempla visões históricas contraditórias do processo que retrata, embora elas existam. E o silêncio do discurso expositivo quanto às contradições do processo contribui para que a exposição se afaste do ideal crítico preconizado aqui com base no texto, já apresentado, de Ulpiano Bezerra de Meneses.

A próxima atração no roteiro de quem segue a monitoria da exposição é a instalação *Outras Palavras*, assim apresentada:

*Todos os dias, ao acompanhar o noticiário, a população tinha diferentes leituras sobre as ações da equipe de FHC e a situação do país. Nos jornais, havia as vozes a favor da política do governo, as cétricas, as contrárias, as entusiasmadas, as alarmistas. Por meio dessa pluralidade de pontos de vista, é possível reconstruir a história do Plano Real e as discussões no país no período que o seguiu.*²⁵²

Em dois pedestais é possível consultar manchetes, reportagens e colunas que estamparam os principais jornais do país entre os anos 1993 e 2002.

²⁵¹ FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 30-31.

²⁵² Textos da exposição *Um plano real*.

É curioso notar nessa instalação a disposição de dar voz à contradição, isto é, não estão ali apenas as manchetes favoráveis a Fernando Henrique Cardoso, ao seu governo e ao Plano Real. Entretanto, é forçoso notar que esse discurso contraditório não surge ali senão no sentido de reforçar a ideia hegemônica da exposição, que cristaliza uma visão positiva do ex-presidente, de seu governo e do plano econômico.

Explico. Ao apresentar as ideias contrárias, as “outras palavras”, inseridas em uma narrativa histórica (o discurso expositivo) de cunho essencialmente positivo, Marcello Dantas, de alguma forma, aplaca tais contradições na medida em que surgem como capítulo superado de um processo bem sucedido. Não há tensão, portanto, no discurso histórico apresentado pela exposição, uma vez que o processo de estabilização é dado como um sucesso consumado. O conflito ali se resume ao tempo referido, ao passo que a visão historicamente distanciada concilia as tensões do passado.

Ulpiano Bezerra de Meneses diz:

*(...) ao museu não compete produzir e cultivar memórias, mas analisá-las, pois elas são um componente fundamental da vida social. E como esta memória é multifacetada e socialmente localizada (...), a exposição não deveria manter-se unilinear.*²⁵³

Como já se viu aqui, na narrativa trazida de Luiz Antonio Mattos Filgueiras, existem visões históricas sobre o Plano Real e o processo de estabilização que não se coadunam com o que é apresentado na exposição concebida por Marcello Dantas; o olhar de Filgueiras, inclusive, é essencialmente negativo e oposto ao de Dantas. Dessa forma, dar lugar na exposição às tensões contemporâneas do processo representado, mas excluí-las da síntese histórica construída, não atende ao ideal de exposição multifacetada e crítica preconizada por Ulpiano Bezerra de Meneses.

Algo que deve ser destacado ainda da instalação *Outras Palavras*, assim como dos diversos aparelhos de televisão que transmitem notícias na *Casa Instável* e na *Cronologia*, é a força da imprensa como documento na exposição *Um plano real*. Algo que pode ser compreendido pela fala do curador Marcello Dantas:

²⁵³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 40.

*Aí tem como a imprensa retratou tudo isso. Muito importante. Tem uma coisa muito importante sobre governo. (...) Governo não tem nada a ver com a tua intenção. Tem a ver com a tua percepção, ou seja, como o outro percebe a sua intenção é o que é o teu real ato de governo. (...) Ou seja, como a imprensa leu e propagou e interpretou o governo, resulta naquilo que é governo de fato.*²⁵⁴

A aposição feita por Marcello Dantas, entre governo e imprensa, em alguma medida, remete às suas próprias ideias sobre História. Ao questionar a utilização de objetos para representar processos que seriam “essencialmente imateriais”, o curador demonstra uma propensão a enxergar a prevalência do imaterial sobre o material na explicação do que seria o mundo contemporâneo. E quando Dantas afirma que “como a imprensa leu, propagou e interpretou o governo, resulta naquilo que é governo de fato”, novamente o plano das ideias parece sobrepor-se às condições materiais da experiência, talvez até determiná-las.

É bem verdade, entretanto, que mesmo quando fala especificamente de governo, o curador refere-se às intenções e não às práticas, ou seja, as explicações de Marcello Dantas para as dinâmicas de gestão do Estado se iniciam nas ideias do governante e se encerram nas ideias propagadas pela imprensa.

Alguns senões quanto ao olhar de Marcello Dantas para a História e para as dinâmicas sociais estão implícitos na crítica feita no tópico anterior deste texto, e não cabe aqui aprofundar tal crítica com base em algumas especulações sobre as visões de mundo do entrevistado. Cabe, isso sim, notar que a justaposição entre imprensa e governo na exposição *Um plano real* entrega a narrativa histórica ao discurso midiático, sem que esse último seja problematizado no que tem de específico, sem que suas próprias tensões internas sejam desveladas, o que resulta numa construção histórica frágil e acrítica.

Em seguida, o visitante da exposição toma contato com o jogo *Cara ou Coroa*. A instalação que com maior ênfase realça a figura de Fernando Henrique Cardoso é assim apresentada:

O dia a dia de um presidente da República é cheio de decisões difíceis. Muitas vezes, elas põem em confronto aspectos igualmente caros a

²⁵⁴ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 8.

quem ocupa esse cargo que, apesar da cobrança sobre-humana, não deixa de ser apenas um homem. Passado político versus futuro da nação, popularidade versus responsabilidade, família versus interesse público: é preciso se posicionar sempre.

*Sete dilemas vividos por Fernando Henrique Cardoso em seus anos de governo convocam a uma solução. Basta responder sim ou não. Parece simples – mas, agora, quem decide é você. Faça suas escolhas e veja no que elas resultariam para o Brasil.*²⁵⁵

Os dilemas se seguem em textos escritos projetados sobre uma mesa, na qual o visitante joga uma moeda como resposta *sim* ou *não* à questão que se coloca. Em seguida, a projeção se altera, trazendo a informação de se a opção feita coincide com a do então presidente da República e quais foram as consequências da decisão por ele tomada. Os dilemas dizem respeito: à quebra de acordo econômico do Mercosul em 1994; ao envio de tropas para a contenção de grevistas da Petrobrás em 1995; à opção pela flutuação do câmbio em 1999; à defesa da reforma agrária frente à bancada ruralista; ao uso do capital adquirido com as privatizações para o pagamento da dívida do país; ao veto à proposta de aumento de 100% do salário mínimo no início do primeiro mandato; e à intervenção no Banco Nacional que levou à penhora dos bens de familiares de Fernando Henrique que eram acionistas da instituição bancária.

No primeiro caso o presidente da República decidiu pela quebra de um acordo internacional visando proteger a economia do Brasil e, “com habilidade diplomática”²⁵⁶, o governo “resolveu a questão sem prejuízos para a credibilidade do país no comércio internacional”²⁵⁷.

No segundo dilema, Fernando Henrique Cardoso optou pelo “envio de tropas para controlar a situação, embora eles reivindiquem principalmente a manutenção do monopólio estatal – algo também defendido por mim no passado”²⁵⁸. O resultado foi que “a Petrobrás se tornou mais eficiente e vários municípios se beneficiaram do pagamento de royalties”²⁵⁹ e o “impacto foi positivo para todo o país”²⁶⁰.

²⁵⁵ Textos da exposição Um plano real.

²⁵⁶ Textos da exposição Um plano real.

²⁵⁷ Textos da exposição Um plano real.

²⁵⁸ Textos da exposição Um plano real.

²⁵⁹ Textos da exposição Um plano real.

²⁶⁰ Textos da exposição Um plano real.

A decisão pela flutuação do câmbio também se mostrou adequada, especialmente quando comparada à opção feita pelo país vizinho, pois, “o Brasil construiu um regime de equilíbrio fiscal e – importante – manteve a inflação baixa”²⁶¹ e “a Argentina não teve a mesma sorte ao optar pela manutenção do câmbio fixo”²⁶².

Ao dizer “sim” à reforma agrária, em detrimento dos interesses da bancada ruralista, “um território equivalente ao estado do Paraná foi disponibilizado para o assentamento de 588 mil famílias – mais que o total das três décadas anteriores”²⁶³ e “tudo isso respeitando a lei”²⁶⁴.

Não será o caso de listar todos os casos aqui. O jogo *Cara ou Coroa*, com textos inundados dos aspectos positivos advindos das decisões de Fernando Henrique Cardoso, não parece ter outro objetivo senão cristalizar uma imagem, também positiva, da figura do ex-presidente. Qualquer que fossem os aspectos negativos daquelas decisões eles não são apresentados ali. A instalação não deixa dúvidas ao visitante, a resposta correta a cada dilema é aquela adotada por Fernando Henrique Cardoso, um indivíduo que, embora o texto de apresentação da instalação aponte como “apenas um homem”, ali não é representado como um ser falível.

As duas próximas atrações da exposição, *Equilíbrio* e *Moeda de Troca*, também consistem em jogos. Essas instalações parecem ser as que melhor representam na exposição o papel daquilo que Ulpiano Bezerra de Meneses nomeia como “objeto metafórico”, isto é, objetos que “apenas ilustram sentidos, conceitos ideias, problemas que não foram deles extraídos, mas de outras fontes externas, independentes daquilo que se está apresentando”²⁶⁵.

Na medida em que a problemática apresentada não é extraída das fontes (objetos) postos à exposição, a possibilidade de crítica é esvaziada, já que as verdadeiras fontes, que ajudaram a construir o discurso expositivo, não estão à mostra. É o que ocorre com os jogos de *Um plano real*. Eles metaforizam experiências e não as dão a conhecer por meio de algum nível de análise histórica da parte do visitante da exposição.

²⁶¹ Textos da exposição *Um plano real*.

²⁶² Textos da exposição *Um plano real*.

²⁶³ Textos da exposição *Um plano real*.

²⁶⁴ Textos da exposição *Um plano real*.

²⁶⁵ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 28.

Em *Equilíbrio*, assim como na instalação descrita anteriormente, a experiência metaforizada é a do presidente da República.

Para trazer estabilidade a um país, é preciso negociar com diferentes grupos políticos e conciliar suas demandas em nome do interesse da nação. Esse jogo de equilíbrio é vivido todos os dias pelo presidente, pressionado pelo empresariado, pelos investidores estrangeiros e pelos servidores públicos, entre tantos outros.

Neste jogo de varetas, cada cor representa um segmento social. O objetivo é movimentar as peças sem deixar a nota de R\$ 100 – aqui simbolizando a economia nacional – cair no triturador de papéis, localizado logo abaixo delas. O presidente tem de saber jogar. Será que você sabe?²⁶⁶

Os setores da sociedade representados no jogo são: sindicatos, aposentados, agricultores, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, bancos, investidores estrangeiros e empresários.

A penúltima atração do que se considera aqui como o principal circuito narrativo da exposição é *Moeda de Troca*. Nela a experiência metaforizada é a do cidadão brasileiro, não especificado seu estrato social, trata-se de uma abstração generalizante. A instalação é assim apresentada:

Em tempos de inflação, adquirir uma cesta básica com o salário era uma verdadeira corrida contra o tempo. Conforme os dias passavam, menos itens podiam ser comprados com a mesma quantidade de dinheiro, que se desvalorizava rapidamente.

Aqui, você conhece ou revive a realidade dessa época, em que o valor da moeda escorria pelas mãos e o imperativo era trocar dinheiro por mercadoria enquanto ele ainda podia comprá-la.²⁶⁷

O jogo consiste em inserir moedas em um aparelho que contabiliza o valor inserido e simula a compra de alguma mercadoria. Na medida em que o cronômetro

²⁶⁶ Textos da exposição Um plano real.

²⁶⁷ Textos da exposição Um plano real.

anda, o valor da mercadoria se altera na tela, sendo necessárias mais moedas para adquiri-la.

Ambos os jogos só podem ser compreendidos com o auxílio das legendas aqui transcritas ou da monitoria oferecida pela exposição. Sem essas formulações conceituais externas, as instalações perdem seu sentido. As metáforas devem ser previamente explicadas ao público visitante, o que demonstra a limitação das instalações no que diz respeito à construção do discurso histórico.

Por outro lado, a interatividade oferecida pelos jogos só faz reforçar, em alguma medida até mesmo comprovar, o discurso histórico trazido pelas legendas. Um discurso por vezes redutor das tensões sociais. A ideia do presidente como um articulador do equilíbrio entre as forças sociais, por exemplo, não problematiza o poder que cada uma dessas forças exerce sobre as outras e sobre o próprio governo. Não questiona também, a exemplo de todo o conjunto da exposição, as eventuais consequências negativas da manutenção da estabilidade econômica nos moldes promovidos pela gestão de Fernando Henrique Cardoso.

A instalação *Moeda de Troca*, em contrapartida, ao lidar com a ideia de um cidadão brasileiro abstrato que sofre com o processo inflacionário ao comprar os itens básicos da casa, ignora os diferentes impactos da inflação nos diferentes estratos da sociedade. Novamente aqui, portanto, aplacam-se as tensões sociais.

Aliás, o texto de apresentação de *Collor - Eleição, Plano Collor e Impeachment* – uma das seções temporais da *Cronologia* – é um dos poucos lugares da exposição onde se explicitam diferenças sociais em meio ao processo inflacionário:

*Proteger-se da inflação (...) era uma preocupação de todos os brasileiros. Os mais pobres, que não tinham acesso aos recursos bancários como as aplicações financeiras em “over night”, com rendimentos e liquidez diários, eram os mais prejudicados.*²⁶⁸

Pelo fato de tais diferenças não surgirem em destaque na exposição, nota-se um esforço de construção do que seria um ponto de vista comum, tanto entre os visitantes quanto entre as pessoas que viveram o período retratado – aliás, deve-se sempre lembrar que a retórica utilizada na exposição é a da experimentação, pelo público do tempo presente, da vivência de um tempo passado. Mas qual experiência? A experiência de

²⁶⁸ Textos da exposição Um plano real.

quais pessoas? Em instalações como *Cara ou Coroa* e *Equilíbrio* não há dúvida, trata-se de experimentar a vivência do presidente. Mas e quando surge a abstração do cidadão ou consumidor brasileiro, como em *Moeda de Troca*? Que brasileiro está ali representado?

A opinião deste texto é que em *Um plano real* a construção desse ponto de vista comum, desse personagem histórico abstrato com o qual o público da exposição dividiria a experiência do processo de estabilização econômica e política, se dá em detrimento da explicitação de especificidades caras à escrita da História. O apaziguamento das tensões sociais e a ocultação dos diferentes atores históricos resultam na formulação de uma entidade histórica, um personagem indistinto – “o brasileiro”, jamais nomeado na exposição, mas que de sua narrativa parece emergir.

A contraparte dessa personagem quase onipresente na exposição é a figura bem delineada do presidente da República, o que realça o papel do indivíduo Fernando Henrique Cardoso na condução do processo de estabilização do país.

A visita monitorada da exposição se encerra na instalação *Eu também tenho um plano*, onde o que denominei acima como “o brasileiro”, a personagem abstrata de *Um plano real*, ganha rosto com a projeção de oito depoentes anônimos. A apresentação da instalação diz:

Com uma moeda que só perdia o valor e uma economia a ponto de desabar a qualquer momento, o simples ato de planejar tornou-se impraticável nos tempos da inflação. Pensar em algo que envolvesse uma poupança para o futuro, por exemplo, não era aconselhável.

Que expectativas ter com relação ao seu poder aquisitivo no ano seguinte?

O dinheiro permitiria bancar aquela casa, a viagem desejada ou a festa de casamento tão sonhada?

Se a palavra “plano” significa estratégia, conjunto de medidas para determinado fim – como o Plano Real para a estabilização do Brasil –, ela também é sinônimo de projeto, objetivo almejado.

Ela remete, assim, tanto a um termo técnico quanto a uma questão absolutamente humana, uma espécie de motor da vida de cada um.

*Pequeno ou grande, não importa, é muito bom poder voltar a ter um plano.*²⁶⁹

Talvez a atração mais impactante do ponto de vista tecnológico, consiste numa projeção na qual algumas pessoas – localizadas no cenário do Vale do Anhangabaú em São Paulo –, na medida em que o espectador se aproxima da tela, passam a se movimentar e falar sobre seus planos pessoais para o futuro. São planos os mais diversos: construir uma casa, retornar para cidade de origem, cursar faculdade etc.

O circuito principal da exposição *Um plano real*, iniciado na instalação *Casa Instável* e encerrado em *Eu também tenho um plano*, por diversas vezes coloca o público em contato com o que teria sido a experiência daquele “brasileiro” abstrato. Essa personagem percorre, na narrativa da exposição, um caminho entre o caos e a experiência da degradação econômica, representados pela *Casa Instável*, e a situação estável e propícia ao planejamento da vida de *Eu também tenho um plano*.

É possível afirmar, portanto, que a exposição *Um plano real* apresenta a seu público uma interpretação positiva do processo histórico dos mais de 20 anos presentes em seu recorte temporal. Há uma parcialidade explícita do discurso expositivo no sentido de indicar a melhoria na qualidade de vida do “brasileiro”. A agência dessa personagem no processo histórico que leva ao seu próprio desenvolvimento positivo, entretanto, é algo pouco presente na exposição.

O “brasileiro” de *Um plano real* é, por vezes, apresentado como agente de sua própria História, como nos textos em que a *Cronologia* apresenta os momentos das *Diretas Já!* e o movimento dos *Caras Pintadas* – esse último chega a ser caracterizado como o “principal motor do processo de impeachment” de Fernando Collor²⁷⁰. Mas no todo da exposição, naquelas instalações que pretendem dividir a experiência do “brasileiro” do passado com o público, a personagem assume a posição de quem é apenas impactada pelo processo histórico.

A opção na exposição *Um plano real* pela presença constante do noticiário de época, assim como o ambiente criado em instalações como a *Casa Instável* e o jogo *Moeda de Troca*, remetem o visitante à posição de uma personagem que não detém grande poder de mudança de seu próprio destino, restando-lhe acompanhar as decisões

²⁶⁹ Textos da exposição *Um plano real*.

²⁷⁰ Textos da exposição *Um plano real*.

do governo através do noticiário enquanto sofre cotidianamente as agruras da degradação econômica.

Apenas ao chegar à última instalação do circuito – *Eu também tenho um plano* – essa personagem abstrata, que perpassa a construção do discurso expositivo, parece ganhar real autonomia. Agora o “brasileiro” é capaz de planejar a própria vida. Como diz a própria apresentação da instalação, já citada acima: “é muito bom poder voltar a ter um plano”. O período retratado na exposição, portanto, surge caracterizado como um interregno dessa autonomia e agência da personagem abstrata.

Mas há agência histórica retratada em *Um plano real* e ela está depositada na figura de Fernando Henrique Cardoso. Como se pôde depreender da descrição feita acima, diferente das instalações que remetem à experiência do “brasileiro”, instalações como *Cara ou Coroa* e *Equilíbrio* oferecem ao público visitante da exposição a experiência do poder de decisão.

E se os noticiários distribuídos entre diversas instalações da exposição representam o lugar de onde o “brasileiro” acompanhava o processo histórico se desenrolar sem nele intervir, em contrapartida, a presença constante da figura de Fernando Henrique Cardoso nesse mesmo noticiário representa o lugar de quem age, de quem comanda o processo histórico ali representado.

Em última instância, é possível afirmar que a exposição *Um plano real* apresenta uma narrativa histórica que localiza Fernando Henrique Cardoso como agente principal de um processo que leva o “brasileiro” da situação de caos e inação, representada pela *Casa Instável*, à posição de conforto e autonomia de *Eu também tenho um plano*, fazendo emergir, assim, o ex-presidente da República como figura principal do período histórico ali retratado e a estabilização do país como seu legado pessoal.

Para os fins de fechamento deste tópico, vale uma última problematização a partir do economista Luiz Antonio Mattos Filgueiras:

(...) o *Plano Real* se constitui, antes de tudo, num produto econômico, político e ideológico da confluência, em escala mundial, de três fenômenos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas duas últimas décadas desse século; quais sejam: a hegemonia da doutrina e das políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva a partir dos países capitalistas centrais e a reafirmação do

capitalismo – com uma nova configuração, isto é, enquanto um sistema de produção mundializado ou globalizado. (...)

*Esse Plano não é, meramente, um programa de estabilização solitário, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova des(ordem) internacional, conforme ideário do Consenso de Washington.*²⁷¹

Este trabalho tem como referencial a hipótese construída pela socióloga Luciana Quillet Heymann de que a Fundação iFHC opera no sentido da construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso. Como se viu acima, o discurso histórico construído no circuito principal da exposição *Um plano real* reforça tal hipótese. Outro referencial de fundo deste trabalho, e que se articula com a hipótese de Heymann – e que a exemplo desta já foi enunciado em diferentes momentos e capítulos – é a ideia de que o “drama” do ex-presidente seria defender-se da “tese de que sua agenda e seu legado político pertencem ao ideário neoliberal”²⁷², ideia expressa pelo documentarista João Moreira Salles.

A julgar corretas as afirmações de Luiz Filgueiras sobre a articulação do Plano Real com um projeto maior, de alcance internacional, e que teve como centro de propagação o Consenso de Washington, e levando em consideração a ausência da explicitação desses vínculos no discurso expositivo elaborado por Marcello Dantas, seria forçoso reconhecer também a correção da hipótese levantada por João Moreira Salles, de que a construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso tem passado por uma desvinculação proposital entre sua experiência de governo e o ideário neoliberal.

3.d O que ficou de fora do circuito principal

Em seu texto, *Do teatro da memória ao laboratório da História*, Ulpiano Bezerra de Meneses identifica uma função social do museu, a de abrigar uma memória multifacetada e que, portanto, não deve ser apresentada ao público de maneira unilinear. O autor indica a História Oral como uma possibilidade de construção de uma narrativa

²⁷¹ FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 30-31.

²⁷² SALLES, João Moreira. O andarilho. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 11, ago de 2007.

em várias vozes, que serviria ao propósito de apresentação daquela memória multifacetada.²⁷³

É interessante notar como na exposição *Um plano real* as instalações que apresentam depoimentos orais, memórias de integrantes do governo que eventualmente poderiam problematizar a centralidade de Fernando Henrique Cardoso no processo retratado, não ganham destaque ficando à margem da visita monitorada.

O curador Marcello Dantas, em entrevista para este trabalho, diz:

*A minha coisa foi olhar para o espaço e dizer: “como é que a gente nesse espaço consegue criar várias atrações que traduzem isso [o processo de estabilização]?” Uma delas era o jogo político da coisa (...)*²⁷⁴

A representação do “jogo político” a que se refere Marcello Dantas, e que associa aqui à dinâmica política interior ao governo, parece, seria um caminho fecundo para que a centralidade da figura de Fernando Henrique não obscurecesse a agência dos demais atores envolvidos no processo histórico que é tema da exposição. Essa experiência de dentro do governo, entretanto, só é representada através das ações do próprio presidente, o que reforça a ideia de uma centralidade isolada da dinâmica do corpo social.

A realidade do que se passa internamente às esferas de governo está, sim, presente na exposição, no entanto, a disposição espacial das instalações que lhe dão maior relevo a coloca à margem do eixo narrativo principal descrito acima. Uma das instalações a que me refiro denomina-se *Lições do Real* e é apresentada da seguinte forma:

Resultado de meses de gestação e de muito debate, o Plano Real foi indiscutivelmente um trabalho a muitas mãos. A vivência da elaboração e implementação de suas medidas, as dificuldades encontradas pelo caminho, as demandas políticas em diferentes momentos do governo FHC – tudo isso compõe os testemunhos disponíveis nessa área.

²⁷³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 40.

²⁷⁴ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 8.

*Conheça os bastidores dessa etapa fundamental para a estabilização do país nas palavras de quem, de fato, viveu essa experiência na pele e dela recebeu verdadeiras lições.*²⁷⁵

Em uma sala destacada do que considero aqui como o espaço do principal eixo narrativo, um pedestal ligado a um monitor de grandes proporções permite ao visitante acessar 23 vídeos, compostos de trechos de depoimentos das mais diversas personalidades que participaram do governo de Fernando Henrique Cardoso ou que de alguma maneira fizeram parte da trajetória de vida do ex-presidente. A coletânea que compõe a atração é fruto de extenso projeto de História Oral empreendido pela Fundação iFHC.

A segunda instalação também conta com depoimentos audiovisuais, além de versões digitalizadas de documentos burocráticos referentes ao processo de privatização do Sistema Telebrás. Toda essa documentação pertence ao acervo do ex-ministro Sergio Motta e foi organizada em um projeto denominado *Memória das Telecomunicações*. Os frutos do projeto são acessíveis através do portal de internet de mesmo nome, o qual está vinculado à página virtual da Fundação iFHC. Na exposição, a instalação consiste na disponibilização de computadores que dão acesso ao conteúdo do portal. E o espaço ocupado pela mesa e monitores para os visitantes é denominado no contexto expositivo como *Privatização e Modernização* e é assim apresentado:

*A privatização de empresas estatais, que trabalhavam segundo um modelo de administração ultrapassado, foi um aspecto marcante da gestão FHC. A medida desonerou os cofres públicos e trouxe investimento em infraestrutura ao país, algo imprescindível para crescer e se modernizar. Um dos destaques foi o serviço de telecomunicações, que passou a ser acessível a quase toda a população. Aqui, informações referentes a esse processo foram organizadas em um banco de dados, disponível à livre consulta. Conheça – agora por dentro – esse importante passo tomado pelo país.*²⁷⁶

Marcello Dantas fala sobre as duas instalações:

²⁷⁵ Textos da exposição Um plano real.

²⁷⁶ Textos da exposição Um plano real.

*Essas duas coisas me foram pedidas para serem incluídas na exposição. Eu acho que a História Oral é uma coisa super interessante, mas extremamente longa. É impossível de você ir a fundo nisso. (...) Mas aquilo está muito mais num formato de biblioteca do que no formato de exposição. Ou seja, como se fossem salas informativas. (...) estão no finalzinho, no canto e tudo o mais, porque é difícil mesmo. A coisa da privatização ainda é mais difícil.*²⁷⁷

Embora o idealizador da exposição esclareça que em sua concepção a “ordem dos fatores” é importante na instalação *Cronologia*²⁷⁸, mas que no restante da mostra “as pessoas também podem, perfeitamente, visitar como elas quiserem”²⁷⁹, na medida em que as ações de governo apresentadas aos grupos monitorados são conhecidas, exclusivamente, do ponto de vista do presidente da República, tal roteiro parece alçar a figura de Fernando Henrique Cardoso ao centro da narrativa.

Mas como representar o que há de processual, e que envolve inúmeros atores que influenciam a dinâmica de governo, respeitando-se a proposta de interatividade do restante da exposição? A dinâmica interna do governo, seus personagens, estão presentes na exposição, mas deslocados do eixo narrativo principal, devido a uma incapacidade do discurso museológico em se apropriar do conteúdo dos depoimentos orais e dos documentos tangíveis.

O recurso da empatia entre o visitante da exposição e o sujeito abstrato, localizado no tempo da narrativa, atinge aqui o seu limite. O conteúdo do que Marcello Dantas chama de “salas informativas”, e que parece fundamental para a compreensão do processo de estabilização, exige uma mediação que ultrapassa o desenvolvimento dos aparatos tecnológicos interativos, exige um exercício voluntário de construção do conhecimento, uma preparação prévia do visitante, a mobilização de informações que excedem o discurso expositivo e que devem ser agregadas por professores e monitores.

A mediação obviamente está presente na exposição *Um plano real*. De certa forma até com maior força do que em exposições convencionais, uma vez que boa parte do conteúdo expositivo usado aqui foi produzida com a finalidade de ser exposto nesse

²⁷⁷ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 6.

²⁷⁸ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 11.

²⁷⁹ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 11.

contexto narrativo específico. E a concepção e construção de instalações que pretendem promover uma experimentação da dinâmica social, evidentemente, exigem um esforço de interpretação dos processos por elas representados.

Como espero ter esclarecido, além dessa mediação prévia da concepção dos espaços e instalações, há também a mediação promovida no momento da visita por meio dos textos de apresentação e das explicações fornecidas pelo corpo de monitores, os quais conduzem o visitante e procuram garantir que as instalações interativas cumpram seu propósito de experimentação. Por mais interativas que estas últimas sejam, portanto, não parecem prescindir da explicitação de seus significados.

Um último espaço da exposição *Um plano real* ainda não tratado aqui é a área dedicada aos objetos e documentos textuais. *Um plano real* parece ter absorvido em seu espaço expositivo parte das exposições *Presentes* e *Cartas ao Presidente*. Esta última dada como encerrada em 2010 pela página oficial da Fundação iFHC.

As primeiras instalações com as quais toma contato o visitante da exposição são vitrines que encerram uma amostra da correspondência presidencial, classificada pelos assuntos *política interna*, *política externa*, *cidadãos* e *amigos*, além de objetos acumulados pelo ex-presidente no exercício de sua função. As condições de acumulação dos dois conjuntos documentais foram parcialmente relatadas em capítulo anterior da dissertação, o qual tratou do acervo documental de Fernando Henrique Cardoso. Sobre o aproveitamento desse acervo na concepção da exposição *Um plano real*, conta Marcello Dantas:

Faz parte da concepção o fato de ter uma área para aquilo. Porque eu via aquele acervo de presentes todos lá. Eu achava exóticos. Mas eu achei, puxa, se esse negócio existe ele precisa ter um lugar para ser mostrado. Mas eu me senti completamente incapaz de fazer uma seleção daquilo. (...) Então, eu falei “olha, a melhor maneira para fazer aqui é fazer um acervo rotacionado”. De tempos em tempos você troca. Você tem tanta coisa lá embaixo. Sobe agora vinte coisas, desce essas vinte coisas. Elas tem um caráter inusitado apenas. Sinceramente, se o Instituto fosse aquilo seria um desastre ter só isso. (...)
E aí tem os documentos. Os documentos são interessantes, mas de novo, o documento ele é tangível a quem está analisando a história. Documento fora de contexto, ele serve ali só como uma ilustração. (...)
Não constrói a relação (...)
Não constrói a narrativa.

*Então, eu acho que é legal ter aquilo tudo ali, porque mostra o tipo de coisa que a instituição tem. É muito mais uma vitrine para a própria instituição do que um elemento narrativo em si.*²⁸⁰

Marcello Dantas assume, portanto, uma incapacidade de construção do discurso histórico a partir dos objetos e cartas e, ainda, considera os documentos interessantes apenas para “quem está analisando a história”, retirando desse grupo os espectadores da exposição. Essa perspectiva do curador de *Um plano real*, já explorada no primeiro tópico deste capítulo, demonstra uma indisposição à concepção de uma exposição histórica crítica nos moldes preconizados por Ulpiano Bezerra de Meneses no texto aqui utilizado como referência.

3.e Cidadania e o público da exposição

Danielle Ardaillon, curadora do acervo de Fernando Henrique Cardoso, expressa suas dúvidas quanto ao aproveitamento dos objetos em contexto expositivos, na atividade de transmitir conhecimento ao público e, assim, contribuir para a formação da cidadania.

Para tornar objetos e artefatos acessíveis ao público e aos pesquisadores, será obrigatório repetir o que é feito em várias instituições similares (...) criar um espaço tradicional, no qual os objetos são separados do seu contexto e oferecem apenas fruição estética e um vago apelo a reminiscências?

Pressupomos que a cidadania não é algo abstrato, mas sim uma prática que requer a consciência de pertencer a algo maior do que nós, que os nossos ancestrais ajudaram a construir e que dá aos nossos filhos o sentido de sua própria história.

Pensando em mostrar um arquivo histórico-político de interesse público para cidadãos, será que o ideal não seria criar um cenário capaz de promover a vivência contemporânea de fatos e feitos passados, para que aquelas lembranças sejam incorporadas ao seu

²⁸⁰ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 14-15.

cotidiano? Lembranças compartilhadas, memorações de eventos sociais, são capazes de estabelecer laços com a ação social no presente.

*Tudo isso não poderia ser realizado por meio de exposições que façam uso de tecnologias apropriadas para envolver o espectador não apenas na emoção do passado que irrompe no presente, mas com o sentido claro de que esse passado foi tão cheio de contradições quanto é o presente?*²⁸¹

A opinião de Danielle Ardaillon parece estar em consonância com as ideias de Marcello Dantas, já expostas aqui e problematizadas no primeiro tópico deste capítulo.

Marcello Dantas afirma, entre outras coisas, que “não tem o menor sentido você tentar buscar uma evidência material para mostrar uma coisa que nunca foi material”²⁸². Contudo, seguindo-se o pensamento expresso por Ulpiano Bezerra de Meneses no texto que serve de base a esta crítica, valem algumas considerações.

Evidentemente, o processo de estabilização econômica de que se ocupa a exposição *Um plano real*, teve sua dimensão material, como todo processo histórico, aliás. Afinal, a moeda que passou a circular em meio à sociedade, assim como a mercadoria por ela adquirida, não materializam as trocas econômicas que o plano de estabilização pretendeu controlar? Viabilizar a troca material, aliás, não é o que está por trás da necessidade de formulação de qualquer plano econômico? Algumas das instalações da exposição, com destaque para *Moeda de Troca*, não pretendem, justamente, simular a materialidade dos impactos do processo inflacionário?

Não será, então, a opção de Danielle Ardaillon e Marcello Dantas, por uma exposição calcada principalmente em atrações interativas, uma resposta ao que Ulpiano Bezerra de Meneses enxerga como “uma incapacidade de se defrontar com o objeto, de explorá-lo em seus próprios termos”²⁸³?

²⁸¹ ARDAILLON, Danielle. Os objetos no Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Questões para curadoria. Seminário Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5-6, nov. 2007. p. 7-8.

²⁸² DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p.1.

²⁸³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 28.

Embora as críticas, já feitas aqui, sobre como o idealizador da exposição enxerga os processos históricos, pareçam ter peso fundamental nas respostas a essas questões, há algo ainda a se considerar, o público da exposição *Um plano real*.

Como se pode depreender da citação de Danielle Ardaillon, transcrita acima, a exposição *Um plano real* é fruto de uma disposição da Fundação iFHC em promover o conhecimento de um passado de crise entre aqueles que não o vivenciaram. A entrevista do autor deste trabalho com Marcello Dantas comprova o perfil do público pretendido pela exposição.

*Isso me foi dado desde o início. O objetivo desse espaço é comunicar para as gerações que não viveram o processo de estabilização. Não é nenhuma pessoa específica. (...) Essas pessoas hoje, qualquer pessoa com menos de 30 anos, não sabe o que é inflação, não lembra.*²⁸⁴

Na prática, os documentos oficiais da Fundação iFHC indicam o estudante de ensino básico como principal público da exposição. Segundo o relatório de atividades da Fundação iFHC em 2011, as visitas à mostra se deram por três vias distintas: o agendamento individual (por meio do site da Fundação); a participação no programa *Diálogos com um presidente*²⁸⁵; e o projeto *Agendamento de Escolas*, desenvolvido pela empresa *Diverte Cultural*.²⁸⁶

Das 5.976 pessoas que visitaram a exposição entre os meses de fevereiro e dezembro daquele ano, 5.911 chegaram à mostra por meio do programa *Diálogos com um Presidente* e do agendamento da *Diverte Cultural*. O programa *Agendamento de Escolas* da *Diverte Cultural* é responsável sozinho por levar 5.480 visitantes à exposição. Apenas 65 agendamentos individuais foram contabilizados no período.²⁸⁷

Mais adiante o relatório indica que do total de 168 grupos que visitaram a instituição entre 16 de março e 1º de dezembro de 2011, 38% era formado por alunos do Ensino Fundamental, 35% pelo estudante do Ensino Profissionalizante e 16% pelo público de Ensino Médio. Os demais grupos dividem-se entre as seguintes

²⁸⁴ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 6.

²⁸⁵ Nesse programa a Fundação iFHC convida turmas escolares para uma visita à instituição. A visita consiste em passagem pela exposição e palestra com Fernando Henrique Cardoso.

²⁸⁶ FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2011. São Paulo: Fundação iFHC. p. 15.

²⁸⁷ Ibidem. p. 16.

classificações: 4% adultos, 2% EJA (Ensino de Jovens e Adultos), 2% Técnico, 2% idosos e 1% misto (ensinos Fundamental e Médio).²⁸⁸

A preponderância de estudantes do ensino básico entre o público da exposição *Um plano real* é patente, e vale destacar o texto da seção *Mensagem do Presidente*, que serve de introdução ao relatório de atividades da Fundação iFHC em 2011:

*(...) a exposição Um plano real: a história da estabilização do Brasil, atraiu a visita de mais de 5.600 estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas do estado de São Paulo. Os alunos puderam, assim, ampliar seu conhecimento sobre esse período da história brasileira. Eles não apenas viram o material exposto sobre a luta para controlar a inflação e para conquistar a democracia, como também experimentaram, em instalações interativas, o que era viver em uma economia instável.*²⁸⁹

Pelas estatísticas apresentadas é possível afirmar que a grande maioria do público da exposição é induzida. Os agendamentos individuais são responsáveis por um percentual ínfimo do total de visitas e os estudantes encaminhados à exposição por meio do *Agendamento de Escolas da Diverte Cultural*, uma empresa especializada na venda de pacotes de excursões para escolas, configuram a maior parte do total. E vale mencionar, ainda, os estudantes que participam do programa *Diálogos com um presidente* têm como parte da programação de sua visita uma palestra com Fernando Henrique Cardoso, no auditório da Fundação iFHC.

Os dados colhidos em documentos oficiais da Fundação iFHC não permitiram a apresentação de estatísticas sobre a composição do público da exposição no que diz respeito à sua origem no ensino público ou privado.

O público alvo da exposição *Um plano real* é, portanto, o jovem estudante do ensino básico e esse parece ser um dos motivadores de um discurso expositivo calcado, principalmente, na linguagem audiovisual e em instalações interativas. Diz Marcello Dantas a respeito do trabalho que executa em sua empresa, a Magnetoscópio:

Meu foco é tentar descobrir uma maneira de construir públicos através de uma mudança de linguagem nessas instituições, ou seja, como é que

²⁸⁸ Ibidem. p. 17.

²⁸⁹ Ibidem. p. 2.

*essas instituições podem atualizar a sua maneira de se comunicar com um público que está mudando claramente, que tem um outro perfil de sensibilidade, de escopo de atenção e de interesses, e tentar pegar esse conteúdo, que é um conteúdo relevante e passar para essas pessoas de uma outra forma.*²⁹⁰

Novamente, as ideias de Marcello Dantas, assim como a exposição por ele concebida, parecem caminhar no sentido de uma construção narrativa palatável ao público alvo, mas que prescinde da crítica histórica. Ulpiano Bezerra de Meneses diz que “o eixo da musealização é o processo de transformação do objeto em documento”²⁹¹, mas do visitante de *Um plano real* não se exige tal exercício de compreensão do documento como parte da construção histórica, ao contrário, ali a narrativa parece externa a todo o aparato expositivo que a representa. Em uma palavra, em *Um plano real* a História surge como um dado do passado e não como uma construção do presente.

O mesmo Ulpiano Bezerra de Meneses opina sobre o uso de instalações artísticas em exposições históricas:

*Há, pois, espaço no museu histórico para instalações, assim como para performances e dramatizações (outras formas de metaforização que podem conduzir a deformações irreversíveis (...)). Não é pouca a contribuição que elas podem trazer. A pretensão, porém, de as instalações substituírem as exposições analíticas mais uma vez revela a incapacidade de enfrentamento do objeto, da coisa material, preferindo-se a apropriação indolentemente ingênua de uma linguagem moldada em outro contexto e com outra economia. Nesse caso, o museu histórico seria totalmente dispensável.*²⁹²

Nesse sentido, vale considerar se o propósito de valorização da cidadania, expresso por Danielle Ardaillon, é cumprido por uma exposição histórica que abre mão

²⁹⁰ DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s). p. 1.

²⁹¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 30-31.

²⁹² Ibidem. p. 30.

do que há de político na construção da História, ou seja, os interesses do presente que ensejam a articulação do passado em uma narrativa.

Danielle Ardaillon questiona-se se não seria mais eficaz, nessa construção da cidadania a qual se propõe a Fundação iFHC, uma exposição que, fazendo uso de “tecnologias apropriadas”, envolveria “o espectador não apenas na emoção do passado que irrompe no presente, mas com o sentido claro de que esse passado foi tão cheio de contradições quanto é o presente”. Ora, mas o que se faz em *Um plano real* é aplanar as contradições do presente.

Qual seria, então, a outra forma de colocar tais contradições à mostra em uma exposição histórica senão assumindo-se o discurso expositivo como uma visão do processo histórico? O contraditório do presente expressa-se na multiplicidade de visões do passado que se expõe, afinal. E como já se viu aqui, em *Um plano real* não se colocam opções à narrativa ali exposta, ela antes é apresentada como absoluta.

Em comentários ao texto *Do teatro da memória ao laboratório da História*, de Ulpiano Bezerra de Meneses, István Jancsó diz:

*O que aflora com nitidez do texto, é que a especificidade do museu histórico deve ser procurada menos naquilo que o define como museu, mas principalmente nos elementos que configuram a sua interface com a sociedade, vale dizer, no seu discurso. Portanto, se todos os museus são históricos, a especificidade do **museu histórico** pode residir na especificidade da configuração do seu discurso histórico.*

*Nessa vertente, que incorpora a intencionalidade do discurso, as condições de inserção do museu histórico na trama institucionalmente ordenada dos aparelhos formatadores dos múltiplos discursos sobre a memória coletiva são tudo menos irrelevantes. Ainda que beire a obviedade, nunca é demais insistir no fato de que a reconstituição do passado nunca é neutra.*²⁹³

E ainda:

(...) o museu é um instrumento de reiteração da memória institucionalmente integrado no conjunto de aparatos de ordenamento

²⁹³ JANCÓS, István. Comentário VIII. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.3, jan/dez. 1995. p. 89-90.

*da vida social, sendo, portanto, locus do entrechoque das forças sociais em confronto, no campo daquilo que lhe é específico (o universo da memória) (...)*²⁹⁴

Sendo assim, o compromisso expresso por Danielle Ardaillon – e pela Fundação iFHC, através de seus canais oficiais de comunicação, como os relatórios anuais que tiveram partes transcritas aqui – de contribuição à formação da cidadania por meio de uma exposição que coloca à mostra as mazelas do passado econômico do país, é questionável na medida em que o discurso histórico apresentado em *Um plano real* não assume sua parcialidade política.

Nesse sentido, vale ainda notar que a hipótese elaborada por Luciana Quillet Heymann, de ser a Fundação iFHC uma instituição que atua na construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso, novamente se mostra acertada no que diz respeito ao que chamo aqui da dimensão museológica das atividades da Fundação. Como afirma István Jancsó, o lugar social e institucional do museu (neste caso da exposição histórica) influencia o discurso histórico por ele promovido e, pensando no modelo de exposição crítica preconizado por Ulpiano Bezerra de Meneses, assumir esse lugar dentro do próprio discurso expositivo surge como uma necessidade.

3.f Concluindo o capítulo

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu, antropóloga, professora do programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio e atuante na área de Museologia, em comentários à palestra de Danielle Ardaillon, diz:

*Devemos construir acervos para inquietar, problematizar, provocar, fazer pensar, estimular a circulação de coisas, pessoas e ideias e não para cultuar pessoas, épocas, objetos.*²⁹⁵

²⁹⁴ Ibidem. p. 91.

²⁹⁵ ABREU, Regina. Os objetos e o Presidente: revisitando o lugar do encantamento no acervo de um homem público. Comentários à palestra: “Os presentes recebidos pelos presidentes da República: uma curadoria delicada”, proferida pela Dra. Danielle Ardaillon. Seminário Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5-6, nov. 2007. p. 6.

O culto aos objetos não é a tônica da exposição *Um plano real*, mas não porque a preocupação daquela exposição seja fugir da fetichização e investir na crítica do objeto como documento histórico, antes, o culto ao objeto não está ali por mera opção de outra linguagem. Uma linguagem que, ao propor a experimentação, o “vivenciar realidades passadas”, incorre no que Ulpiano Bezerra de Meneses nomeia como dramatização ou teatralização do passado.

Sobre o papel que deve cumprir uma exposição histórica, opina Ulpiano Bezerra de Meneses:

Se o Teatro da Memória é um espaço de espetáculo que evoca, celebra e encultura, o Laboratório da História é o espaço de trabalho sobre a memória, em que ela é tratada, não como um objetivo, mas como objeto de conhecimento.

*No museu, principalmente no museu histórico que superou a função de repositório e dispensador de paradigmas visuais, a inteligibilidade que a História produzir será sempre provisória e incompleta, destinada a ser refeita. Daí, porém, sua fertilidade. Por isso tudo, talvez o museu histórico já esteja maduro para fazer aquilo que só o museu pode fazer bem, com competência e por vocação (ainda não atualizada): explorar, não sínteses históricas sensoriais, mas a transformação dos objetos em documentos históricos. Em vez de teatro, laboratório, com tudo aquilo de criador que essa idéia contém.*²⁹⁶

É essa segunda dimensão citada, a do “laboratório da história”, que parece estar ausente da exposição *Um plano real*. É ela também que, uma vez desvendada pelo visitante de uma exposição histórica, contribui para que se concretize o aprendizado sobre o caráter processual da História, na medida em que inclui o próprio discurso expositivo no processo ao qual ele faz referência e, por vezes, reverência.

Dar a dimensão de “laboratório da história” a uma exposição parece ter relação, não apenas com a materialidade daquilo que é exposto, mas com o exercício interpretativo que estabelece seus significados. Fazer da exposição um “laboratório da história” tem mais a ver com uma subversão da ideia de restauração da experiência

²⁹⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, jan/dez. 1994. p. 41.

passada, a qual, independente da atualidade da linguagem, esconde uma visão convencional e ultrapassada do que é a História.

Sobre o conteúdo expositivo demonstrou-se aqui a emergência, a partir do discurso expositivo, de duas personagens centrais: o “brasileiro” sem nome, sem classe social ou maiores especificidades, com a qual o público visitante compartilharia (segundo as intenções da curadoria) as experiências negativas do processo inflacionário e as positivas proporcionadas pela estabilização; em contrapartida, há Fernando Henrique Cardoso, uma figura que surge no discurso expositivo como mediadora de um processo evolutivo positivo e, pela ausência de outras personagens em destaque, como artífice principal desse processo.

Não restam dúvidas, portanto, de que a exposição *Um plano real* valida a hipótese de Luciana Heymann, de que a Fundação iFHC trabalha no sentido de forjar a identidade histórica de Fernando Henrique Cardoso, embora, como espero já haver demonstrado nesta dissertação, essa prática deva ser nuançada entre as diferentes atividades empreendidas pela instituição. Como já se viu aqui, a atividade de tratamento arquivístico, embora intimamente relacionada com a matéria-prima da História, não conta com o mesmo grau de parcialidade encontrado na exposição *Um plano real*.

Por fim, o resultado da análise registrada neste capítulo faz comprovar também alguns dos pressupostos colocados no primeiro capítulo da dissertação, onde os referenciais bibliográficos norte-americanos e a identificação de uma atuação política da Fundação iFHC indicavam, respectivamente, para uma análise separada das diferentes dimensões do trabalho da instituição com a História (arquivo e exposição) e para as conexões entre essas atividades e o presente político da Fundação e de Fernando Henrique Cardoso.

No que tange o segundo aspecto, não há como negar uma tentativa do discurso expositivo de capitalizar para o governo de Fernando Henrique Cardoso os eventuais sucessos de governos subsequentes, uma vez que o período de estabilização é apresentado como momento fundador de um “novo país”, nas palavras de Marcello Dantas, e Luiz Inácio Lula da Silva como um sucessor que herdou um país estabilizado dos pontos de vista político e econômico, estabilização essa devida a figura de Fernando Henrique Cardoso segundo a interpretação feita pelo autor deste trabalho da exposição *Um plano real*.

Considerações finais

Esta dissertação se debruçou sobre aspectos da construção histórica da figura de Fernando Henrique Cardoso. Alguns dos aspectos destacados foram: as ações do indivíduo no sentido de constituir um volumoso arquivo pessoal; a dinâmica da carreira pública, que retira do indivíduo o controle absoluto sobre a formação de seu acervo; a função curatorial cumprida por assessores responsáveis pela organização do arquivo pessoal; a legislação que promove a transformação de um conjunto documental em patrimônio histórico e cultural da nação; a constituição de um aparato institucional voltado para a preservação e atualização do ideário do indivíduo; a dupla dimensão do trabalho arquivístico, que embora imprima subjetividades à organização do conjunto documental, permite a utilização dos documentos para a construção de interpretações históricas que fogem ao mero elogio do titular; a construção narrativa em uma exposição histórica.

Essas condicionantes da construção histórica de Fernando Henrique Cardoso, ou da formação de sua imagem para a memória coletiva, se estabelecem por meio da atividade de diferentes tipos de profissionais. E neste trabalho ganharam destaque as dimensões arquivística e museológica dessa construção.

Porém, antes de um aprofundamento das questões especificamente pertinentes ao tratamento arquivístico e à montagem da exposição histórica, julgou-se necessária uma apresentação crítica do contexto político e institucional que cerca essas iniciativas.

Dessa forma, no primeiro capítulo da dissertação tiveram lugar a apresentação da legislação brasileira que regula a preservação dos arquivos presidenciais, a compreensão da Fundação iFHC como agente institucional ativo na política partidária nacional e a apresentação das *Presidential Libraries* e da legislação norte-americana para arquivos presidenciais como pontos de comparação com o caso estudado.

O contato com a bibliografia que trata da legislação norte-americana de arquivos e da operação das *Presidential Libraries* sugeriu o estudo da Fundação iFHC dividido entre as áreas de arquivo e museu, lugares consagrados da crítica e da construção memorial, na análise dos autores enfocados.

No capítulo dedicado à apresentação e crítica do trabalho com o arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, destacou-se o papel central da curadoria na constituição do acervo arquivístico, bem como a dupla identidade do conjunto documental, que

reflete as atividades do titular como intelectual/acadêmico e político/homem público. As possibilidades de construção autobiográfica através do arquivo foram ali confrontadas com a lógica quase industrial de produção e acumulação de registros pelo indivíduo que ocupa o cargo de chefe de Estado.

A possibilidade de interpretação crítica da história de Fernando Henrique Cardoso foi testada por meio de uma apresentação das estatísticas do conjunto documental. Apresentação que teve por base a biografia crítica do ex-presidente sugerida por Afrânio Garcia Júnior. Por esse caminho demonstrou-se que a metodologia de organização do arquivo permite múltiplas interpretações históricas e não se limita a uma construção elogiosa da figura do ex-presidente.

O terceiro capítulo dedicou-se à apresentação da exposição *Um plano real – a história da estabilização do Brasil* e à análise crítica do discurso que ela constrói. No desenvolvimento dessa análise o ideal de exposição histórica proposto por Ulpiano T. Bezerra de Meneses em *Do teatro da memória ao laboratório da História* serviu de contraposição teórica à descrição do objeto. Enquanto o autor defende em seu artigo que uma exposição histórica deva incluir, em sua narrativa, os meios de desconstrução e crítica do próprio discurso por ela veiculado, a exposição *Um plano real* e seu curador, Marcello Dantas, propõem uma interpretação histórica carente de contradições devido ao conteúdo e linguagem escolhidos.

Considerando-se a *noção de legado* colhida da obra de Luciana Quillet Heymann, ponto de partida deste trabalho, concluiu-se que a Fundação iFHC atua na construção do legado histórico de Fernando Henrique Cardoso, uma condição assumida pela instituição em seus documentos oficiais. Contudo, essa atuação ganha diferentes sentidos quando se comparam as iniciativas de cunho arquivístico e museológico.

A exemplo do que parece ocorrer no caso das bibliotecas presidenciais norte-americanas, também a Fundação iFHC tem na exposição histórica o lugar privilegiado do elogio e da construção narrativa que tende a eliminar as ideias contraditórias, enquanto o arquivo surge como o lugar da crítica, da possibilidade de construção de múltiplas narrativas.

Existem nuances no trabalho levado a cabo pela Fundação iFHC. Nuances ligadas ao aparato institucional que abriga as iniciativas de cunho memorial e que se insere no jogo político atual na medida em que Fernando Henrique Cardoso, com o lastro da Fundação, mantém sua proeminência na arena pública.

Fontes legais (leis e decretos)

Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991.

Decreto 4.344, de 26 de agosto de 2002.

Fontes orais (depoimentos)

ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h55min). p. 40.

ARDAILLON, Danielle. Danielle Ardaillon (depoimento, 16 de agosto de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (1h14min).

CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso II (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. p. 8.

DANTAS, Marcello. Marcello Dantas (depoimento, 3 de dezembro de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (42min16s).

GOULART, Silvana. Silvana Goulart (depoimento, 4 de maio de 2012). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (2h07min).

TREDICE, Stela. Stela Tredice (depoimento, 22 de fevereiro de 2013). São Paulo, Entrevista cedida ao autor, (36min20s).

Relatórios anuais da Fundação iFHC (em ordem cronológica)

INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2004. São Paulo: iFHC.

INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2005. São Paulo: iFHC.

INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2006. São Paulo: iFHC.

INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2007. São Paulo: iFHC.

INSTITUTO Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2008-2009. São Paulo: Fundação iFHC.

FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2011. São Paulo: Fundação iFHC.

FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Relatório de atividades 2012. São Paulo: Fundação iFHC.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. Apresentação. In. SILVA, Suely Braga da. Os presidentes da República. Guia dos acervos privados. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ABREU, Regina. Os objetos e o Presidente: revisitando o lugar do encantamento no acervo de um homem público. Comentários à palestra: “Os presentes recebidos pelos presidentes da República: uma curadoria delicada”, proferida pela Dra. Danielle Ardaillon. Seminário Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5-6, nov. 2007. Disponível em www.ifhc.org.br

ALBERTI, Verena. Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In. CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: iFHC, 2007.

ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005.

ARDAILLON, Danielle. O Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso. In. MIRANDA, Danilo Santos. Memória e Cultura. A importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC, 2007.

ARDAILLON, Danielle. Os objetos no Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Questões para curadoria. Seminário Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5-6, nov. 2007.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. In. PINSKY, Carla Bassanezi et. al. Fontes históricas. São Paulo: Contexto: 2010.

BARRÁN, Alicia Casas de. Comentário. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005, p. 167-178. Comentários à palestra “Preservar e divulgar a memória: notas sobre a experiência do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares”, de Alfredo Caldeira.

BARBOSA, Fábio. Apresentação. In. EBOLI, Marisa et. al. Educação Corporativa. Fundamentos, evolução e implantação de projetos. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BARROS, Thiago Henrique Bragato e TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. Ponto de Acesso, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84. abr. 2011.

BASTOS, Aurélio Wander. Comentário. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005, p. 97-125. Comentários à palestra “Relações perigosas: o governo norte-americano e seus arquivos”, de Richard J. Cox.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Comentários à palestra “Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC”, proferida pela Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo. Seminário Arquivos Pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5-6 nov., 2007. Disponível em www.ifhc.org.br

BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do Fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). Revista Patrimônio e Memória, v.3, n.1. Rio Claro (SP): UNESP/FCLAs/CEDAP, 2007.

BONDARIK, Roberto, CARVALHO. Hélio P. de e PILATTI, Luiz Alberto. História empresarial: uma ferramenta para a gestão do conhecimento nas organizações empresariais.

Ponta Grossa/PR: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art17.pdf> Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin 1986.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional. São Paulo: Unesp/Museu Paulista, 2005.

BURKE, Peter. A Nova História, seu passado e seu futuro. In. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDEIRA, Alfredo. Preservar e divulgar a memória: Notas sobre a experiência do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 129-149.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: questões para um debate. In. MATOS, Edilene et al. (org.). A presença de Castello. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Conservação: os novos arquivos e a formação dos arquivistas. Arquivo: B. hist. e inf., São Paulo, 10 (1): 7-9, jan./jun. 1989.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Documento e História. Memória – Publicação do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo. São Paulo, n.4, p.54, jul./set. 1989.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Em busca de consenso. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 181-189.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Em tempos de globalização, o que acontece com os arquivos? Boletim do Arquivo, São Paulo, v.3, n.1, p.7, jan./jun. 2000.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Por um modelo de formação arquivística. Ciência & Letras. Revista da Faculdade de Porto-Alegrense de Educação. Ciências e Letras. Porto Alegre, n.31, p.187-195, jan./jun. 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: iFHC, 2007.

CAMARGO, Celia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de rês décadas. In. CAMARGO, Celia et. al. CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 4ª edição, 1999 (1ª reimpressão de 2001).

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

CANAVAGGIO, Perrine. Comentário. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 151-165. Comentários à palestra “Preservar e divulgar a memória: Notas sobre a experiência do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares”, de Alfredo Caldeira.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. Revista de Interesse Nacional, Ano 4, n. 13, abr-jun de 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Palavras de abertura. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 23-29.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. Cientistas sociais e historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987). São Paulo: FFLCH/USP, 2013. Tese de Doutorado.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995.

COELHO, Teixeira. Comentário V. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, p.63-69, jan./dez. 1994.’

COELHO, Teixeira. Direito cultural no século XXI: expectativa e complexidade. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 11 (jan./abr.2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

COX, Richard J. America’s pyramids: Presidents and their libraries. Government Information Quarterly, 19, 2002.

COX, Richard J. Relações perigosas: o governo norte-americano e seus arquivos. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo, iFHC, 2005. p. 69-88.

CRAIG, R. Bruce. Presidential Libraries and Museums: Opportunities for Genuine Reform. The Public Historian, Vol. 28, N. 4 (Fall 2006), pp. 75-84, University of California Press.

CRUZ, Maria Teresa. Espaço, *media* e experiência. Na era do espaço virtual e do tempo real. Comunicação e Sociedade, vol. 12, 2007.

DAMATTA, Roberto. Comentário. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 57-64. Comentários à palestra “O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos”, de Celso Lafer.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e Cidadania. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 129-136

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? In. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Fundação iFHC, 2010. p. 17-35

DELMAS, Bruno. Manifesto por uma diplomática contemporânea: dos documentos institucionais à informação orgânica. In. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Fundação iFHC, 2010. p. 125-169.

DELMAS, Bruno. O que é ser arquivista? In. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Fundação iFHC, 2010. p. 79-93.

DELMAS, Bruno. O que são arquivos? In. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Fundação iFHC, 2010. p. 55-77.

DELMAS, Bruno. Repensar os arquivos. In. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Fundação iFHC, 2010. p. 95-123.

DONNAT, Olivier. Democratização da Cultura: fim e continuação? Revista Observatório Itaú Cultural: OIC. – N.12 (mai/ago.2011). – São Paulo: Itaú Cultural, 2011.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. Revista Estudos Históricos, 13. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1994.

FAUSTO, Boris. Comentário. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 51-55. Comentários à palestra “O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos”, de Celso Lafer.

FAWCETT, Sharon K. A view from the center. The Public Historian, Vol. 28, N. 3 (Summer 2006), pp. 13-36, University of California Press.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. Revista Políticas Sociais. Disponível

em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf

Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

FONTANA, Josep. História. Análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In. O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. São Paulo: Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 34, 2009.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. Revista Tempo Social, São Paulo, jun. de 2004.

GLEZER, Raquel. Comentário X. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v. 3, p. 97-101, jan/dez, 1995.

GOMES, Angela de Castro. Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo: Associação de Arquivista de São Paulo, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRYNSPAN, Mario e PANDOLFI, Dulce Chaves. Memórias de favelas, em favelas: Favelas do Rio de Janeiro e Direito à Memória. In. GOMES, Angela de Castro. Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 65-92.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Comentário IX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.3, p. 93-96, jan/dez, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da História. Anais do Museu Paulista, jul.-dez., ano/v. 15, n. 002, p. 11-30, 2007.

GUTIÉRREZ, Ramón. História, memória e comunidade. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

HACKMAN, Larry J. Presidential Libraries: Programs, Policies, and the Public Interest. Introduction. The Public Historian, Vol. 28. N. 3 (Summer 2006), pp. 6-12, University of California Press.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In. THOMPSON, K. (org.) Media and cultural regulation. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications; Milton Keynes: Open University, 1997. Trad. Publicada em: Educação & Realidade, s.d. Disponível em: www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc
Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

HARTOG, François. Os antigos, o passado e o presente. Brasília: UNB, 2003.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HERRERA, Antonia Heredia. Arquivos, documentos e informação. In. O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Texto apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 29 de set. a 2 de out. de 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, 19. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo de Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, 36. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC: alguns comentários. In: *Seminário Internacional Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico*, 2007, Rio de Janeiro. Disponível em www.cpdoc.fgv.br.

HIRSHON, Arnold. The scope, accessability and history of presidential papers. *Government Publications Review*, Vol. 1, pp. 363-390, 1974.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HUFBAUER, Benjamin. Is there “Noncontroversial” History at Presidential Libraries? *The Public Historian*, Vol. 28, N. 4 (Fall 2006), pp. 85-86, University of California Press.

HUFBAUER, Benjamin. Spotlights and shadows: presidents and their administrations in presidential museum exhibits. *The Public Historian*, vol. 28, n. 3 (Summer 2006).

HUFBAUER, Benjamin. *Presidential temples: How memorials and libraries shape public memory*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 2005.

JANCSÓ, István. Comentário VIII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Ser. v. 3, jan/dez, 1995.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, vol. 25, n. 2, 1995.

KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/adm/Upload/29116110920121916535P032.pdf>. Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. história/História. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

LAFER, Celso. O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática de arquivos. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 33-49.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques, LADURIE, Le Roy, DUBY, Georges e outros. A nova história. Lisboa: Edições 70, 1986.

LETTERS to the Editor. Further Response to Presidential Libraries: Programs, Policies, and the Public Interest. *The Public Historian*, Vol. 29, N. 2 (Spring 2007), pp. 5-7, University of California Press.

LETTERS to the Editor. Responses to Presidential Libraries: Programs, Policies, and the Public Interest. *The Public Historian*, Vol. 29, N. 1 (Winter 2007), pp. 5-7, University of California Press.

LOWENTHAL, David. EL PASSADO ES UN PAÍS EXTRAÑO. Madrid: Akal, 1998.

MAHFOUD, Miguel e SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. História de empresas, memória e fontes. Disponível em: http://old.angrad.org.br/area_cientifica/artigos_de_divulgacao/historia_de_empresas_memo_ria_e_fontes/622/ Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

MASTROCOLA, Marcela Rosa. Aventuras na História: intermediários culturais, mercado editorial e cultura de consumo. Revista Anagrama, ano 2, edição 1, São Paulo, set.-nov., 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDES. João Amado. Problemas de história empresarial: teoria e prática. Disponível em: <http://www2.egi.ua.pt/xxiaphes/Artigos/a%20JA%20Mendes.PDF> Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 34:9-24, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A problemática da identidade nos museus. Anais do Museu Paulista. Nova Série, n.1, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a14v1n1.pdf> Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v. 2, jan/dez, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In. O Direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os paradoxos da memória. In. MIRANDA, Danilo Santos de. (org.). Memória e Cultura. A importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Resposta aos comentários. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.3, p. 103-122, jan/dez, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Visões, visualizações e usos do passado. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 15. n. 2. p. 117-123. jul.-dez. 2007.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Comentário I. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, p.43-48, jan./dez. 1994.

MEYER-BISCH, Patrice. A centralidade dos direitos culturais, pontos de contato entre diversidade e direitos humanos. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 11 (jan./abr.2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

MIRANDA, Danilo Santos. Memória e Cultura. A importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC, 2007.

MITCHELL, Gordon R. e KIRK, Jennifer. Between education and propaganda: public controversy over presidential library design. Argumentation and Advocacy, 44 (Spring, 2008).

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e memória: algumas observações. Disponível em: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf Data de acesso: 29 de janeiro de 2013.

NASSAR, Paulo. Os lugares de memória. Terra Magazine. São Paulo, 30 out. 2010

NASSAR, Paulo (org.). Memória de empresa: História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje Editorial, 2004.

NASSAR, Paulo. Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória. In. SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC. N.10, 1993.

O'Connor, Thomas F. Windows on the White House: The Story of Presidential Libraries. Library Journal, LLC 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Política nacional de cultura: dois momentos em análise - 1975 e 2005. In. GOMES, Angela de Castro. Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. As muitas faces da história. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e cidadania: o direito ao passado. In. O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

PETERSON, Trudy Huskamp. Documents in time: The archives of the United States and the National Archives and Record Service. Government Publications Review, Vol. 8A, pp. 285-294, 1981.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, 3. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1989.

POTTER, Lee Ann. Education Programs in the Presidential Libraries: A Report from Filed. The Public Historian, Vol. 28, N. 3 (Summer 2006), pp. 133-142, University of California Press.

PRADO, Maria Clara R. M. do. A real história do Real: uma radiografia da moeda que mudou o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PRATA, Juliana Mendes. Patrimônio cultural e cidade. Práticas de preservação em São Paulo. São Paulo, FAU/USP, 2009. Tese de Doutorado.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

RELYEA, Harold C. The Federal Presidential Library System. *Government Information Quarterly*, Vol. 11, N. 1, pp. 7-21, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. *Memória de si ou ...* *Revista Estudos Históricos*, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998.

SALIBA, Elias Thomé. Comentário VII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Ser. v. 3, jan-dez, 1995.

SALIBA, Elias Thomé. O passado tem futuro? *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Ser. v. 15. N.2. p. 71-75. jul-dez 2007.

SALLES, João Moreira. O andarilho. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 11, ago de 2007.

SANTIAGO, Rodrigo Peronti. *Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais*. São Carlos, SP, Escola de Engenharia de São Carlos/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Vanderlei Batista dos, INNARELLI, Humberto Celeste e SOUSA, Renato Tarciso. *Arquivística temas contemporâneos. Classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Brasília: Senac, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARZ, Bill. Patrimônio histórico e cidadania: a experiência inglesa. In. *O direito à histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Suely Braga da. *Os Presidentes da República. Guia dos Acervos Privados*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1989.

SMIT, Johanna. O que é documentação. Coleção Primeiros Passos, 174. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SMITH, Nancy Kegan and STERN, Gary M. A historical review of access to records in Presidential Libraries. The Public Historian, Vol. 28, N. 3 (Summer 2006), pp. 79-116, University of California Press.

SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUSA, Sara Barbosa de. Memória empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica? São Paulo: ECA/USP, 2010. Dissertação de Mestrado.

SUANO, Marlene. Comentário VI. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, p.71-73, jan./dez. 1994.

THEODORO, Janice. Comentário III. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, p.55-58, jan./dez. 1994.

THOMPSON, Brian Chandler. Making History: The Sitting Modern President and the National Archives. Government Information Quarterly, Vol. 12, N. 1, 1995, pp. 17-32.

TOLILA, Paul. Cultura e economia. Problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras, 2007.

TOURAINÉ, Alain. A sociedade post-industrial. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje. Vozes, 2006.

TOZI, Desirée Ramos. Primavera de estações. O Programa Monumenta e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região do bairro da Luz / São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

VARINÉ, Hugues de. Comentário II. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2, p.49-54, jan./dez. 1994.

VILLANUEVA, Ernesto. Comentário. In. DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: iFHC, 2005. p. 91-95. Comentários à palestra “Relações perigosas: o governo norte-americano e seus arquivos”, de Richard J. Cox.

WILSON, Don W. Culture and Conflict: Defining the National Archives. Government Information Quarterly, Vol. 13, N. 2, 1996, pp. 187-194.

WILSON, Don W. Presidential Records: Evidence for Historians or Ammunition of Prosecutors. Government Information Quarterly, Vol. 14, 1997, pp. 339-349.

WILSON, Don W. The Nations Memory. The United States National Archives and Records Administration An Interview with Don W. Wilson, Archivist of the United States, National Archives and Records Administration, Washington, DC 20408, USA. Interviewed by Michael J. Brodhead, Professor Emeritus, Department of History University of Nevada, Reno, and Steven D. Zink, Editor-in-Chief. Government Publications Review, Vol. 20, pp. 1-19, 1993.

WOLFF, Cynthia J. Necessary monuments. The making of the Presidential Library System. Government Publications Review, 16, 1989.

WORCMAN, Karen e PEREIRA, Jesus Vásquez. História falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.